

RESIDÊNCIA AGRÁRIA DA UNB

CADERNO
3

COMUNICAÇÃO E A DISPUTA PELA HEGEMONIA



MANOEL DOURADO BASTOS E
FELIPE CANOVA GONÇALVES
(ORGANIZAÇÃO)

RESIDÊNCIA AGRÁRIA DA UNB

COMUNICAÇÃO E DISPUTA
DA HEGEMONIA

*A indústria cultural
e a reconfiguração do bloco histórico*

Caderno 3

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / FACULDADE UNB PLANALTINA
ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES

GRUPO DE PESQUISA MODOS DE PRODUÇÃO E ANTAGONISMOS SOCIAIS

MANOEL DOURADO BASTOS E
FELIPE CANOVA GONÇALVES (ORGANIZADORES)

COMUNICAÇÃO E DISPUTA
DA HEGEMONIA

*A indústria cultural
e a reconfiguração do bloco histórico*

Caderno 3

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / FACULDADE UNB PLANALTINA
ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES

GRUPO DE PESQUISA MODOS DE PRODUÇÃO E ANTAGONISMOS SOCIAIS

1ª edição

OUTRAS EXPRESSÕES

São Paulo – 2015

Copyright © 2015, by Outras Expressões

Coordenação Editorial: *Beatriz Casado Baides, Eliete Avilla Wolff, Geraldo José Gasparin, Juliana Bonassa Faria, Lindalva dos Santos Santana, Luiz Henrique Gomes de Moura, Neuza Maria Cezário dos Santos, Marco Antonio Baratto Ribeiro, Paola Masiero Pereira, Rafael Litvin Villas Bôas e Tatiana Bernardes.*

Diagramação e capa: *Zap Design / Mariana Vieira de Andrade*

Revisão: *Dulcinéia Pavan*

Financiamento: *Projeto Residência Agrária chamada 02/2012 Pronera/Incrá/MDA e CNPq*

Grupo de Pesquisa: *Modos de Produção e Antagonismos Sociais –*

UnB: <<http://modosdeproducao.wordpress.com>>

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C231 Comunicação e disputa da hegemonia: a indústria cultural e a reconfiguração do bloco histórico – Caderno 3. / Manoel Dourado Bastos; Felipe Canova Gonçalves (organizadores). — 1.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2015. 200 p.

Grupo de Pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

Indexado em GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-85-64421-80-6

1. Indústria cultural - Aspectos sociais. 2. Comunicação de massa. 3. Meios de comunicação. I. Bastos, Manoel Dourado, org. II. Gonçalves, Felipe Canova, org. III. Título.

CDD 306.4

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: março de 2015

OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

editora.expressaopopular.com.br

livraria@expressaopopular.com.br

www.facebook.com/ed.expressaopopular

SUMÁRIO

Apresentação	
O comunicador como produtor	7
<i>Manoel Dourado Bastos e Felipe Canova Gonçalves</i>	

PARTE 1

ASPECTOS HISTÓRICOS DA INDÚSTRIA CULTURAL COMO APARELHO DE HEGEMONIA

Chão de fábrica teórico: conceitos de Indústria Cultural, Indústrias Culturais e Economia Política da Comunicação ...	17
<i>Lúisa Guimarães Lima e Felipe Canova Gonçalves</i>	

Indústria cultural, hegemonia e educação	27
<i>Manoel Dourado Bastos, Miguel Enrique Stedile e Rafael Litvin Villas Bôas</i>	

O novo ciclo de modernização conservadora e a centralidade da indústria cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia	41
<i>Rafael Litvin Villas Bôas</i>	

Colonização do inconsciente, colonização da natureza:
elementos para uma crítica da articulação entre
comunicação rural, revolução verde e indústria cultural.....85
Manoel Dourado Bastos

PARTE 2

MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO MEIOS DE LUTA: ESTUDOS DE CASO NA HISTÓRIA RECENTE BRASILEIRA

O Parlamento e o uso político dos meios de comunicações
em CPIs contra movimentos de trabalhadores rurais..... 107
Mayrá Lima

Madraçais da Veja: a importação da doutrina antiterror
pelo jornalismo brasileiro 131
Maria Mello e Rafael LitvinVillas Bôas

De Boletim a Jornal Sem Terra: comunicação
para avançar na luta por hegemonia..... 149
Joana Tavares Pinto da Cunha

Contradições inconciliáveis: forma estética e conteúdo
social em “Brava Gente” (2004) 171
Miguel Enrique Stedile

Audiovisual e transformação social – a experiência
da Brigada de Audiovisual da Via Campesina 181
Brigada de Audiovisual da Via Campesina

Sobre os autores 197

APRESENTAÇÃO

O COMUNICADOR COMO PRODUTOR

MANOEL DOURADO BASTOS E FELIPE CANOVA GONÇALVES

Os meios de comunicação são reconhecidamente a principal arma de manipulação ideológica da atualidade, cumprindo um papel importante na reprodução capitalista da vida. A desconfiança diante deles, que já era um argumento bem desenvolvido no interior das organizações de esquerda e com aparato conceitual já bem consolidado, vai se tornando cada vez mais um senso comum. Entendidos assim, os meios de comunicação são compreendidos como um elemento de superestrutura, segundo as categorias decisivas de Karl Marx no “Prefácio de 1859” à *Contribuição à crítica da Economia Política*.¹ Logo, eles seriam apenas uma segunda etapa da reprodução capitalista da vida, determinados que são pela base econômica. Dessa maneira, mesmo com todo o reconhecimento de sua força ideológica dos meios de comunicação, o suposto caráter de segunda ordem de sua importância no

¹ Marx, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

processo social dificulta a compreensão de aspectos decisivos de seu funcionamento.

Há nas incursões teóricas sobre o assunto uma dificuldade em reconhecer o problema em sua totalidade. De um lado os meios de comunicação são observados economicamente como monopólios ou oligopólios, que precisam ser superados politicamente por regulações legais. De outro, são observados como linguagem, ou ainda em suas formas específicas, o que exige uma visada para seus elementos internos a serem criticados. Resumindo ao extremo, de um lado temos os importantes argumentos da Economia Política da Comunicação (como substituto acadêmico da outrora importante Sociologia da Comunicação, bem como parte importante das Teorias da Comunicação de corte sociológico); de outro, o relevante esforço de observação dos aspectos constitutivos da linguagem dos meios e suas formas, usando recursos da semiótica, análise do discurso e do conteúdo e estética da comunicação. Contudo, para uma compreensão dialética e radical dos meios de comunicação, essa separação precisa ser superada.

Quem se aproximou de maneira bastante significativa dessa compreensão foi o pensador galês Raymond Williams. Ao longo de sua produção crítica, Williams lutou arduamente contra o engessamento da metáfora marxiana da determinação entre base e superestrutura. Segundo ele, para uma compreensão efetiva do poder ideológico nas sociedades capitalistas contemporâneas, é preciso reconhecer que os meios de comunicação *são* meios de produção. Assim sugere Williams, em texto decisivo sobre o assunto:

Como uma questão de teoria geral, é útil reconhecermos que os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção. É verdade que os meios de comunicação, das

formas físicas mais simples da linguagem às formas mais avançadas da tecnologia da comunicação, são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos. Contudo, eles não são apenas formas, mas meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção.²

O apontamento teórico de Williams tem efeitos históricos. O próprio autor sugere uma série de pistas. Uma delas indica que, ao compreender os meios de comunicação como meios de produção, é preciso entender os *modos* de comunicação e suas relações gerais com a ordem social. Williams desenvolve algumas questões necessárias e urgentes para aquilo que ele chama de uma “história da produção comunicativa”. Podemos afirmar, a partir de seus argumentos, que o desenvolvimento das forças produtivas comunicativas engendra novos meios de comunicação em relação tensa, efetivamente conflitiva, com as relações de produção estabelecidas que apontam para novos *modos* de reprodução social. A concepção de Marx das relações de determinação entre forças produtivas e relações de produção joga aqui papel decisivo. A crise sistêmica na correspondência entre forças produtivas e relações de produção são uma marca característica do modo capitalista de produção, determinado pela valorização do valor. Superar a crise entre forças produtivas e relações de produção significa o estabelecimento de um novo modo de reprodução material da vida que não o capitalista. Para um pensamento crítico e prática

² Cf. Williams, Raymond. Meios de comunicação como meios de produção, *in*: _____, *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glasser. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011, p. 69.

radical da comunicação, é necessário pensar a totalidade dessas determinações.

No caso brasileiro, uma indicação certa para a compreensão do problema está em um texto de Bernardo Kucinski pensando especificamente o jornalismo, mas que podemos estender à comunicação como um todo. Segundo ele,

A estrutura da propriedade de empresas jornalísticas no Brasil reproduz com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade da terra; na gestão dos jornais predominam as práticas hedonísticas e de favoritismo típicas da cultura de mando da grande propriedade rural familiar. Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas há um grau substancial de pluralismo ideológico na imprensa escrita, no Brasil os jornais, propriedade dessa oligarquia, compartilham uma ideologia comum, variando apenas em detalhes não significativos. Por seu caráter documental os jornais são as bases de partida dos processos de definição da agenda de discussões e de produção do consenso.³

É preciso depreender da afirmação de Kucinski o direcionamento crítico sugerido por Williams. Ao entender os meios de comunicação como meios de produção, interessa observar os *modos de produção comunicativa* dessas oligarquias e sua função na manutenção da estrutura de exploração. Para investigadores e militantes interessados na luta pela terra, a afirmação de Kucinski, retomada pelo prisma do argumento de Williams, exige que a crítica dos meios de comunicação vá além de sua acusação como instrumento ideológico. Ou seja, é preciso entender os modos como esses meios de comunicação participam da produção das desigualdades sociais que

³ Cf. Kucinski, Bernardo. Mídia da exclusão, in: _____ Kucinski. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 16.

fundamentam a propriedade da terra baseada no latifúndio e no agronegócio.

Exatamente porque afirmamos que os meios e modos de comunicação são parte do processo de produção e reprodução das estruturas de desigualdade e dominação, afirmamos também que eles são meios de luta. Para isso, tanto vale entendê-los enquanto ferramentas de manutenção das práticas de dominação quanto elementos de organização que visam a superação do capitalismo. Com isso, resulta da crítica (teórica e prática) aos meios de comunicação algumas *experiências* que, entendendo-os como meios de produção, apontam para outros modos e formas. Com isso, mais do que analisar e “ocupar” os espaços comunicativos hegemônicos, trata-se de, ao lutar e produzir um outro mundo possível, engendrar novos meios, modos e formas de comunicação.

A partir dessas colocações, o desafio assumido pelo coletivo de autores que produziram este livro é tanto armar conceitos e categorias para a crítica dos meios de comunicação quanto apresentar reflexões sobre experiências que visam novos modos. Para tanto, dividimos o livro em duas partes.

A primeira apresenta concepções teóricas interessadas na crítica aos meios de comunicação. No primeiro texto, Luísa Guimarães Lima e Felipe Canova Gonçalves desenvolvem um arcabouço conceitual sobre indústria cultural, indústrias culturais e economia política da comunicação. Em seguida, Manoel Dourado Bastos, Miguel Enrique Stedile e Rafael Litvin Villas Bôas conceituam a indústria cultural conjugando-a com o aparato conceitual sobre hegemonia, no bojo das questões relativas à educação do campo. Logo após, Rafael Litvin Villas Bôas argumenta sobre o contexto histórico atual, apontado a centralidade da indústria cultural no processo de reconfigura-

ção da hegemonia no Brasil. Por fim, Manoel Dourado Bastos continua a observação sobre as conexões entre meios de comunicação e hegemonia, focando especificamente na articulação entre agronegócio e indústria cultural.

Na segunda parte, os textos focam no tratamento dos meios hegemônicos sobre a luta dos movimentos sociais do campo e as experiências dos meios de comunicação, criados no bojo da luta camponesa, como meios da própria luta. Assim, Mayrá Lima descreve, no primeiro texto da segunda parte, o uso político pelos meios de comunicação de massa das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que investigaram a atuação de movimentos de trabalhadores rurais como o MST. Maria Mello e Rafael Litvin Villas Bôas tratam, no texto seguinte, da importação da retórica do terrorismo pela revista *Veja* em seu tratamento ao MST e, posteriormente, à democratização do ensino universitário ocorrida nos últimos anos, sobretudo, com a política de cotas raciais. No terceiro, Joana Tavares apresenta historicamente a experiência do Boletim e do *Jornal Sem Terra*, nos seus primeiros anos, entendendo-os como uma das principais ferramentas do movimento para a disputa de hegemonia. Miguel Stedile, em seguida, analisa o documentário: “Brava Gente” (2004), em que as técnicas de publicidade são aplicadas na organização do conteúdo social “reforma agrária”, o que reafirma padrões hegemônicos de representação da realidade, emanados pela indústria cultural. No texto final, a Brigada de Audiovisual da Via Campesina apresenta seus pressupostos de produção coletiva, criados em um processo de socialização e apropriação dos meios de produção audiovisuais pelos movimentos sociais do campo.

Ao longo do livro será possível observar que em todas as pontas do processo de exploração capitalista da terra o comu-

nicador é muito mais que um agente de segunda ordem. Se os meios de comunicação devem mesmo ser compreendidos como meios de produção, então é o caso de entender o *comunicador como produtor*, para nos inspirarmos em Walter Benjamin. A correlação entre a propriedade monopolística da terra (na forma de latifúndio, monocultura, degradação do ambiente e produção da pobreza) e dos meios de comunicação (com a concentração de propriedade de empresas de comunicação em sete famílias e suas satélites, não por acaso em muitas vezes donos de latifúndios e com capital investido em agronegócio) precisa ser bem compreendida e esperamos dar aqui um passo nesse sentido, carecendo ainda de pesquisa empírica ainda mais abrangente. A prática da luta pela reforma agrária, de qualquer modo, já encaminhou experiências que confrontam o atual estado de coisas, como os textos esperam mostrar. Assim, depreendemos que uma tarefa essencial do comunicador é justamente a *socialização dos meios de produção comunicativa*. Se hegemonia significa o esforço de impossibilitar a reorganização das relações de produção, buscando a manutenção do poder pela correlação entre coerção e consentimento, a democracia efetiva não será encontrada apenas na regulação (capitalista) da propriedade dos meios de comunicação, mas nos termos de sua *socialização*, conforme já aponta o desenvolvimento das forças produtivas. Para o comunicador interessado na crítica ao capital, trata-se de produzir os modos de socialização. Esperamos que os textos reunidos nesse livro sejam um encaminhamento para essa luta.

Londrina e Brasília, janeiro de 2015.

PARTE 1

ASPECTOS HISTÓRICOS DA
INDÚSTRIA CULTURAL COMO
APARELHO DE HEGEMONIA

CHÃO DE FÁBRICA TEÓRICO: CONCEITOS DE INDÚSTRIA CULTURAL, INDÚSTRIAS CULTURAIS E ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO

LUÍSA GUIMARÃES LIMA E FELIPE CANOVA GONÇALVES

Uma passagem reveladora dos escritos de Adorno ilustra bem sua concepção sobre a relação entre sociedade capitalista e suas produções culturais. Na ocasião da elaboração dos rascunhos do capítulo *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas* (Adorno & Horkheimer, 1985), o autor, junto com Max Horkheimer, substituiu o termo “cultura de massas” por “indústria cultural”. A operação não foi meramente retórica. Com ela os autores pretendiam desligar a ideia da cultura massiva “do sentido cômodo dado por seus defensores: o de que se trata de algo como uma cultura que brota espontaneamente das próprias massas, da forma que assumiria, atualmente, a arte popular (...)” (Adorno, 1967).

Tudo se passava no desejo de afastar a noção de que o indivíduo consumidor dos produtos culturais teria a ver com seus processos de produção, o que poderia minimizar a nocividade e o caráter premeditado dos efeitos da indústria cultural na manutenção da sociedade. Para Adorno, a adesão do público aos produtos da cultura de massas não serviria de salvaguar-

da à indústria cultural, e sim seria parte de seu sistema de dominação; ou seja, o que poderia ser interpretado como um ato de individualidade (escolha) acabaria por demonstrar-se resposta passiva à imposição: “O produto prescreve toda reação” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 128). “A liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que sempre é a mesma coisa” (*id.*, p. 156).

Nesse texto – que apresenta o termo “indústria cultural”, extremamente manuseado nos dias de hoje – os autores discutem a reificação da cultura pela racionalidade técnica e sua transformação em mercadoria, movimentada pelos dispositivos capitalistas. A cultura como negócio, como prática econômica, seria um tentáculo da sociedade na qual a técnica exerce um poder sobre a sociedade análogo àquele exercido pelos economicamente mais fortes. Tentáculo esse, monopolista em sua esfera, mas dependente de grandes monopólios econômicos tais como o do aço, da eletricidade etc. Nesse ponto vale a pena clarificar as diferenças entre a arte e os produtos da indústria cultural, e tentar pensar, a partir daí, o uso direto de categorias econômicas para a análise destes.

Segundo a interpretação em questão do materialismo histórico, tanto as obras de arte quanto os produtos da cultura massiva são orientados pelas necessidades da infraestrutura¹. No entanto a arte carregaria em si um germen crítico dado

¹ É importante diferenciarmos as categorias *infraestrutura* (ou apenas *estrutura*) e *superestrutura*, criadas por Marx. Podemos definir infraestrutura como as relações materiais de produção de uma sociedade, ou seja, sua base econômica. Já a superestrutura corresponde às esferas política, ideológica e cultural, e geralmente está subordinada à infraestrutura. Contudo, cabe lembrar que esta divisão em duas categorias é feita com intencionalidade didática, não sendo possível perceber de forma tão precisa onde começa uma e termina a outra.

pela capacidade de a forma sedimentar conteúdos e produzir críticas à própria infraestrutura. Essa seria a autonomia relativa da forma artística e, por conseguinte, da obra de arte.

Longe de descartar a forma dos produtos culturais massivos, ela é considerada preponderante na medida em que na diversão do trabalhador o que “fica gravado é a operação automatizada de operações padronizadas” (Adorno, *op. cit.*, p. 130), tal é vivida no mundo do trabalho. Assim, nem a forma desses produtos estariam livres para incursões de negatividade: seriam feitas com o único objetivo de manter as consciências ocupadas a fim de que a maximização da força de produção não fosse atrapalhada, mesmo na hora do lazer, dificultando a consciência de classe (e arrefecendo a força motriz das contradições do capitalismo: a luta de classes).

E se a arte mereceria (por poder conter certa negatividade) a deferência de um crítico marxista da cultura – e o respeito a sua relativa autonomia perante a base econômica –, a indústria cultural, e sua positividade sistêmica, poderia ser analisada sem o escrúpulo de precisar delinear métodos de estudo próprios a ela, ao passo que seria um apêndice da infraestrutura. Dito isso, vale continuar traçando correspondências entre indústria cultural e economia capitalista, mediadas pela metodologia do materialismo histórico.

Ainda sobre a arte e os produtos culturais da indústria: vale a pena ressaltar que o processo que gerou os segundos foi uma síntese entre a “arte leve” e a “arte séria”, assim como a exclusão de classes inferiores estava contida na “pureza” da arte burguesa. A “arte autônoma” sempre carregou em si o espectro da mercadoria. Seja por suas incursões nos campos do valor de uso, seja na sua necessidade de financiamento por meio dos patronos, ou por conterem na sua forma objetiva esse dado.

A ideologia tomava conta das obras que desejassem esconder essa presença mercadológica, em vez de dar luz às feridas da arte burguesa mostrando a “falta de finalidade para os fins determinados pelo mercado” (*id. ibid.* p. 130)

A indústria cultural coloca suas produções culturais em outro patamar, modificando seu caráter mercantil. Adorno tenta interpretá-lo à luz de conceitos retirados da teoria econômica marxista: valor de uso, valor de troca, fetichismo. Tudo se passaria como se a fruição estética fosse substituída pelo afeto ao prestígio, ou seja, a cultura deixaria de representar fonte de prazer para denotar *status* aos seus consumidores. Com isso, estaria substituindo seu valor de uso original por um valor de troca; assim como as mercadorias do capital fetichizado, a cultura já não seria mais algo em si, só tendo valor quando trocada. O “fetiche torna-se seu [da arte] único valor de uso” (*id. ibid.*, p. 148) sua única qualidade. Assim, ao se realizar completamente, o caráter mercantil da arte se desfaz ao passo que o caráter vendível da arte deixa de ser sua intenção para constituir seu único princípio.

Oferecida nas estações de rádios e nos cinemas “gratuitamente”, a arte perderia seu primeiro aspecto mercantil, na medida em que não estaria sendo trocada diretamente por dinheiro. No entanto, essa liquidação de bens culturais eliminou o valor de uso, que por bem ou por mal, foi arrastado e desenvolvido pelo valor de troca do tempo da “arte autônoma”. A exposição a essas mercadorias inautênticas, sem que a sociedade passasse por mudanças na sua infraestrutura, funcionaria como uma potencial mantenedora e potencializador da reificação.

A indústria cultural levou a cabo a materialidade das promessas da democratização do acesso à cultura – concer-

tos, literatura e imagens a preços módicos. O problema a ser desvendado está dado: por qual motivo o indivíduo não se emancipa, considerando que ele possui todas as condições técnicas para isso? Segundo Adorno, sem as devidas mudanças revolucionárias da infraestrutura, a fetichização dos bens culturais eliminou seu valor de uso, oferecendo-os como brindes que devem ser avidamente consumidos, sem vantagens privadas ou sociais. Dessa forma, a superestrutura pode passar por mudanças sem que a infraestrutura acompanhe-as, ao menos no sentido radical – tal como está inscrito nas premissas do materialismo histórico.

O entretenimento e a diversão seriam as roupagens responsáveis pela transferência da arte escancaradamente para as plagas do consumo; e as modernas companhias, um lugar econômico em que a esfera de circulação ainda pode sobreviver. Aquele que se antepusesse a esse dado seria incorporado numa síntese dialética: “A rebeldia realista torna-se a marca registrada de quem tem uma nova ideia a trazer à atividade industrial” (*id. ibid.*, p. 136), tal qual no liberalismo econômico, fazendo com que a máquina “gire sem sair do lugar” – mantendo a matéria em movimento, como apreçoaria a dialética materialista.

E a rebeldia “não realista” seria devidamente controlada pelas leis de oferta e procura que mantêm aceso o terror da impotência econômica e hostiliza tudo o que não é próprio da indústria cultural. E se a arte burguesa hesitaria em deixar claro seu viés de arma do capitalismo, os produtos culturais massivos não precisariam mais disso, deixando suas vísceras à mostra. A diversão, e seu porte despretenhoso, seria a ideologia responsável pela obediência do público. Ela traz a promessa de que é possível ser feliz no mundo capitalista, ao passo que a arte era caracterizada enquanto tal por exibir a

impossibilidade de concretização dessa promessa burguesa. Nesse sentido, “divertir-se significa estar de acordo”, mesmo que involuntariamente. Se o segredo da sublimação estética era “apresentar a satisfação como uma promessa rompida” (*cf. id. ibid.*, 135), a indústria cultural seria responsável não pela sublimação, mas pela repressão, sintetizando os contrários.

A união entre transações comerciais e entretenimento revela seu fim: a imutabilidade social e a reificação das consciências a favor do *status quo*. A indústria passaria a mensagem (pelo cotidiano retratado nos produtos) de que os homens não precisariam mudar (comodismo) para alcançar os mesmos padrões retratados – a despeito de a ideologia da livre iniciativa se manter. Além do que, a ideologia de que a burguesia havia alcançado seu conforto por meio de seu esforço (mérito) já havia sido superada. Assim, não restava nada às classes subalternas fazerem, a não ser se conformarem, segundo a ideologia dominante divulgada pelos produtos culturais. Se a sociedade burguesa de certa forma efetivou a individuação (na medida em que a “técnica transformou os homens de crianças a pessoas”), a indústria cultural criou a pseudoindividualidade: ela só é aceita ao passo que a universalidade “está fora de questão”.

E mais, a integração desses pseudoindivíduos na universalidade é pacífica (sem abalos na superestrutura). As singularidades individuais “são mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas”. A indústria cultural pode dar cabo desse processo porque ela explicita a falsidade ideológica do indivíduo burguês ao reproduzir as fragilidades da sociedade – transformando a individuação num processo de imitação. Adorno chega a esse ponto expondo a dialética universal-indivíduo encontrando como nova tese: a pseudoindividualidade, a qual irá se confrontar com o universal, novamente.

A máxima marxista “A produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” formulada no texto *Para a crítica da Economia Política* (Marx, 1978, p. 110) serve para ilustrar o quanto Adorno estava embebido do materialismo histórico ao pensar a indústria cultural. Tanto é que a frase poderia figurar no texto *A indústria cultural* sem maiores adaptações ao argumentarem sobre a criação de demanda e comportamentos pela indústria cultural.

A Economia Política da Comunicação e as Indústrias Culturais

“O informacionalismo está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado a sua constituição como modo de produção”, afirma Castells (2000, p. 55). De acordo com o autor, as novas tecnologias e a reestruturação do capitalismo estão relacionadas de maneira a constituir mudanças na comunicação: maior concentração de propriedade e de capital.

Bernard Miège, no artigo “La concentración en las industrias culturales y mediáticas (ICM) y los cambios en los contenidos” (2006), analisa o estado da arte dos trabalhos de economia política da comunicação (EPC) que versam sobre as chamadas indústrias culturais. Segundo ele, o principal objeto de estudos de tais pesquisas é a concentração midiática e suas consequências. Elementos também importantes para o processo de concentração seriam mudanças oriundas dele: a diversificação das estratégias de resistência e a criatividade perante as tendências oligopolistas.

O debate sobre as indústrias culturais teria se colocado nos termos da economia política da comunicação (EPC) apenas nos anos 1970 – mais de duas décadas depois da gênese do

conceito de indústria cultural – com o intuito de compreender os fluxos desiguais de comunicação e a sua relação entre os chamados países de primeiro, segundo e terceiro mundo.

Armand e Michèle Mattelart, ao tentarem sistematizar as Teorias da Comunicação, afirmam que data dos anos 1960 o desenvolvimento da EPC, embora só uma década mais tarde ela teria se organizado e se consolidado em torno das “indústrias culturais”, no plural. O singular teria sido deixado de lado por não representar adequadamente um mercado em processo de externalização e complexificação. O objetivo seria lançar luz sobre o crescimento do valor atribuído pelo capital às atividades culturais (Mattelart & Mattelart, 1990, p. 116).

Miège, em seu ensaio “As indústrias culturais e mediáticas: uma abordagem socioeconômica” (Miège, 2007), afirma que as relações entre o comunicacional e o econômico encontram-se “problemáticas”. De acordo com o autor, as pesquisas da área não estariam privilegiando um “tratamento particular da informação-comunicação” (2007, p. 42). Ao eleger a economia e a tecnologia para o centro das análises, aspectos fundamentais – culturais, simbólicos, políticos – estariam sendo escamoteados e o estudo do desenvolvimento da informação-comunicação prejudicado.

No entanto, Miège afirma que, à primeira vista, percebe-se “que a cultura e a informação são o lugar de uma produção-distribuição industrial”, e em seguida descreve como as indústrias fazem de um valor de uso um valor de troca (Miège, 2007, p. 45). A questão é: quais problemas o capital encontraria para produzir valor a partir da cultura.

As possíveis respostas não estariam no estudo da indústria cultural frankfurtiana, pois a produção da mercadoria cultural responderia a lógicas diversas. Livro, música, jornal e televisão

não estariam submetidos a apenas um modelo de padronização. Nesse sentido, a indústria cultural não existiria em si, mas seria um composto constituído de elementos diversos e por setores com leis de padronização singulares.

De acordo com Mattelart e Mattelart (1990, p. 122-123), a segmentação das formas de rentabilização da indústria cultural pelo capital traduz-se nas modalidades de organização do trabalho, na caracterização dos próprios produtos e de seu conteúdo, nos modos de institucionalização das diversas indústrias culturais (serviço público, relação público/privado etc.), no grau de concentração horizontal e vertical das empresas de produção e distribuição, ou ainda na maneira pela qual os consumidores ou usuários se apropriam de produtos e serviços.

Estudos de economia política da comunicação, capitaneados pela escola francesa, teriam, então, rompido com o conceito frankfurtiano de indústria cultural – que seria universal e abstrato – para se reagrupar em torno das chamadas indústrias culturais midiáticas – portadoras de uma visão mais específica e menos genérica dos sistemas de comunicação.

Iray Carone (2013) reconhece o caráter “gasto” e a “banalização do conceito” de indústria cultural. O problema seria a abstração do conceito em relação ao seu objeto: as indústrias culturais. Segundo ele, o conceito de indústria cultural tem de ser urgentemente confrontado com seu objeto:

O conceito de indústria cultural, ao ser abstraído das indústrias culturais, perde seu poder crítico e degrada-se como mero conceito formal; as indústrias culturais, por seu turno, sem o poder crítico do conceito, não são relevantes para uma teoria crítica da sociedade (Carone, 2013, p. 14).

A manutenção do conceito apartado do objeto levaria à “condenação em bloco” da indústria cultural. Assim como

devemos manter a perspectiva crítica dada pelo conceito para que não relativizemos sobremaneira, no afã de não generalizar.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor e Horkheimer, Max. A indústria Cultural como mistificação das massas. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor. *Résumé sobre indústria cultural*. In: LEITBILD, Ohne. Parva Aesthetica. Frankfurt, 1967.
- CARONE, Iray. *Indústria cultural e indústrias culturais: alguns apontamentos*. Impulso, Piracicaba 23(57), 9-17, maio.set. 2013.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede. A Era da informação: Economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Coleção Os pensadores: Vida e obra*. São Paulo: Editora Abril, 1978.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MIÈGE, Bernard. *La concentración en las industrias culturales y mediáticas (ICM) y los cambios en los contenidos*. Cuadernos de Información y Comunicación, 2006, vol. 11 155-166.
- _____. As indústrias culturais e mediáticas: uma abordagem sócio-econômica. *Revista Matrizes*, n. 1, out. 2007.

INDÚSTRIA CULTURAL, HEGEMONIA E EDUCAÇÃO

MANOEL DOURADO BASTOS
MIGUEL ENRIQUE STEDILE
RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS

De acordo com Theodor Adorno, em ensaio de 1967, a expressão “indústria cultural” foi utilizada pela primeira vez na obra *Dialética do esclarecimento*, escrita em conjunto por ele e Max Horkheimer e publicada em 1947. Naquele ensaio, intitulado “Resumé sobre indústria cultural”, ele comenta que, nos rascunhos do livro, o termo por eles utilizado era “cultura de massas”, mas eles optaram por substituí-lo por “indústria cultural” para desligá-lo “desde o início do sentido cômodo dado por seus defensores: o de que se trata de algo como uma cultura que brota espontaneamente das próprias massas, da forma que assumiria, atualmente, a arte popular” (Adorno, 2001, p. 21).

Professores atuantes na Universidade de Frankfurt, na Alemanha, Adorno e Horkheimer concluíram o livro quando estavam exilados nos EUA, por conta da ascensão de Hitler ao poder, em 1933. Confrontados com a vitória da revolução na Rússia, com as derrotas das revoluções na Alemanha e na Hungria e com a ascensão do fascismo e do nazismo ao poder na Itália e na Alemanha, os autores se perguntaram: por que,

tendo as condições técnicas para a emancipação, o indivíduo não o faz?

No livro, o capítulo “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas” busca uma resposta para a questão, a partir de uma ampla argumentação sobre a forma de operação e as consequências da indústria cultural (de agora em diante, IC). A partir do argumento dos autores, podemos reconhecer que a IC é uma dinâmica característica do novo momento histórico gerado pelo declínio da hegemonia inglesa, pelo aparecimento da grande empresa capitalista, pelo início da fase imperialista do capitalismo e por uma nova organização do capital bancário e financeiro, configurando o capital financeiro.

Ou seja, tratava-se do processo de concentração e centralização de capital chamado por diferentes correntes marxistas de “capitalismo monopolista”. Portanto, a IC se consolidou historicamente entre o final do século XIX e o início do século XX, com o desenvolvimento do modelo fordista de produção e os novos termos de extração de mais-valia e acumulação de capital.

O principal aspecto da IC está na articulação mercadológica entre cultura, arte e divertimento tendo em vista a perpetuação da dominação do sistema produtivo sobre o trabalhador também em seu tempo livre. “A diversão é o prolongamento do trabalho sobre o capitalismo tardio” (Adorno, 2001, p. 33). Em outros termos, trata-se do fetichismo da mercadoria encobrendo os fundamentos da extração de mais-valia sob o capitalismo monopolista. Ao consolidar a diversão em mercadoria, a IC assenta os termos de dominação social do capitalismo no século XX.

É preciso levar em conta o caráter histórico do estilo algo incisivo e fatalista de Adorno, obviamente justificável pelo

período de perspectiva totalitária tão evidente para ele: a vitória dos aliados contra o Eixo na Segunda Guerra Mundial, longe de anunciar a liberdade, expunha a nova configuração da dominação, a da mercantilização da vida, dos sentidos e sentimentos, sob a fachada da democracia liberal. Observando aí um contexto de dominação totalitária, Adorno não reconhece nenhuma brecha na diversão. De qualquer modo, reconhecendo que a diversão não é um espaço fechado em favor do capital, devemos considerar tais argumentos fundamentais para compreender a IC como um aparelho que dissemina e consolida a *pedagogia do consumo* (“o caráter publicitário da cultura”).

A submissão absoluta da arte, cultura e diversão aos parâmetros da dinâmica da troca capitalista de mercadorias depende de uma compreensão de que a determinação da superestrutura ideológica pela base econômica define-se pelas contradições entre forças produtivas e relações de produção, conforme as afirmações de Karl Marx (2003) no “Prefácio de 1859” à *Contribuição à crítica da Economia Política*. Seguindo os argumentos de Adorno e Horkheimer, podemos afirmar que a IC é uma redução imediata e absoluta da superestrutura ideológica aos fundamentos da base econômica pelos termos do valor de troca.

Tendo isso em vista, a compreensão atual do conceito de indústria cultural exige necessariamente sua articulação com o conceito de hegemonia. São conceitos que se articulam e que se sustentam um ao outro, de forma complementar.

A utilização política da categoria de “hegemonia” remonta a uma apropriação do termo militar pela Revolução Russa, sendo reelaborada conceitualmente por Antonio Gramsci. Da mesma forma como Adorno, a motivação de Gramsci estava

em entender o fracasso das revoluções na Alemanha e na Itália e a ascensão do nazifascismo, como movimento político com adesão das massas operárias e camponesas. É assim como os intelectuais alemães, Antonio Gramsci desenvolveu seu conceito de hegemonia a partir dos mesmos pressupostos de Marx a respeito da determinação da superestrutura pela base.

Assim, hegemonia é, para Gramsci, a capacidade de direção de uma classe sobre as demais, por meio da coerção (força) e do consentimento (ideias). E é na esfera da sociedade civil que se encontram os aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por construir consensos e naturalizarem as relações de dominação de uma classe sobre as demais. É neste campo que atuam tanto a educação quanto a IC.

Partindo disto, Raymond Williams (1979) observa que o conceito de hegemonia inclui e ultrapassa o conceito de “cultura”. Isso porque compreende que na cultura devem ser reconhecidas as formas de domínio e subordinação presentes numa sociedade dividida em classes. Assim, hegemonia é compreendida como todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida, um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta (Williams, 1979, p. 113).

A construção desta “realidade absoluta” ocorre por meio da ação dos *aparelhos de hegemonia* – como os meios de comunicação e escolas – que padronizam o sentido e o papel de sujeitos e grupos sociais na vida e na história. Conferem coerência ao pensamento e aos valores da classe dominante, a partir de seus interesses e do estímulo ao consumo e ao mercado capitalista, com o objetivo de torná-los os pensamentos e valores (a cultura) de toda a sociedade. A concentração dos

meios de comunicação de massa, que permite a construção do caráter alienador e opressivo da indústria cultural, criou um processo popular pelo seu alcance e antipopular pelos interesses a que presta conta.

A ação da IC procura converter toda a população em consumidores passivos, fabricando e estimulando um desejo pelo consumo, aparentemente democrático, como se estivesse acessível a todas as classes, quando na verdade é inacessível para a maior parte da população. Os produtos da IC são carregados de valores e mensagens que reafirmam a necessidade e o funcionamento do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que estimulam permanentemente a satisfação pelo consumo de mercadorias que não correspondem à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência (casa, comida, escola...). É uma estratégia engenhosa de articulação entre coerção e consentimento, na medida em que o indivíduo (ou mesmo classes inteiras) se reconhece naquilo que, na verdade, lhe limita a autonomia.

Segundo Iná Camargo Costa (2006, p. 4-7), os valores básicos que permeiam estas representações hegemônicas são a livre iniciativa (a que chamam liberdade), concorrência (de todos contra todos), e ação individual (cada um por si) na *busca desenfreada de sucesso e celebridade*. Nisso, o sucesso se traduz na capacidade de consumo, igualmente desenfreado, e se confirma pela ostentação dos bens consumidos. Porém, segundo Costa, a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho alheio nunca aparecem como o fundamento do espetáculo. Na falta desta informação básica, a grande massa dos consumidores da informação produzida pela indústria cultural compra a mentira de que bastam a autoconfiança, o esforço individual e os próprios méritos para se qualificar na corrida pelo sucesso.

Para isso, o conteúdo da produção cultural, mesmo quando apresenta aspectos particulares da organização social capitalista, torna impossível, nos seus próprios termos, qualquer hipótese de argumentação crítica ao capitalismo enquanto formação social.

No Brasil, a IC se desenvolveu como aparelho de hegemonia na década de 1930. É a partir desta década que o sistema de radiodifusão ganha importância, com a compreensão de seu alto poder de propaganda pelo governo Getúlio Vargas, que enaltecia suas ações, a partir de 1935, por meio da transmissão do “Programa Nacional” (posteriormente, a “Hora do Brasil”). Simultaneamente, o sistema de radiodifusão foi ganhando corpo com a instalação da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, em 1936, e a Rádio Tupi, em São Paulo, no ano seguinte. Assim, programas musicais e de variedades cumpriam papel semelhante ao da “propaganda política”, fossem seus conteúdos pautados pela exaltação nacional ou não.

A organização desse aparato radiofônico, atrelada aos diversos meios de diversão já difundidos nas décadas anteriores, estava diretamente relacionada com os desdobramentos políticos da época. A disputa hegemônica em jogo na “Revolução de 30” e no golpe que instituiu o “Estado Novo” em 1937 estava pautada pelo pacto agroindustrial, ou seja, num rearranjo pela manutenção do Brasil como país agroexportador sem, contudo, entraves para a atividade industrial.

A contrapartida na luta de classes se deu com a construção dos sindicatos e a definição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De um lado, a classe dominante revigorada por um pacto político-econômico de amplo alcance, aproveitando as crises econômicas internacionais favoráveis ao mercado interno e à substituição de importações e, de outro, disputas

e alianças na luta pela formação de uma classe organizada e com força política.

A partir do golpe militar de 1964, a IC como aparelho hegemônico ganha uma nova inflexão. O golpe é a resolução pela força do impasse estabelecido na sociedade do período: entre um projeto nacional-desenvolvimentista com brechas para o avanço de conquistas sociais e a manutenção da subordinação do país aos interesses do capital internacional no contexto de Guerra Fria.

Esta resolução pela força implicava no sufocamento e na extinção imediata dos movimentos sociais, em especial as Ligas Camponesas, alvo de primeira hora e das experiências contra-hegemônicas de educação popular em perspectiva emancipatória, que trabalhavam de forma coesa e produtiva as esferas da cultura, educação, economia e política, como, por exemplo, a proposta da Pedagogia do Oprimido, eixo principal do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP), coordenado por Paulo Freire durante o governo estadual de Miguel Arraes, e dos Centros Populares de Cultura (CPCs) que se espalharam por mais de 12 capitais do país por meio da parceria da União Nacional dos Estudantes (UNE) com artistas e movimentos sindicais e camponeses.

Além disso, essa resolução exigia ainda a subordinação e a aceitação de uma nova etapa do ciclo de modernização conservadora. Principalmente no campo, com o estímulo ao êxodo rural, o financiamento estatal à rápida mecanização das grandes propriedades, o uso intensivo de agrotóxicos (a revolução verde), o pacto da classe dominante estabelecido na década de 1930 ganhou novos contornos. Não à toa, este processo coincide com o fortalecimento do mercado publicitário brasileiro, a partir de altos investimentos na consolidação

de um sistema de televisão de abrangência nacional. Todos a serviço da construção da identidade de um país sem contradições, harmônico, cordial, uma “potência em crescimento”, à revelia do país real.

A presença da TV nos lares de grande parte de brasileiros, por todo o território, estimulada a partir da década de 1970 e alcançando seu ápice nas décadas seguintes, forjou uma imagem de país útil para o regime militar, eficiente para o cumprimento de mais um ciclo de modernização conservadora. A promessa do país grande, inserido no concerto das nações, não era sustentável diante do acirramento da segregação sociorracial, e a contradição não tardou a manifestar-se, na ocasião da crise do petróleo de 1973, que abalou as bases econômicas do “milagre brasileiro”.

Movimento idêntico ocorreu na educação. Especialmente por meio dos convênios entre o Ministério da Educação brasileiro com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid, da sigla em inglês para *United States Agency for International Development*), os chamados acordos MEC-Usaid. Estes tinham por objetivo implementar o modelo escolar norte-americano, desde o ensino primário ao universitário, da formação dos professores ao material didático, com vista à educação tecnicista e às demandas do mercado. Destaque-se, entre esses convênios, o acordo de 1966 entre a Usaid, o Ministério da Agricultura brasileiro e o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (Contap) para treinamento de técnicos rurais.

Nesse contexto, incluem-se ainda a reforma universitária, a criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros, programas como o Projeto Rondon – criado num seminário chamado Educação e Segurança

Nacional (!) – e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que buscava contrapor a experiência de educação popular e alfabetização do método Paulo Freire.

Assim, educação, comunicação e cultura estavam a serviço de um projeto de destruição ou cooptação dos projetos contra-hegemônicos anteriores ao golpe, mas principalmente da construção de um ideário de um país-potência onde a democracia seria garantida pelo acesso ao consumo e não aos direitos.

Daí se explica a adesão acrítica da escola brasileira aos padrões hegemônicos da indústria cultural. Após a varredura que a ditadura brasileira operou sobre as propostas de educação popular que se pautavam pela formação, no sentido emancipatório, subjetivo, coletivo e estrutural, o ímpeto mercantil se faz presente no universo escolar mediante a enxurrada de metodologias modernizantes, que tomam por sinônimo “educação” e “capacitação técnica para o mercado de trabalho”. Gruschka ressalta que a chave de análise dos vínculos entre IC e escola não está primeiramente na questão do ensino e da aprendizagem, mas na “sistemática subsunção da educação à economia” (2008, p. 174).

Segundo Pucci,

se analisada do ponto de vista do sistema, a indústria cultural é plenamente educativa, se preocupa com o enformado integral da concepção de vida e do comportamento moral dos homens no mundo de hoje; se vista a partir dos pressupostos da Teoria Crítica, a indústria cultural é marcadamente deformativa” (2003, p. 17).

A relação alienada com os meios de comunicação hegemônicos é consequência do processo de inserção na modernidade pela via exclusiva do consumo, mediante o desconhecimento generalizado dos modos de produção, das técnicas e das intenções políticas dos meios de comunicação de massa.

A presença mais visível da IC em sala de aula pode ser aferida pelo uso do audiovisual como material pedagógico. Ferramenta essencial de políticas “modernizantes”, como a Educação a Distância, ou simplesmente um verdadeiro “alívio” para ocupar o planejamento de aulas do educador submetido a cargas horárias excessivas, o uso do audiovisual tem sido estimulado permanentemente por meio de canais de televisão, públicos ou privados, voltados para a educação ou ainda por variadas distribuições de *kits*, de origens também públicas ou privadas.

A escola brasileira não considera a linguagem audiovisual como uma dimensão necessária de letramento, que carece de aprendizado dos códigos, dos procedimentos técnicos de edição, dos planos. O *status* do audiovisual na escola é de suporte paralelo ao ofício de professor, que pode substituir aulas vagas, complementar explicações e suprir a demanda por entretenimento (Pranke, 2011). A IC é legitimada por supostamente cumprir papel formativo, enquanto adestra sensibilidades para o universo do consumo de imagens e mercadorias. Sem formação que lhes permita a crítica aos padrões estéticos hegemônicos, estudantes e professores ficam suscetíveis a toda ordem de impulsos e manobras de legitimação da ordem da classe dominante.

Assim como em outras linguagens – a literatura, por exemplo – somos educados para ver o conteúdo de uma obra e não a forma como este conteúdo é construído e representado. É na forma, na maneira como o conteúdo da obra de arte é organizado, que se manifesta o conteúdo social em que ela foi gerada. Portanto, a análise da obra de arte implica necessariamente em *desmontá-la* de sua aparência, compreendendo as implicações sociais e históricas que determinam sua forma,

implica em analisá-la não pelo período histórico a que ela se refere, mas ao período histórico em que ela foi produzida.

Para além do audiovisual, a IC se faz presente na escola por outros meios, por exemplo, através do negócio dos materiais pedagógico-didáticos, sujeito a forte *lobby* das editoras empenhadas na venda de seus produtos, cuja consequência para os estudantes é, segundo Medrani e Valentim “o reforçamento positivo para o consumismo desenfreado de mercadorias capazes de promover a identificação e adequação sociais” (2002, p. 79), em detrimento da análise crítica da função do material didático em si.

Pelo viés da Educação do Campo, a contestação do modo de produção do agronegócio, como forma de combate à matriz hegemônica da produção de alimentos e do uso da terra como mercadoria, encontra na esfera da cultura seu correspondente, na demanda pelo combate às formas da indústria cultural, conforme sinaliza Damasceno:

O agronegócio está para a agricultura camponesa, assim como a indústria cultural está para a cultura popular. Tanto agronegócio quanto indústria cultural desenvolvem-se a partir da exploração e empobrecimento dos valores culturais e dos bens naturais e assim vão eliminando todas as formas de sociabilidades possibilitadoras de uma convivência harmoniosa e justa entre seres humanos e natureza (mimeo).

Agronegócio e IC são, portanto, partes indissociáveis do modo de produção hegemônico.

No campo das providências, o primeiro passo é reconhecer a IC e suas formas como um problema a ser pensado e combatido. A formação em sentido emancipatório pressupõe um processo de acumulação estética, a partir do legado artístico que formalizou as contradições do processo social. Esse processo cumulativo gera novos parâmetros de fruição e de

consciência dos dilemas da experiência brasileira, periférica, colonizada, contraditória. A educação para percepção das estruturais formais pode se contrapor à influência inconsciente da ideologia.

A educação brasileira deve, portanto, proporcionar meios críticos de percepção da mediação que a indústria cultural estabelece entre indivíduo e mundo, entre vida e realidade. A reificação da experiência social, a mercantilização da vida, encontram na IC um dos pressupostos do modo de produção hegemônico. A formação, norteadada pela chave emancipatória, deve não apenas reconhecer o problema, mas encontrar os termos contraditórios da questão que permitam sua superação. Nesse aspecto, os aparelhos de educação devem ir além da condição de oferta de acesso aos bens culturais, posição que gira em falso sobre o eixo da ideologia, e transformar esses aparelhos em espaços de produção cultural, de socialização dos meios de produção, e de compreensão crítica de nossos dilemas.

Referências bibliográficas

- ADORNO; Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. Résumé sobre indústria cultural, in: *Revista Memória e Vida Social: História e Cultura Política*. São Paulo: Unesp/Assis, v. 1, maio 2001.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura, in: *Cadernos de Estudo ENFF*. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2007, v. 2.
- CULTURA, Coletivo Nacional de. *Teatro e transformação social*. São Paulo: Cepatec/FNC/Minc/00463/2006, p. 4-7.
- DAMASCENO, Lupércio. *Indústria cultural e agronegócio*. Mimeo.
- GRUSCHKA, Andreas. Escola, didática e indústria cultural, in: AKCELRUD DURÃO, Fabio; ZUIN, Antônio; FERNANDEZ VAZ, Alexandre (orgs.). *A indústria cultural hoje*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MEDRANO, Eliziana Maria Oliveira; VALENTIM, Lucy Mary Soares. A indústria cultural invade a escola brasileira, in: *Indústria cultural e educação: reflexões críticas*. Araraquara: JM Editora, 2002.

- MELLO, Maria. Gramsci e a disputa das ideias da classe trabalhadora, *in: Jornal Sem Terra*, edição out. 2010.
- PRANKE, Ingrid Elisabete. *A utilização do audiovisual pela escola estadual de ensino médio Joceli Corrêa e suas implicações*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo, Convênio UNB/Itterra, Veranópolis, 2011.
- PUCCI, Bruno. Indústria Cultural e Educação, *in: Indústria cultural e educação: ensino, pesquisas, formação*. Araraquara: JM Editora, 2003.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O NOVO CICLO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E A CENTRALIDADE DA INDÚSTRIA CULTURAL NO CONTEXTO DE RECONFIGURAÇÃO DA HEGEMONIA¹

RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS

Um traço marcante da experiência brasileira é a convivência entre a aspiração da entrada em grande estilo no concerto das nações desenvolvidas e a realidade arcaica marcada pela condição colonial e periférica de inserção no sistema mundo. Não se trata de antagonismo, mas de uma relação recorrente entre otimismo e frustração, esperança e ceticismo, orgulho e vergonha, que articula na vida política brasileira o elo entre a pregação civilizatória e a legitimidade da violência do Estado, o populismo e a força bruta. Mello e Novaes se referem à manifestação do problema na segunda metade do século XX da seguinte maneira:

¹ O artigo foi publicado originalmente com o título “Novo ciclo de modernização conservadora: indústria cultural e reconfiguração da hegemonia” pela revista *Rebela - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 01, p. 152-179, 2012. Com diferença de três anos entre a primeira publicação e a atual, há aspectos da conjuntura imediata possivelmente alterados, todavia, avaliamos que como a perspectiva de abordagem é histórica, o argumento geral se mantém, ficando essa ressalva aos leitores.

Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns poucos momentos, foi mudando a sua forma. Na década de 1950 alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao 'Primeiro Mundo'. Havia certamente bons motivos para afiançar o otimismo. A partir dos anos 1980, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha, pouco a pouco, intensidade (1998, p. 560).

Se o elogio às qualidades do país promissor do mercado emergente faz vista grossa às mazelas do Brasil subdesenvolvido é certo também que a centralidade do foco nas marcas de nosso atraso omite os feitos de nossa inserção na modernidade. A acepção dialética é uma prerrogativa para a configuração do problema em questão, sem a qual não podemos entender a relação que organiza termos contraditórios como o fato de termos no país 14 milhões de analfabetos ao mesmo tempo em que temos um dos maiores índices anuais do mundo em formação de mestres e doutores; o país em que pessoas morrem na fila aguardando por atendimento no sistema público de saúde e a cirurgia plástica é referência mundial; o país em que milhões de pessoas dependem da cesta básica da assistência social apesar de ser o maior produtor e exportador do planeta

de vários gêneros alimentícios; o país que tem a segunda maior população negra do mundo e tinha até pouco tempo apenas 1% de negros nas universidades...

Neste ensaio o objetivo é apontar aspectos da estrutura de poder que sustenta a desigualdade brasileira por meio da análise da configuração da hegemonia² a partir do pós-golpe de 1964, e do papel que a indústria cultural exerce nessa dinâmica. Trabalhamos com a hipótese da centralidade da indústria cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia. Nesse sentido, a consolidação da indústria cultural foi um dos fatores decisivos desse ciclo de modernização conservadora, e jogou papel-chave na mudança de peso nos termos da equação do poder hegemônico, da coerção para o consentimento, para garantir o retorno “seguro” para as bases do regime da democracia representativa.

O trabalho procura seguir o fio da meada urgido por pesquisadores que apostam na chave da disputa ideológica, protagonizada pelos meios de comunicação de massa, como vetor principal da manutenção do poder. Com o término das duas décadas de ditadura no Brasil, alguns intelectuais passaram a diagnosticar que, embora tivéssemos retornado ao

² Segundo Raymond Williams: “A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘doutrinação’. É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida” (1979, p. 113).

regime democrático, poderíamos ainda viver sob a vigência de uma outra forma de totalitarismo.

No ensaio “Televisão e violência do imaginário”, publicado em 2000, a psicanalista Maria Rita Kehl afirma: “Uma sociedade em que o imaginário prevalece, em que as formações imaginárias é que elaboram o real – esse real ao qual não temos acesso – é uma sociedade de certa forma totalitária, independentemente de qual seja a situação do governo, do Estado, da polícia” (2000, p. 149). O psicanalista Tales Ab’Saber, no ensaio “Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação)” fala em “cultura totalitária de mercado, dada a falta de garantias e dignidade humana básicas na vida da maioria” (2010, p. 191) e, cita reflexão de Pasolini, sobre fascismo de consumo, para se referir à “ordem geral de violências a que estamos instalados hoje, plenamente legitimadas pelo poder e pelo mercado” (p. 193).

O sociólogo Emir Sader se refere no livro *A nova toupeira* ao empuxe que o neoliberalismo conferiu à engrenagem da indústria cultural, mediante aceleração do consumo e fragmentação social, questões articuladas e centrais para a reconfiguração da hegemonia:

A maior vitória ideológica da nova direita neoliberal deu-se por essa influência midiática, articulada com as campanhas publicitárias das grandes marcas e no estilo de consumo dos *shopping centers* – e cujo complemento indispensável é a própria televisão e toda a nova indústria da imagem. No entanto, o que mais contribuiu para a hegemonia neoliberal foi a imensa fragmentação social e cultural que o novo modelo produziu e reproduziu em toda a imensa massa da população (2009, p. 61).

Por sua vez, Novais e Mello (1998, p. 651) analisam que a redemocratização do país é um prolongamento do Estado nascido com a ditadura militar, “essencialmente plutocrático,

primeiro autoritário, depois liberal, porém sempre plutocrático”.

A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevam Martins chamou de “mudar o regime para conservar o poder”, acabaria desembocando no neoliberalismo. Para garantir sua dominação, ajudaram a transformar a política também num negócio. Seu verdadeiro meio de fazer política não são os partidos, e sim a grande imprensa e os meios de comunicação de massas, atuando protegidos por essa quase ficção que é, entre nós, a liberdade de informação. Os partidos políticos convencionais perdem importância, são meros apêndices voltados para o “toma lá, dá cá”. As eleições transformam-se num espetáculo de TV, comandado por marqueteiros sempre competentes em “mobilizar emoções”.

A despeito do problema não ser novidade, geralmente, aparece apenas de soslaio nos trabalhos acadêmicos, como uma obviedade que dispensa aprofundamentos. Até aí nada surpreendente, dada a desmobilização política a que o pensamento crítico que resistia nas universidades brasileiras foi submetido mediante a ditadura cívico-militar, da qual, aliás, a míope e autorreferente política de ciência e tecnologia brasileira é consequente.

Mais grave do que isso é a marca do trauma nos movimentos sociais da esquerda brasileira que, por um viés ou outro, procuram recolocar em pauta a ação política contra-hegemônica, seja na luta pela terra, por trabalho, por teto, contra o racismo etc. Apesar da disputa no campo das ideias ser reconhecida como uma questão relevante, os movimentos não encamparam na elaboração de suas estratégias a questão na esfera das providências a serem tomadas. Então, as discussões sobre o impacto da indústria cultural e da mercantilização da cultura e da vida, e o

domínio dos meios de comunicação de massa até aparecem, mas como iniciativas setorializadas e não estruturantes – nos partidos de esquerda o problema é ainda maior.

Sem a noção precisa da dimensão da ferida, os movimentos reproduzem internamente em suas estruturas organizativas a dissociação entre as esferas da cultura e as esferas da política e economia, e introjetam no todo, ou em parte, os modelos de cultura administrados pela hegemonia, a saber: cultura como sinônimo de entretenimento, ou cultura como grau de erudição individual e distinção social. Em ambos os casos, o significado de cultura não se articula com a ideia de política, no sentido de ação de interferência na realidade, visando sua transformação.

Novo ciclo de modernização conservadora

Nos anos de 2014 e 2016 o Brasil sediará respectivamente a Copa do Mundo de futebol masculino e as Olimpíadas, os dois maiores eventos esportivos do planeta. Para muita gente, essas duas conquistas são provas incontestáveis de que o país chegou lá, ao concerto das nações desenvolvidas.

Um dos exemplos emblemáticos da formalização desse discurso é o vídeo publicitário do banco brasileiro Bradesco, que tem na voz narrativa o sistema financeiro transnacional dando as boas-novas aos seus clientes e investidores. Com a trilha sonora da melodia da canção “Aquarela do Brasil” e o cenário de um grande estádio de futebol cujo centro se transforma nas imagens das conquistas anunciadas, aplaudidas por eufórica torcida de pessoas miscigenadas, diz o narrador:

O Brasil é mais do que o país do futebol. É o país da agricultura e pecuária. Onde o Bradesco tem presença, há mais de 60 anos financiando produtores de todos os

tamanhos. (...) É o país da diversidade e igualdade, da iniciativa privada em equilíbrio com o setor público. (...) Esse não é mais um país do futuro. Hoje, no mundo, o Brasil é presença. E presença no Brasil é Bradesco³.

Sintomático: o país que supostamente ascendeu é o do mercado emergente, e não o do povo integrado através de um projeto de nação consolidado.

Entretanto, o orgulho nacional não deixou de conviver com a frustração e ceticismo decorrentes da sensação de que nem tudo se move para frente ou de que a contraface do progresso alardeado pela publicidade é o país com o maior índice de concentração de terras do planeta e com um dos maiores índices de desigualdade social do mundo. O confronto do orgulho sustentado por expectativas lançadas ao futuro com a realidade de nossa condição periférica e subdesenvolvida é dilacerante, trata-se de enclave típico da condição colonial – miragem na metrópole e âncora na superexploração.

A dissonância entre norma e realidade, aspiração e condições objetivas, coloca em movimento uma engrenagem violenta, seja pela perspectiva cruel com que a feição moderna do país procura administrar ou aniquilar os ruídos da feição arcaica, seja pelo modo maniqueísta e regressivo com que a grande imprensa manipula o problema; veja-se, a título de exemplo, a representação midiática em chave maniqueísta do confronto entre forças armadas e traficantes no Rio de Janeiro, como “a guerra do bem contra o mal”.

Cabe registrar, todavia, o lastro histórico das pistas da engrenagem dissonante que perseguimos no argumento: embora

³ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=coat5rurPko>>; comerciais: Bradesco, Presença.

referenciada numa tradição ocidental de pensamento, nossa intelectualidade, desde o momento da independência, não encontrou em solo nacional os pressupostos sociais correspondentes àquela tradição, haja vista que os ideais de liberdade e igualdade foram importados por uma sociedade escravagista. Mas, diante do empenho de construir uma cultura nacional, este aparente desarranjo encontrou uma articulação particular. Roberto Schwarz observa que “o divórcio entre aspiração cultural e condições locais é um traço comum, e quase se diria lógico, da vida em colônias ou ex-colônias” (1999, p. 156). O desejo permanente de ascender a uma posição de grandeza no concerto das nações fez com que nossa intelectualidade transformasse recorrentemente nossa situação de “atraso” social em condição específica que nos alavancaria à condição de potência mundial. Daí, por exemplo, o harmonioso mito da democracia racial, da felicidade de nosso povo...

Esse sentimento coletivo de que o destino guardaria ao Brasil um futuro promissor nos acompanhará até o século XX, com as devidas mudanças de tons e de contextos, chegando ao nacional-desenvolvimentismo da esquerda brasileira das décadas de 1950 e 1960, não sendo apropriado pela direita após o golpe de 1964. Ela canalizou esse “ímpeto” para o chamado “milagre econômico” resultante da estratégia de modernização conservadora do país, que em última instância, é parte integrante de uma dinâmica mundial de impulso modernizador do parque industrial e do desenvolvimento capitalista da agricultura de países periféricos. Esse novo fôlego aparente à economia mundial não se concretiza, fazendo com que o processo de modernização desses países se torne incompleto, uma espécie de encalhe na linha intermediária entre o arcaico e o moderno, chamado por Robert Kurz de “sociedades pós-catastróficas” (1992).

No estágio contemporâneo do problema, o protagonismo do sistema financeiro – que nunca lucrou tanto como no governo Lula – na tarefa de anunciar a notícia de que “chegamos lá”, por meio do suporte da forma publicitária, é indício de um problema de ampla envergadura, que aqui configuramos como hipótese: vivemos no país um novo ciclo de modernização conservadora, ou revolução passiva, em que ocorre considerável expansão e flexibilização no raio de ação da hegemonia, com garantia de permanência da estrutura do poder.

Coutinho (1998, p. 138) destaca a presença de dois momentos articulados do processo da revolução passiva, a saber: o momento de restauração, como reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima”, e o momento de renovação, caracterizado pela assimilação de muitas demandas populares postas em prática pelas velhas camadas dominantes.

No panorama dessa reconfiguração da hegemonia, está a contemplação dos miseráveis no bloco histórico ampliado, por meio das políticas assistenciais. André Singer compara o feito ao ocorrido nos Estados Unidos da década de 1930:

Conjunto de programas iniciados na primeira Presidência de Franklin D. Roosevelt para fazer frente à crise de 1929, o *New Deal* permitiu um salto na qualidade de vida dos pobres e propiciou maior igualdade entre os cidadãos americanos. Ter instaurado tal ambiente é um legado dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele pode moldar o ‘marco regulatório’, para usar uma expressão do mundo jurídico, no qual ocorrerão as próximas disputas eleitorais. Isto é, partidos e candidatos divergirão quanto aos meios, mas os fins estão fixados de antemão (2010, p. 62).

Entretanto, a inclusão dos miseráveis no bloco histórico não significa a redução estrutural da desigualdade social. Nos tempos áureos da Teoria da Dependência o pesquisador An-

drew Gunder Frank formulou no ensaio “O desenvolvimento do subdesenvolvimento” (*Monthly Review*, 1966) a tese de que não seria possível a superação da condição do subdesenvolvimento, no caso dos países de Terceiro Mundo. O que poderia ocorrer é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, contudo, sem o abandono da condição periférica. Segundo Frank:

O subdesenvolvimento não é devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à existência de escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento era e ainda é gerado pelos mesmos processos históricos que geraram desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo⁴.

A mais recente “fórmula” do desenvolvimento nacional parece confirmar a tese. Segundo Singer:

Embora a redução da pobreza tenha significado também uma diminuição da desigualdade, esta parece responder com mais vigor às iniciativas governamentais. Num comunicado do início do ano, o Ipea observou que ‘o movimento recente de redução da pobreza tem sido mais forte que o da desigualdade’. Segundo Ilan Goldfajn, economista chefe do Itaú Unibanco, ‘somos o décimo pior país em distribuição de renda’ no mundo. Para o especialista em finanças públicas Amir Khair, hoje ‘apenas 1% dos brasileiros mais ricos detém uma renda próxima dos 50% mais pobres’. Por isso, segundo o economista Marcelo Neri, quando olhada desde o ângulo da desigualdade, a fotografia da sociedade brasileira é ainda ‘grotesca’ (2010, p. 64).

Em reportagem intitulada “Subdesenvolvimento” o jornalista do jornal *Brasil de Fato*, Eduardo Sales de Lima, ressalta

⁴ Extraído de <http://resistir.info/mreview/gunder_frank.html>. Acesso em: 11 dez. 2010.

que os brasileiros adquirem mais bens de consumo (fogão, geladeira e televisão estão na grande maioria das casas), apesar da estagnação de investimentos públicos em setores essenciais:

Cresceu o consumo. As condições de vida, de certo modo, melhoraram. Mas o Índice de Gini, que mede a desigualdade social, avançou quase nada, de 0,521, em 2004, para 0,518, em 2009. O Brasil ainda se encontra, como afirma o sociólogo Ricardo Antunes, da Universidade Estadual de Campinas, dentro de sua ‘tragédia social’. A partir dos dados compilados pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2009), do IBGE, divulgada no dia 8, vê-se um Brasil desigual que cresce economicamente em meio à negação de direitos universais à população (2010, p. 4).

O desenvolvimento periférico implica que a quantidade de miseráveis tem diminuído, a de pobres tem aumentado, apesar do aumento do salário-mínimo e conseqüente aumento do poder de consumo da classe trabalhadora, e a fração dos milionários brasileiros tem crescido. Michel Löwy nominou a experiência da gestão petista no governo federal de social-liberalismo, um mecanismo que contempla a todos, porém, em proporções que mantêm a simetria da desigualdade⁵. No caso do campo brasileiro, por exemplo, grosso modo, 90% do investimento foi destinado para o agronegócio e apenas 10% para a agricultura familiar.

Além da manutenção do poder concentrado na questão agrária, também na questão racial o bloco histórico reconfigurado incluiu sem alterar a estrutura da desigualdade, numa fórmula complexa: ocorreu uma espécie de inclusão

⁵ Em um ciclo de palestras que ministrou em Buenos Aires no final de outubro de 2010.

excludente, que em alguns índices, conforme aponta Wanderley Guilherme dos Santos, até mesmo acirrou o fosso entre brancos e negros:

Entre 1988 e 2009, a violência contra a população branca foi reduzida de 64,6% para 52%, enquanto a população preta ou parda, vitimada, aumentou de 34,9% para 47,1%. O mesmo fenômeno se deu na comparação por gênero: a porcentagem de homens roubados ou furtados decresceu de 58,3% para 53,1%, enquanto a das mulheres aumentou de 41,7% para 46,9%. As percentagens relativas à violência física seguem o mesmo padrão: enquanto a população branca, em particular a masculina, obteve acréscimos de segurança, nos últimos 20 anos, a probabilidade de sofrer agressões corporais aumentou para a população feminina, preta e parda (2011, p. 24).

Golpe de 1964: o limiar de onde começamos a regredir

Quase meio século após o golpe empresarial-militar que vitimou a população brasileira em 1964, vivemos ainda as consequências trágicas da experiência de organização social interrompida pela força das armas. Segundo o psicanalista Tales Ab'Saber,

poderíamos dizer que o que restou da ditadura militar foi simplesmente tudo. Tudo, menos a própria ditadura.

O Brasil continua sendo um país extremamente excludente e fortemente autoritário, com controles particulares do espaço público, confirmando a sua incapacidade profunda de reparar a clivagem social radical de sua origem. Tudo isso, o velho Brasil arcaico, de uma ordem de senhores absolutos e de cidadãos que são objetos absolutos, hoje em dia falsos cidadãos disponíveis para tudo, em nossa origem histórica escravos, não foi, para o meu gosto, suficientemente alterado por nossa república democrática danificada, embora

tenha sido recoberto por uma textura fetichista e nova, advinda do mercado internacionalizado, muito pouco estudada criticamente, o segredo geral de nosso tempo, única universalidade falsificada que se conhece: a de uma ordem de espetáculo rebaixada, que parece dar destino definitivo para o déficit de constituição de um sujeito moderno entre nós, imbuído de direitos e de práticas políticas positivas (2010, p. 193).

A sociedade brasileira que emerge após as duas décadas de ditadura e modernização conservadora é diversa da anterior, agora majoritariamente urbana, com aumento do mercado interno e ampliação da classe média. Esse o viés aparentemente positivo, porquanto a experiência pode também ser narrada pelo viés negativo: a sociedade brasileira que emerge após essas duas décadas é resultado de uma violenta migração do campo para a cidade, consequência da modernização do maquinário agrícola que torna desnecessário o grande contingente de mão de obra humana e expulsa os camponeses da terra, pois, além de não mais necessitar deles, o desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo permite o plantio em áreas mais extensas, dizimando as condições de competitividade das pequenas propriedades⁶. Expulsos do campo, os camponeses são incor-

⁶ Segundo Luiz Henrique Gomes de Moura, do Setor de Produção do MST e do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais, em comentário ao texto, naquele período a maioria do maquinário era de tratores utilizados para o revolvimento do solo, que normalmente já era feito com animais, e para o plantio. Mas a grande parcela dos trabalhadores volantes, que eram camponeses e vendiam a força de trabalho durante um período, era utilizada nas colheitas o que só teve mudança tecnológica substancial depois da década de 1990, com as colheitadeiras. Três processos foram centrais na expulsão dos camponeses: as nulas chances de competitividade, que liquidou a renda das famílias; a maior necessidade de venda da força de trabalho para suprir a renda liquidada, o que acabou por definitivamente inviabilizar as unidades camponesas, já que não havia mais braços para lavrar a própria terra; e

porados pela cidade como mão de obra barata, sobretudo no ramo da construção civil, no caso masculino, e do emprego doméstico, no caso feminino (Novais e Mello, p. 598).

No plano acadêmico, a ditadura é responsável pela destruição do pensamento nacional que, pouco a pouco, vinha se desprovincianizando e ganhava consistência crítica, além de incorporarmos danosamente o sistema universitário norte-americano, via acordo MEC-Usaid. Isso sem falar na destruição da promissora articulação entre Ligas Camponesas e movimento operário e da destruição, ou reificação, de formas culturais que estavam em processo de construção, como é o caso do teatro épico no Brasil, pesquisado por Iná Camargo Costa (1996). De acordo com a pesquisadora, ele passaria de força produtiva (antes do golpe de 1964) para artigo de consumo após o golpe. Singer ressalta que passado quase meio século após o golpe de 1964, somente no atual contexto estamos a recuperar os índices de desenvolvimento que o país obteve na véspera do uso da coerção para destituir o processo de democratização em curso:

Mesmo mantido o ritmo atual de melhora das condições de vida dos menos aquinhoados, o Ipea calcula que em 2016 chegaremos a um indicador de desigualdade um pouco inferior àquele que dispúnhamos em 1960, quando foi aplicada a primeira pesquisa sobre diferenças de renda. Ou seja, se for bem sucedido o esforço no sentido de elevar o padrão de existência dos mais pobres, nos próximos anos,

os conflitos agrários. Até a década de 1960 o sertão brasileiro (Cerrado e Amazônia) era “selvagem e indomável” para a agricultura. Com a revolução verde os solos do cerrado puderam ser “domados” com a calagem e a irrigação, o que o transformou numa imensa fronteira a ser explorada. O sertanejo, então, foi sendo assassinado e expulso de suas terras. O caso de Trombas e Formoso é emblemático.

o que está no horizonte é voltar ao ponto interrompido pelo golpe de 1964. Após duas décadas de um regime militar concentrador, e de outras duas décadas de estagnação, as políticas de redução da pobreza nos levarão de volta ao limiar de onde começamos a regredir. Não é coincidência que o salário-mínimo tenha voltado, em 2009, ao patamar de meados dos anos 1960 (Singer, 2010, p. 64).

O saldo do último ciclo de modernização conservadora, decorrente do golpe empresarial-militar de 1964, impôs ao Brasil a marca permanente da cisão entre as classes, que apesar de nunca antes terem andado próximas, poderiam diminuir consideravelmente as barreiras entre si, mediante a consolidação das reformas de base e a perspectiva de um projeto socialista de país. Desde então, democracia no Brasil tornou-se sinônimo de garantia das condições para a massificação do consumo, este sendo um dos principais índices de avaliação individual do desempenho dos governantes⁷.

Da gênese e articulação entre os conceitos de hegemonia e indústria cultural

A aposta na articulação entre os conceitos reside na potência dessa conexão no âmbito da descrição do problema que elegemos, a saber, os termos do novo ciclo de modernização conservadora e o legado do ciclo anterior. A despeito da elaboração dos conceitos de hegemonia, por

⁷ No caso da expressiva popularidade de Lula, Singer pondera: “a condução das medidas anticíclicas durante a crise, na qual o presidente se destacou pela ousadia de conchamar a população a manter a confiança e comprar, arriscando-se a quebrar junto com os endividados, caso algo desse errado, consolidou uma popularidade inédita desde a redemocratização. Subitamente, o crescimento que se julgava extinto, voltou. Pode-se dizer que a crise fortaleceu o campo popular na terceira fase do governo Lula, o que tornou tal fato decisivo para alavancagem da candidatura Dilma Rousseff” (*op. cit.*, p. 65).

Gramsci, e de indústria cultural, por Adorno e Horkheimer, ter ocorrido em paralelo, sem indícios de influência de uma ou outra parte nos argumentos elaborados, inclusive porque os autores escreveram em condições adversas – no cárcere e no exílio, respectivamente – o chão histórico do problema que os autores abordaram trata de dimensões do mesmo problema estrutural, conforme aponta o historiador Miguel Stedile:

Tanto Adorno e Horkheimer, na Alemanha, quanto Gramsci, na Itália, escrevem desde países de onde a revolução proletária foi frustrada. Em ambos, pela vacilação de parte dirigente da classe operária. Nos dois países, assistimos não à ascensão da classe operária ao poder, mas de um novo fenômeno: os partidos de massa de extrema direita, o nazifascismo. Isto em um período histórico de crise estrutural do capitalismo, onde sua versão liberal havia naufragado e a sociedade encontrava-se claramente entre dois projetos: o socialismo, movido pela ascensão da União Soviética, e a forma mais conservadora e violenta do capitalismo, expresso nas bandeiras nazifascistas. Ambos estudiosos procuram entender os motivos da derrota da classe operária e a ascensão do fascismo. Mais além, no caso de Adorno, após o desfecho desta crise, com a Segunda Guerra Mundial, e o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial, capitaneada pelos Estados Unidos, ele procura entender a hegemonia do que ele chama de ‘indústria cultural’ tanto no campo capitalista, como no campo soviético, expresso no ‘realismo socialista’ (2008, p. 16).

Note-se que o corte do problema não se restringe à escala nacional, ainda que não exclua a dimensão particular que nos diz respeito enquanto país. A dinâmica do capital, em escala global, das últimas quatro décadas colocou em xeque

o sentido clássico do conceito de ideologia, de uma racionalização que encoberte o vínculo com interesses particulares, tornando imperativa a reflexão sobre os novos termos de funcionamento do conceito. Ao mesmo tempo, o conceito de hegemonia parece adequado como instrumento de análise para lidar com a manifestação local da dinâmica de âmbito cosmopolita do capital, pois podemos observar uma alteração significativa no comportamento de nossa elite ocupante, considerando o agravamento do processo de exclusão de grande parte da população brasileira a partir do regime militar: ela desobrigou-se de sua missão ilustrada para com o “povo inculto”, ou, noutros termos, a retórica da elite passou a não mais carecer da inclusão dos segregados no seu discurso de nação para manter seus privilégios. O projeto nacional da elite foi abandonado e, nos termos da dominação, a expressão da vez é “mercado emergente”.

Todavia, conforme aponta Wang Hui, a feição local é parte integrante de uma dinâmica transnacional e supranacional do capital, que em parte a determina, e sem a qual a especificidade não se pode delinear:

Hegemonia diz respeito não só a relações nacionais ou transnacionais, mas está intimamente conectada ao capitalismo transnacional e supranacional. Deve ser analisada dentro da esfera das relações de mercado globalizadas. (...) As mais diretas expressões do aparato mercadológico-ideológico são a mídia, a publicidade, o ‘mundo da compra’ e assim por diante. Esses mecanismos não são apenas comerciais, mas ideológicos. Seu grande poder se baseia no apelo ao ‘senso comum’, necessidades corriqueiras que transformam as pessoas em consumidoras, que seguem de forma voluntária a lógica do mercado em suas vidas cotidianas (Hui *apud* Anderson, 2010, p. 118).

Indústria cultural: origem do conceito e recepção brasileira

De acordo com Theodor Adorno, em um ensaio publicado em 1967, a expressão “indústria cultural” foi utilizada pela primeira vez na obra *Dialética do esclarecimento*, escrita em conjunto por ele e Max Horkheimer e publicada em 1947. Neste ensaio posterior, intitulado “Résumé sobre indústria cultural” ele comenta que nos rascunhos o termo por eles utilizado era “cultura de massas”, mas eles optaram por substituí-lo por “indústria cultural” para desligá-lo “desde o início do sentido cômodo dado por seus defensores: o de que se trata de algo como uma cultura que brota espontaneamente das próprias massas, da forma que assumiria, atualmente, a arte popular (...)” (Adorno, 1967).

O capítulo “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas” da obra *Dialética do esclarecimento* apresenta uma ampla argumentação sobre a forma de operação e as consequências da indústria cultural. A noção básica é de que a racionalidade instrumental reificou a cultura, transformando-a em mercadoria, circulada por um aparato capitalista. A pergunta a ser respondida seria: por que, tendo as condições técnicas para a emancipação, o indivíduo não o faz?

De acordo com Axel Honneth, atual diretor do Instituto para Pesquisa Social, internacionalmente conhecido como Escola de Frankfurt, o instituto foi fundado em 1924 e, até 1930 foram realizadas pesquisas sobre a história do socialismo. Neste ano Max Horkheimer assumiu a direção e promoveu uma tentativa de fusão entre a teoria marxista e as ciências sociais. Em oposição ao que Horkheimer chamou de “teoria tradicional”, de base positivista, seria necessária uma “teoria crítica”, “entendida como teoria sempre ciente de seu contato

social de origem, assim como do seu contexto de aplicação prática” (1999, p. 509), tendo como foco do interesse a investigação do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção.

Com essa finalidade Horkheimer propõe um modelo de materialismo interdisciplinar escorado nas disciplinas de economia política, psicologia social e teoria da cultura. Honneth avalia que esse modelo padecia de certo reducionismo funcionalista, pois os pesquisadores não teriam conseguido se livrar do que o autor chamou de “resíduo dogmático da filosofia marxista da história”: “esse programa era concebido de tal forma que apenas os processos sociais suscetíveis de assumir funções na reprodução e na expansão do trabalho social podem encontrar um lugar nele (...)” (Honneth, p. 16).

A partir dos anos 1940 ocorre uma mudança de orientação nas pesquisas do Instituto. Embora o conceito de trabalho ainda permanecesse como fundamento categorial, as pesquisas abandonaram o foco das possibilidades emancipatórias armazenadas no processo de dominação da natureza e passaram a analisar o potencial destrutivo da razão humana.

(...) Foi a passagem de um conceito positivo do trabalho societário para um conceito negativo que introduziu uma nova fase na história da teoria crítica. O lugar até então ocupado pela posição produtivista de progresso foi substituído por uma crítica da razão, cética em relação ao progresso, e tão radical que podia também duvidar do valor cognitivo das disciplinas especializadas (Honneth, p. 519).

Um elemento decisivo na mudança de orientação dos estudos foi a ascensão do fascismo e do nazismo. Essa experiência reposicionou a perspectiva de progresso histórico-materialista, sendo analisada a partir de então por um viés cético. Adorno e

Horkheimer criam o conceito de “racionalidade instrumental” com a finalidade de explicar a origem e a dinâmica do processo filogenético de desintegração.

A recepção brasileira do conceito de indústria cultural é determinada pela inserção periférica do país no sistema mundial. No momento em que a porção moderna dos países colhe, barbarizada (com a devida exceção dos norte-americanos), os frutos do ciclo completo de modernização, no pós Segunda Guerra Mundial, os países periféricos ainda se empenhavam em fazer decolar suas economias (e tinham fortes indícios de que o projeto de modernização poderia se efetivar) e construir seu modelo de civilização de acordo com os pressupostos importados, justamente, daquele centro mundial estraçalhado pelo holocausto. Paulo Eduardo Arantes comenta, sobre a recepção da teoria crítica no Brasil, ressaltando o empenho fundador e permanente de nossos intelectuais em se apropriar das teorias, buscando nelas uma solução para o país e, lembrando que nem Marx nem os frankfurtianos estavam interessados em encontrar uma saída específica para a Alemanha “quando expunham a patologia planetária do capitalismo, ao contrário dos brasileiros perseguidos pela missão atávica de superação do subdesenvolvimento” (Arantes, 1996, p. 177):

(...) lembrando que um juízo tão inapelável sobre a inviabilidade civilizatória do capitalismo só poderia cair mal, uma impertinência incompreensível por parte de um marxismo construtivo mais interessado em industrializar um país colonial, que precisava apostar portanto numa certa normalidade capitalista com fôlego suficiente para alcançar aquela meta (por meio até de uma ruptura revolucionária, se servisse aos mesmos propósitos de saída nacional). E mais: agravando o desencontro, aquela versão materialista original do nosso conflito de passagem básico Colônia/Nação contava a seu

favor com um fortíssimo apoio na realidade, aparência tão solidamente ancorada nos fatos que deveria mesmo empurrar os ditos frankfurtianos históricos ao plano inferior do grãfinismo metodológico, da má vontade estetizante, do absenteísmo ornamental, perfumaria hermética etc. Se já disse, e não me importo de repetir, eles foram derrubados e por isso mesmo eram considerados ilegíveis (uma prosa armada intencionalmente para estar à altura de um impasse histórico de tirar o fôlego, não poderia deixar de afugentar leitores em qualquer parte do mundo confrontados com um retrato sem retoques da própria alienação, em particular brasileiros, positivamente engajados e formados numa tradição intelectual alérgica à complexidade conceitual de construção literariamente exigente de um argumento) pela evidência palmar de que o famigerado imperialismo responsável por nossa antiga condição primário-exportadora estava não obstante abrindo caminho para a industrialização na periferia, enquanto no centro o mesmo grande capital aceitava o mal menor do *welfare* (...) (Arantes, 1996, p. 176).

Positivo e negativo seriam categorias vinculadas a otimismo e pessimismo, de acordo com nossa tradição intelectual, que além da herança do positivismo francês, no plano da comunicação é acrescida com o pragmatismo norte-americano. Por essa perspectiva hegemônica da academia brasileira, a negatividade em sua acepção marxista é veementemente descartada do debate. Podemos entender por negatividade a crítica estruturada em premissas antissistêmicas, que portanto, não visa ajustar, melhorar ou consertar a estrutura sistêmica atual e, por isso, não corrobora com as premissas edificantes desse modelo civilizacional – essa seria a perspectiva positiva – ao contrário, vê barbárie onde a visão positiva vê humanidade, e vice-versa. Note-se que não se trata de colocar como antagonicos os objetivos humanistas que justificam ambas,

a questão é que enquanto a tradição positiva os trata diretamente, na perspectiva negativa eles não são mencionados, a não ser indiretamente, posto que o objetivo é desconstruir o discurso (e o sistema) positivo que declara estar atingindo tais “metas”. Partindo dessa contextualização histórica da recepção brasileira do pensamento frankfurtiano, encontramos elementos para refletir a respeito da alcunha de “pessimistas” que os frankfurtianos ganharam no Brasil.

Todavia se, na década de 1960, a esquerda podia somar evidências de que tínhamos todas as condições para uma revolução socialista, atualmente não dispomos dessa referência, que se mostrou ao longo das décadas ledor engano, não obstante continuamos reafirmando o pessimismo deles, sem ter o respaldo, ou a espora, do otimismo ilusório de antigamente.

O pesquisador Francisco Rudiger notou em seu trabalho “Comunicação e indústria cultural: a fortuna da teoria crítica nos estudos de mídia brasileiros” que a recepção brasileira da teoria crítica foi, além de descontínua, bastante empobrecedora em relação ao argumento teórico e conceitual:

(...) a perspectiva frankfurtiana encontra-se numa espécie de limbo, do qual só consegue ser chamada de maneira estereotipada. As tentativas de compreendê-la de maneira séria e fundamentada tiveram pouca continuação e não se traduziram em um programa de pesquisa consequente (...) (Rudiger, 1998, p. 14).

Não raro, quando nossos pesquisadores mencionam o termo “indústria cultural” não se referem ao conceito contido no termo por Adorno e Horkheimer⁸, mas somente ao fato de

⁸ “A expressão ‘indústria’, contudo, não deve ser tomada ao pé da letra: ela se refere à estandarização da própria coisa, por exemplo, à estandarização dos filmes *western*, familiares a todo frequentador de sala de cinema, e a

que, a partir de determinado momento histórico, passamos a ter em território nacional a produção e consumo massificado de bens culturais. Nesse caso, o termo “indústria cultural” é esvaziado conceitualmente e passa a denotar a constatação do fato de que “a partir de determinado momento” o Brasil passa a produzir e consumir bens culturais em escala massiva.

Indústria cultural, questão agrária e racismo

A despeito do senso comum associar indústria cultural à esfera do entretenimento, contemplando no máximo a dimensão mercantil do sistema de produção de notícias, cabe ressaltar, todavia, o caráter sistêmico da dinâmica que Adorno e Horkheimer procuraram abarcar, lançando mão do legado da economia política, da psicologia, e das mediações entre arte e sociedade.

Além da superação do risco meramente conteudista, ou formalista, focado na análise de produtos culturais ou obras de arte, que imporia à crítica o impasse da reclusão à esfera da cultura, se coloca ainda o desafio de, a partir do chão histórico brasileiro, estabelecer as balizas que nos permitam compreender o papel que a indústria cultural desempenha para a permanente renovação da estrutura de poder hegemônica.

A universidade brasileira cumpre função relevante para a permanência do isolamento da indústria cultural de outras questões articuladas e indissociáveis, como a questão agrária e a questão racial. A totalidade da configuração histórica da experiência é esquartejada e dividida arbitrariamente em departamentos de pós-graduação que, de tão empenhados

racionalização das técnicas de divulgação; não ao processo de produção no sentido estrito” (Adorno, 1967).

em legitimar a relevância de suas linhas de pesquisa perante padrões de produtividade impostos por agências reguladoras, não se colocam o desafio de atuar nas fronteiras das áreas de conhecimento para constituir uma concepção crítica da realidade, segundo as pistas explicitadas pela dinâmica das classes em confronto.

Decorrem daí as marcas do trauma, por exemplo: nas universidades, em geral, as pesquisas sobre questão agrária não contemplam a influência decisiva que teve a indústria cultural para a implementação da revolução verde no Brasil. A propaganda das supostas benesses das providências necessárias para o plantio eficiente em larga escala, com uso intensivo de agrotóxicos etc. são contemporâneas e decorrentes do fortalecimento do mercado publicitário brasileiro na década de 1960, em diante⁹.

Nas Faculdades de Comunicação, tampouco a questão agrária é estudada como fenômeno partícipe da indústria cultural. Há um divórcio entre campo e cidade, ou o apagamento sistemático do fato do Brasil ser, ainda, um país de base exportadora agrícola, com as inerentes contradições dessa opção colonial.

Uma das evidências do caráter violento desse influxo modernizante no país é que o período de modernização do sistema produtivo no campo que coincide com o período de inversão da concentração da maioria da população, do campo para a cidade, demandou um regime político autoritário para

⁹ Conferir a dissertação de mestrado *Questão agrária e hegemonia: a unidade produtiva como campo de batalha entre a alienação e a emancipação* (Florianópolis: UFSC, 2010), de Luiz Henrique Gomes de Moura. Pesquisador do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais e integrante do Setor de Produção do MST.

se efetivar. Por 20 anos prevaleceu no Brasil o poder pela força das armas, momento em que se consolida a indústria cultural brasileira para garantir posteriormente o retorno à democracia e o exercício de manutenção do poder pelo consentimento, ainda que a força se manifeste sempre que a classe dominante considere necessário para conter as contradições, como no caso do massacre de Eldorado de Carajás, em 1996. A propósito, segundo Anita Leocádia Prestes, no contexto atual “a luta ideológica é a principal forma da luta de classes (...). As classes dominantes buscam a hegemonia através do consenso. Mas, quando necessário, apelam para a coerção” (2010, p. 7).

Entretanto, há muitas pistas que nos permitem pouco a pouco elaborar uma perspectiva de pesquisa conjugada, que considere que racismo, agronegócio e indústria cultural são problemas articulados, e que a análise das conexões entre esses fatores é providência necessária para a abordagem da realidade contemporânea que tenha em perspectiva a ideia de totalidade da experiência histórica.

O poder da classe dominante brasileira é sustentado pelo tripé “monopólio da terra + controle dos meios de comunicação + poder político eleitoral”, acrescido, a partir do influxo neoliberal da década de 1990, pela entrada massiva do capital transnacional em diversos setores da economia brasileira, que ademais, desde sua origem é vulnerável e dependente, em condição periférica, dessa dinâmica externa. Apesar da irregularidade perante a lei é comum que os políticos de maior influência do Congresso Nacional brasileiro sejam proprietários de cadeias de meios de comunicação em suas regiões, e com isso se mantenham em evidência permanente e ataquem seus inimigos. O domínio dos meios de comunicação é um instrumento de coação e um instrumento de acumulação de

riqueza e influência, a despeito do sistema de uso dos serviços de comunicação ser supostamente regulado pelo Estado por meio do sistema de concessão pública.

Não é mera coincidência que no parlamento brasileiro os políticos brancos da bancada ruralista sejam fortes protagonistas da reação às políticas de ação afirmativa para a população afrodescendente brasileira. Com frequência, por exemplo, o então senador Demóstenes Torres, do partido Democratas, de Goiás, era requisitado para dar entrevistas pelas emissoras familiares que, não por acaso, integram associações do agro-negócio no Brasil.

Após o término das duas décadas de ditadura que marcaram o período de 1964 a 1985, os meios de comunicação da grande imprensa passaram a exercer papel fundamental para manutenção da hegemonia: a administração do antagonismo que marca nossa sociedade segregada por meio de mecanismos formais de anulação das contradições de classe e raça, dissolução de conflitos agrários e urbanos por meio do escamoteamento das causas políticas e econômicas do problema, justificativa da função repressora do Estado por meio dos “blocos do crime” nos telejornais, dos programas policiais, e ocultamento das causas humanas das catástrofes ambientais que têm assolado o país, a fim de não vincular os problemas como parte inevitável da lógica do sistema destrutivo de acumulação de capital.

A despeito da maioria da população do campo brasileiro ser negra e viver em condição de miséria ou pobreza, não há volume significativo de pesquisas que articule questão agrária e questão racial, agronegócio e racismo, como conexões atuais do problema estrutural que engrena um modo de produção agrícola voltado eminentemente para exportação ao legado

escravocrata brasileiro. A conjunção entre eficiência mercantil do modo de produção e barbárie social, esta movendo aquela, suprimindo a modernidade do centro sob o ônus da fratura exposta do sistema, não é novidade dos dias atuais, ao contrário, data do período colonial.

Para além dos limites corporativos e departamentais da academia brasileira, são os movimentos sociais de trabalhadores do campo que denunciam a face arcaica e brutal da promessa de modernidade brasileira, o agronegócio, dando visibilidade aos índices de criminalidade das cidades de fronteira agrícola do agronegócio, explicitando o caráter danoso para a natureza e humanidade (desmatamento e exportação ilegal de madeira, monocultivo até o esgotamento da terra, criação de pastagens para pecuária extensiva) desse modelo de produção, chamando atenção para a libertação de trabalhadores em condições análogas à escravidão em fazendas-modelo do setor agrícola, e expondo a crescente internacionalização das terras dos países do hemisfério sul.

Entretanto, mesmo com a intensa movimentação há limites no plano da formulação de estratégia, em função do não reconhecimento no plano histórico, teórico, e como providência de articulação da classe trabalhadora brasileira, das conexões explosivas entre terra, raça e classe. A pauta dos movimentos, a despeito de sua legitimidade, é em geral reativa ao avanço do modelo hegemônico, e não organizativa. A maioria negra do campo é vista pelos movimentos somente sob o crivo da condição de trabalhadores rurais, sem que 350 anos de escravidão faça diferença na compreensão do problema e na formulação de estratégias para lidar com a questão. De modo geral, a interpretação política da esquerda brasileira expropriou a historicidade da classe trabalhadora, a saber: quando

os negros em condição escrava foram libertos pela abolição da escravidão eles perderam a sua cor, sua memória afrodescendente, e entraram para a história como os despossuídos, os pobres, desempregados, mão de obra desqualificada para o trabalho, trabalhadores rurais, rurícolas.

Há ainda, para além da existência dos espaços protocolares de articulação entre os movimentos sociais de diversos segmentos populares, a resistência ao debate sobre classe, raça e terra, sob a alegação de que esse debate pode incitar a segregação e a desarticulação das bases sociais. Sem perceber, esse medo é parente ou herdeiro da “síndrome do pânico”¹⁰ manifestada pelas elites brancas do país desde o período escravocrata, é a manifestação da introjeção de um preconceito sociorracial que tem efeito regressivo perante a organização das classes populares brasileiras.

Florestan Fernandes, um dos principais intérpretes da formação do Brasil, pensador reconhecido e homenageado por diversos movimentos sociais brasileiros, questiona a invisibilidade dos vínculos explosivos entre classe e raça no Brasil:

O fato nu e cru é a existência de uma imensa massa de trabalhadores livres e semilivres, na cidade e no campo. É, portanto, entre os de baixo, onde a luta de classes crepita com oscilações, mas com vigor crescente, que a raça se converte em forte fator de atrito social. Há problemas que poderiam ser resolvidos ‘dentro da ordem’, que alcançam a classe mas estão fora do âmbito da raça. A raça se configura como pólvora no paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe (1989, p. 42).

¹⁰ Expressão cunhada pelo sociólogo Clóvis Moura em: *Sociologia do negro brasileiro* (São Paulo: Ática, 1988).

Não se faz, hoje, associação de causa e consequência diante do fato de sermos o país recordista na concentração de terras (46% das terras nas mãos de 1% de proprietários), o último a abolir a escravidão, e termos a maioria da população negra em condição de pobreza. A Lei de Terras, promulgada em 1850, é um marco para a compreensão do destino articulado da questão agrária e da questão racial do país. Quando a elite percebeu que a escravidão teria um fim datado na história mundial – haja vista que a revolução dos negros haitianos já tinha ocorrido e amedrontava os senhores de escravos brasileiros, e que a produção excedente de mercadorias exigia a expansão do mercado consumidor na periferia mundial – adiantou-se e decretou que as terras poderiam ser compradas (a altos custos), herdadas ou concedidas pelo poder do Estado. Então, 38 anos antes dos braços negros tornarem-se livres, as terras já eram mercadoria, com preços inacessíveis para a população negra ex-escrava, que até a abolição em geral não era remunerada pelo fruto do seu trabalho.

Dois mitos sobre terra e raça foram urgidos para escamotear a brutal violência do processo civilizatório brasileiro. A dimensão continental do território brasileiro é representada como um dos grandes marcos de nossa “pátria grande”, indício do caminho promissor que a “potência do sul” teria a percorrer. Esperava-se, em médio prazo, sair da condição de nação periférica, marcada pela colonização e escravidão, e galgar posição louvável no concerto das nações. E no que tange à raça, a colonização portuguesa construiu por aqui o que foi nominado posteriormente como mito da democracia racial, uma aposta de que a integração entre brancos europeus, negros africanos e índios americanos poderia no futuro se consolidar como a singularidade brasileira. Nação miscigenada

e território integrado: duas bandeiras da classe dominante introjetadas pelo conjunto da população brasileira, mediante muito investimento publicitário e campanhas de propaganda governamental.

Fissuras da hegemonia, contradições e perspectiva contra-hegemônica

Em ensaio emblemático publicado em 1986, sobre a trajetória da Rede Globo no Brasil e a função que a emissora cumpriu para consolidar o ciclo de modernização conservadora da ditadura de 1964, a psicanalista Maria Rita Kehl reflete sobre a construção do “Padrão Globo de Qualidade” e sua influência na manutenção de um formato hegemônico de representação da realidade brasileira. Segundo a autora: “[A Rede Globo foi] a grande distribuidora de renda simbólica desse país. Foi a concretizadora, ao nível do imaginário, dos sonhos e promessas do milagre brasileiro – que concretamente não se cumpriram” (1986, p. 173). O público alvo da publicidade na televisão seria menos de um terço do total de telespectadores, seria a parcela com poder aquisitivo que permitisse a compra dos bens de consumo sofisticados ofertados pelas empresas, cuja grande maioria era multinacionais, enquanto os outros dois terços “se integram apenas ao nível do imaginário. São os consumidores potenciais das imagens, mas não dos bens concretos, de um país ‘em desenvolvimento’” (Kehl, p. 171).

Ao que tudo indica o atual ciclo de modernização conservadora pelo qual passamos enquanto país pode ser compreendido como aquele que consolida o projeto mercantil de inclusão da maioria possível dos integrantes do território como consumidores, em alguma escala, não mais apenas ao

nível do imaginário. Uma conclusão taxativa dessa inferência poderia ser, em chave pessimista, a afirmação de que a lógica da mercadoria instalou-se em caráter absoluto, sem margem para contestação. A sociedade de consumo, entendida por alguns como fascista, a cultura totalitária de mercado, seria a reta final do desenvolvimento possível para um país periférico que não realizou em tempo as transformações estruturais que poderiam lhe carimbar o passaporte para o primeiro mundo.

A despeito da procedência parcial do argumento, cabe notar que ele lima as contradições decorrentes do processo, essenciais para avaliação do panorama das possibilidades contra-hegemônicas. Nesse sentido, vale acompanharmos o complemento tecido por Perry Anderson ao argumento de Wang Hui, previamente citado neste texto, a título de alerta para um possível impasse caso o debate sobre as providências se restrinja à questão do consumismo e sua relação com o modelo de democracia, que assim, tomada a termo, não deixa de ser uma falsa questão:

Aqui, consumismo é corretamente identificado com uma sustentação da hegemonia global do capital. Mas nesse nível também a estrutura da hegemonia atual é dupla. Consumo, sim: é o terreno da presa ideológica em um domínio da vida cotidiana. Mas o capitalismo, não devemos nunca esquecer, mantém em sua base um sistema de produção e é no trabalho assim como no lazer que a hegemonia se reproduz cotidianamente, o qual Marx chama de ‘compulsão ao trabalho alienado’, que progressivamente adapta pessoas a relações sociais existentes, matando suas energias e capacidade de imaginar qualquer outra e melhor ordem do mundo. Nessa estrutura existencial dupla, na encruzilhada entre universo da produção e consumo – cada um sendo uma compensação, meio-real e meio-ilusória, para o outro –, constitui-se o mais profundo nível na estrutura

transnacional de hegemonia na política despolitizada de hoje (2010, p. 118).

O foco recai, portanto, sobre a articulação entre trabalho e consumo, sistema de produção e relações sociais de produção. Nesse sentido, cabe a indagação: o projeto de democracia, norteado pela massificação do consumo como meio de inclusão dos aliados do poder de compra no bloco histórico, enseja contradições que podem ser exploradas em sentido contrário à hegemonia?

Em primeira mirada, é plausível afirmar que um país que democratiza a oferta de consumo sem desconcentrar a renda na mesma proporção do aumento da oferta é um país violento: a mobilidade de classes não é real, não há reconfiguração do espaço urbano, a periferia permanece em seu lugar. A violência inerente a esse mecanismo de estímulo e contenção é uma contradição que precisa ser recalcada, mediante os riscos de sublevação, revolta ou revolução, para isso é necessário, como ação de desmobilização preventiva, a produção do consenso sobre a legitimidade do uso da coerção do Estado, mediante suas forças de segurança.

Todavia, o aparato coercitivo só é necessário porque a modernização conservadora traz no bojo uma ameaça, da pressão popular por transformações estruturais mediante a percepção das condições objetivas para que isso ocorra. Não custa lembrar que no ciclo anterior o resultado da repressão à ameaça potencialmente revolucionária foram duas décadas de ditadura cívico-militar. É, portanto, o reconhecimento dos sinais da ameaça que pode nos recolocar no fio da meada da luta de classes, bloqueando os argumentos fascistas que atacam a política assistencialista de distribuição de renda, para além de seus limites objetivos. Movida por esse intuito, em véspera da

decisão eleitoral de 2010, Kehl publica o texto “Dois pesos”, 24 anos depois de seu prognóstico sobre a Globo e o ciclo de modernização conservadora anterior:

A Bolsa-Família, acreditem se quiserem, proporciona as condições de consumo capazes de gerar empregos. O voto da turma da “esmolinha” é político e revela consciência de classe recém adquirida. O Brasil mudou nesse ponto. Mas ao contrário do que pensam os indignados da internet, mudou para melhor. Se até pouco tempo alguns empregadores costumavam contratar, por menos de um salário-mínimo, pessoas sem alternativa de trabalho e sem consciência de seus direitos, hoje não é tão fácil encontrar quem aceite trabalhar nessas condições. Vale mais tentar a vida a partir da Bolsa-Família, que apesar de modesta, reduziu de 12% para 4,8% a faixa de população em estado de pobreza extrema. Será que o leitor paulistano tem ideia de quanto é preciso ser pobre, para sair dessa faixa por uma diferença de R\$ 200? Quando o Estado começa a garantir alguns direitos mínimos à população, esta se politiza e passa a exigir que eles sejam cumpridos. Um amigo chamou esse efeito de ‘acumulação primitiva de democracia’.

Indício do incômodo que tal opinião provoca na classe dominante foi a demissão da autora de seu ofício de colunista do jornal *O Estado de São Paulo*. Segundo Raymond Williams, o poder hegemônico “não existe passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovado continuamente, recriado, defendido e modificado. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões” (1979, p. 115). Entretanto, para que exista uma perspectiva contra-hegemônica é necessário que uma classe ou grupo que seja potencialmente universal, em chave estrutural, rompa o bloco histórico e prepare uma transformação social radical.

No Brasil, de acordo com Coutinho, os camponeses e os assalariados agrícolas foram alijados do bloco histórico hegemônico, nas fases de regime populista que vigoraram de 1937 a 1945 e de 1945 a 1964, enquanto os trabalhadores assalariados urbanos foram incorporados, em condição subalterna, mediante a concessão de direitos sociais e de determinadas vantagens econômicas. Vigorava o regime de industrialização acelerada, com base no processo de substituição de importações. A exclusão do campesinato e trabalhadores rurais assalariados manteve a oligarquia latifundista no bloco de poder e foi útil à burguesia industrial, à medida que ampliava enormemente o exército industrial de reserva e, por conseguinte, pressionava para baixo o salário dos trabalhadores urbanos.

No contexto atual, o ingresso de quantidade significativa de trabalhadores na esfera do mercado formal de trabalho e na vida do consumo massivo induzida pelas políticas assistenciais poderá ocorrer sem contradições (de classe) de ordem mais profunda? Esse processo poderá ser conduzido de forma apaziguada, administrada pelas leis de mercado geridas pelo governo da vez?

Ildo Sauer, em avaliação dos anos de governo Lula, em entrevista concedida ao jornal *Correio da Cidadania*, em novembro de 2010, defende a tese de que Lula consolidou o capitalismo e instrumentalizou o Estado no Brasil, e reflete sobre o paradoxo do otimismo induzido pelo influxo mercantil à revelia do abandono do investimento público em setores essenciais da vida coletiva:

Mas não se discutiu a reforma da educação, necessária, com conceito e amplitude, horizontalização; não se discutiu a reforma agrária, que ficou escondida; não se discutiu a reforma urbana, a questão da moradia, do planejamento,

abarcando onde as pessoas vivem, trabalham, circulam, enfim, a mobilidade de um transporte público de qualidade; não se discutiu a questão da reforma da saúde, e não há um brasileiro que queira estar submetido ao nosso sistema de saúde público, muito bem concebido e mal implementado. Ninguém deseja circular nos transportes públicos nas grandes metrópoles; ninguém acredita que a proteção ambiental hoje, da qualidade do solo, ar e água nas cidades e em termos globais, seja aceitável; ninguém está satisfeito com o volume de investimento em ciência, tecnologia e pesquisa. E, no entanto, o país parece feliz, o que é um paradoxo. De onde vem isso? Creio que da pequena sensação de bem-estar, promovida por uma conjuntura econômica, externa e interna, favorável.

Ab'Saber partilha de opinião semelhante:

O país continua feliz, com a pior concentração de renda do mundo, com vidas arruinadas pela falência programática e avançada dos valores e das estruturas públicas, com uma economia desindustrializada, ou seja, financeirizada, e com uma infernal subjetivação geral para o mercado, sem renda mínima para realizá-la, produzindo em massa os famosos sujeitos econômicos sem nenhuma renda, de Robert Kurz (2010, p. 190).

Todavia, ainda que pareça incontestável a hegemonia de mercado, algumas fissuras puderam ser detectadas no último período da conjuntura política brasileira. Apesar do apoio intenso dos meios de comunicação de massa a candidatos da direita, e da crítica contundente às candidaturas de Lula para presidência, a maioria da população optou pelo ex-metalúrgico, nordestino, sindicalista do PT. O que mostra que sujeição ao consumismo e manipulação política nem sempre correm no mesmo barco, ou ainda, que a adesão incondicional à lógica de mercado não tem como consequência direta a alienação passiva

perante a opinião manipulada pelos meios de comunicação de massa¹¹. Segundo Sader:

A unidade de toda essa gama de setores do grande capital, sob a hegemonia do capital financeiro, não conseguiu forjar uma ampla base social de apoio, a despeito da aliança com os novos setores globalizados das classes médias – que, de qualquer maneira, eram minoritários nessa camada social. Apesar do papel que a grande mídia mercantil passou a ter como direção política e ideológica da nova direita latino-americana, sua capacidade de mobilizar e consolidar apoios no plano político é limitada, mesmo com a imensa influência ideológica que exerce (2009, p. 60).

Singer defende a hipótese de que, por um longo tempo, o norte da sociedade brasileira será dado pelo anseio histórico de reduzir a pobreza e a desigualdade social e antevê um prognóstico de confrontação de classes para o próximo período se alguns itens da pauta dos trabalhadores se mantiverem em voga, como a continuidade da política de valorização do salário-mínimo, a manutenção do crédito, e maior capacidade do Estado de induzir o investimento privado. Segundo o analista, a taxa de desemprego diminuirá e podem ressurgir as condições para ascensão da luta proletária. Num cenário possível, se formará nova aliança produtiva mediante união de trabalhadores e burguesia industrial contra o capital financeiro. Por sua vez, a aliança pode não se efetivar ou ruir em função

¹¹ Obviamente, o Lula e o programa do PT da disputa para presidente de 1989 não é o mesmo do pleito em que saiu vitorioso, a esquerda fez concessão ao centro e à direita para que seu programa fosse aceito, ao ponto de descaracterização do programa, na opinião de muitos analistas. Mas para efeito do argumento, o que importa ressaltar é que a opinião da maioria não está inquestionavelmente colada à opinião dos meios de comunicação de massa e determinada pelos padrões hegemônicos de representação da realidade que esses meios difundem.

das reivindicações trabalhistas, como aumento salarial, e pela divergência de concepção sobre a função e o tamanho do Estado, e a questão das cargas tributárias. De acordo com Singer:

Nesse item, capitalistas e assalariados se encontram em campos opostos. A pressão da burguesia pela contenção dos gastos do Estado deverá crescer. Assim, a abrangência dos serviços públicos de saúde e educação é um tema que separa a coalizão majoritária em diferentes segmentos. Para os trabalhadores, deve-se atender ao mandamento constitucional de universalizar a saúde e educação públicas. Para os empresários, a privatização em curso, representada pelos planos de saúde e escolas privadas, merece ser preservada e ampliada. Contrapõem-se aqui visões distintas a respeito do papel do lucro no atendimento de necessidades fundamentais como medicina e educação (2010, p. 66).

A discussão sobre formulação de estratégias que tenha no horizonte a construção de uma perspectiva contra-hegemônica não tem como abrir mão de outros dois conceitos da teoria gramsciana que foram referência nos debates da esquerda partidária brasileira nas últimas décadas: guerra de posição e guerra de movimento. Carlos Nelson Coutinho, um dos principais divulgadores da teoria gramsciana no Brasil, afirmava em 1998, portanto, antes do PT assumir o governo federal, que vivíamos uma crise de modelos interpretativos: se somos uma sociedade “ocidental” não podemos imaginar formas de transição ao socialismo centrada na “guerra de movimento”, no choque frontal com os aparelhos coercitivos do Estado, em rupturas revolucionárias rápidas e violentas. Essa constatação implicou na opção deliberada pela guerra de posição, ou seja, pela disputa política no âmbito institucional, em que o objetivo seria a conquista da hegemonia por meio da opção estratégica da guerra de posição (1998, p. 151).

Sem mencionar a especificidade brasileira, Perry Anderson aponta um problema dessa concepção ainda na matriz do pensamento gramsciano, pois ele compreendia a guerra de posição como o espaço da hegemonia, entendida esta como o governo pelo consentimento permanentemente organizado. Nesse esquema a guerra de movimento é subestimada. De acordo com Anderson, no caso de Gramsci, as inadequações da fórmula da “guerra de posição” tinham uma clara relação com as ambiguidades da sua análise do poder de classe da burguesia. Gramsci igualava a guerra de posição à hegemonia civil. Assim, exatamente como sua utilização da hegemonia tendia a implicar que a estrutura do poder capitalista no Ocidente repousava essencialmente sobre a cultura e o consentimento, a ideia de uma guerra de posição tendia a implicar que o trabalho revolucionário de um partido marxista era essencialmente o da conversão ideológica da classe operária – daí a sua identificação com a frente única, cujo objetivo era ganhar a maioria do proletariado ocidental para a terceira Internacional. “Nos dois casos, o papel da coerção – repressão da parte do Estado burguês e da insurreição da parte da classe operária – tendem a desaparecer” (1986, p. 71)¹².

A análise de Anderson é publicada dois anos após criação do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, que optou claramente pela centralidade da guerra de posição em seu planejamento estratégico, e um ano após o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desde sua origem

¹² Comentário de Luiz Henrique Gomes de Moura, em diálogo com o argumento proposto: “Não reside aí o gérmen desses processos de ‘controle social’, como os conselhos, e de levantamento de demandas da sociedade por meio de conferências, em vez de processos de lutas que cada vez são mais rechaçados pelo governo brasileiro?”

lançou mão da guerra de movimento, mediante a ocupação de terras improdutivas ou que por outros motivos não cumprem sua função social, em compasso articulado com a batalha no campo institucional, inerente à guerra de posição, mediante diálogo constante com agentes do Estado visando a consolidação da reforma agrária no Brasil, como política de Estado implementada.

Passadas duas gestões nacionais do PT a força e o limite da estratégia traçada já dispõem de elementos para análise, conforme o presente trabalho procurou apontar se referenciando em estudos recentes. O resultado para a organização social da classe trabalhadora pode também em parte ser aferido pelo estado fragilizado em que se encontram os principais movimentos sociais de massa da esquerda brasileira, que tiveram nesse período sua principal tática – a guerra de movimento como instrumento de pressão, via arregimentação e formação massiva das famílias mediante a experiência do combate no calor da hora por anos a fio até lograrem conquistas como o acesso à terra e aos créditos – combatida fortemente pela gestão direta do Estado às famílias da linha de miséria mediante políticas assistenciais.

A opção pela guerra de posição se chocou com as fronteiras intransponíveis da hegemonia, que soube impor condições para o exercício do poder a um grupo estranho no ninho, haja vista os compromissos do PT com a manutenção dos compromissos financeiros do grande capital na Carta aos Brasileiros divulgada na campanha eleitoral de 2002; a política de conciliação de Lula com o setor arcaico da produção agrícola brasileira, mediante elogios aos usineiros, alçados à condição de heróis e presenteados com investimentos do BNDES e outros órgãos de fomento etc.

Quais providências tomar para repor os termos da luta de massas que logre conquistas objetivas de modo que a garantia

de avanços institucionais não implique na desmobilização da experiência de luta coletiva das classes populares? Anderson aponta para o equívoco da centralidade da guerra de posição na formulação da estratégia da esquerda:

Formular a estratégia proletária como essencialmente uma guerra de posição é esquecer o caráter necessariamente repentino e vulcânico das situações revolucionárias que pela natureza dessas formações sociais não podem jamais ser estáveis por longos períodos e, portanto, impõem a maior rapidez e a maior mobilidade do ataque se não se quer perder a oportunidade de conquistar o poder. A insurreição, como sempre enfatizaram Marx e Engels, depende da arte da audácia (1986, p. 71).

Por fim, enquanto esse texto é escrito a surpreendente insurreição nos países árabes do Norte da África têm desfecho incerto, mas já logrou vitória ao expulsar o ditador da Tunísia. Na Europa, greves gerais questionam as leis excludentes do capital em importantes capitais do continente. Na América Latina avançam as experiências de governos de esquerda eleitos democraticamente, com revisões importantes das constituições de seus países. Em curto espaço de tempo países como Bolívia, Equador e Venezuela zeraram suas taxas de analfabetismo e expandiram em taxas muito acima do Brasil o percentual de entrada de jovens no ensino superior. No Haiti e em Honduras a reação do poder hegemônico não consegue mais garantir o verniz da ordem perante a arbitrariedade da força bruta da dominação imperial, não há mais o elo do consentimento na equação da hegemonia. Como alerta há mais de uma década, em palestras e diversos textos o professor Paulo Arantes, não há mais missão civilizatória do capital. Nas investidas imperiais contra o Iraque e Afeganistão a fraude da guerra é explícita, assim como a crise econômica dos EUA, que usam do arsenal de seu poder de morte para conquistar fontes de suprimento de energia e exercer o domínio pela ameaça.

Na América do Sul, a grande maioria dos países não se sentiu protegida pela reativação da 4ª Frota da Marinha estadunidense, e prefere confiar em sua força regional (Unasul) perante à nova correlação de forças mundial.

Contudo, o cenário é antes de conflito que de comemoração. Cabe avaliarmos detidamente se os governos de esquerda, centro-esquerda, e as insurreições mais recentes são capazes de alterar a estrutura hegemônica do capital. Esse sismógrafo é mais profundo do que a análise geopolítica da relação entre os países. Democracias pautadas por índices de consumo são capazes de combater a exploração da força de trabalho, a mais-valia, e o fetichismo da mercadoria, ou, a mercantilização da vida e conseqüente destruição da natureza? Não seria um paradoxo que, para se desenvolverem, governos de esquerda lancem mão dos mesmos pressupostos da filosofia do progresso tão danosa para a maioria pobre de suas populações e para o meio ambiente? Haja vista, no caso brasileiro, a questão da usina hidrelétrica de Belo Monte, da transposição do Rio São Francisco, da política segregacionista de limpeza urbana e o salto do mercado imobiliário nas capitais que serão sede dos jogos da Copa do Mundo, da imposição “natural” do retorno das Forças Armadas nas cidades brasileiras etc.

A aventada multipolaridade, ou articulação mais incisiva do Brasil com países da América Latina e com Índia, Rússia e China pode ter expandido mercado para exportações de empresas brasileiras, ou eventualmente para importações, como no caso da China, mas os brasileiros não presenciaram até o momento nenhuma mudança estrutural em curso, conforme apontou Ildo Sauer.

Orgulho e ressentimento, festa e ódio racial, consumo e segregação, ostentação e subdesenvolvimento, esperança e ceticismo, progresso e barbárie: marcas de uma experiência

periférica cujo desenvolvimento ora é insuflado como promessa por alianças improváveis do nacional-desenvolvimentismo – entre forças populares e capital nacional – que volta e meia reaparece como fantasma na cena política nacional, ou por golpes de Estado, sustentados pela força bruta e pela elite rural oligárquica e urbana industrial, que em vez de fazer avançar o país, retrocedem o acúmulo dos anos de frágil democracia.

O novo ciclo de modernização conservadora em que ingressamos, em parte por empenho coletivo progressista de ordem nacional, em parte como decorrência da dinâmica mundial hegemônica do capital, impõe a nós o desafio de elaborarmos estratégias que não compreendam de modo antagônico ou dual a guerra de posição e guerra de movimento, para evitar o risco de que se configure uma oposição maniqueísta entre reformismo e aventureirismo. Cabe, portanto, avaliar o que ficou de fora das estratégias de partidos e movimentos de esquerda, identificar as questões latentes com chão histórico comum que por inadequação da teoria importada à realidade local não convergem organicamente para uma configuração crítica da realidade que vise sua transformação, como as articulações potenciais entre classe, raça, gênero e terra. Os gargalos são de ordem teórica e prática, de formulação e articulação, e serão vencidos à medida que sejam reconhecidos como impasses e seja compreendida, como recalques históricos a serem superados, a força neles contida.

Referências bibliográficas:

- AB'SABER, Tales. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação), *in: O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.
- ADORNO; Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

- _____. *Résumé sobre indústria cultural*, in: OhneLeitbild. Parva Aesthetica. Farnkfurt: Suhrkamp, 1967.
- ANDERSON, Perry. Algumas notas históricas sobre hegemonia, in: *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, n. 14. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *O fio da meada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Iná Camargo. *A hora do teatro épico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos, in: *História do Marxismo no Brasil*, v. 3. QUARTIM DE MORAES, João (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- HONNETH, Axel. Teoria Crítica, in: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria Social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- KEHL; Maria Rita. Televisão e violência do imaginário, in: BUCCI, Eugênio (org.). *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. SIMÕES, Inimá F.; COSTA, Alcir Henrique da. *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense/Funarte, 1986.
- _____. Dois pesos. Originalmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo* e posteriormente postado em O Escrevinhador: <<http://www.rodrigovianna.com.br/outras-palavras/dois-pesos-maria-rita-khel-diz-tudo.html>>. Acesso em: 7 out. 2010.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LIMA, Eduardo Sales de. Subdesenvolvimento, in: *Jornal Brasil de Fato*. São Paulo, ano 8, n. 394, 16 a 22 set. 2010.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- MOURA, Luiz Henrique Gomes de. *Questão agrária e hegemonia: a unidade produtiva como campo de batalha entre a alienação e a emancipação*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de

- Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, em dez. 2010.
- NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna, *in: História da Vida Privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PRESTES, Anita Leocádia. Historiador comprometido com as lutas populares, *in: Jornal Brasil de Fato*. São Paulo, ano 8, n. 405, 2 a 8 de dezembro de 2010.
- RUDIGER, Francisco. Comunicação e indústria cultural: a fortuna da teoria crítica nos estudos de mídia brasileiros. *Revista Brasileira de Ciência da Comunicação*, v. XXII, n. 2, São Paulo: jul/dez 1998.
- SADER, Emir. *A nova toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Lula e sua herança, *in: Carta capital*, ano XVI, n. 629, 19 jan. 2011.
- SAUER, Ildo. *Lula consolidou o capitalismo e instrumentalizou o Estado no Brasil*, *in: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/5200/9/>>*. Acesso em: 7 dez. 2010.
- SCHWARZ, Roberto. Fim de século, *in: Sequências brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- _____. As ideias fora do lugar, *in: Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SINGER, André. O Lulismo e seu futuro, *in: Revista Piauí*, n. 49. São Paulo: ano 5, out. 2010.
- STEDILE, Miguel Enrique; BASTOS, Manoel Dourado; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. *Glossário de conceitos chaves*. Veranópolis/Brasília, 2008, mimeo.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VILLAS BÔAS, Rafael Litvin *et al.* Estética e educação do campo: da construção do coletivo de cultura do MST à organização da área de Linguagens da Educação do Campo, *in: LOBO, Roberta (org.). Crítica da imagem e educação: reflexões sobre a contemporaneidade*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

COLONIZAÇÃO DO INCONSCIENTE, COLONIZAÇÃO DA NATUREZA: ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA ARTICULAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO RURAL, REVOLUÇÃO VERDE E INDÚSTRIA CULTURAL

MANOEL DOURADO BASTOS

O latifúndio como padrão para a comunicação no Brasil

Há uma passagem do célebre ensaio sobre o pós-modernismo como lógica cultural do capitalismo tardio, de Fredric Jameson, que permanece um perturbador enigma histórico. Observando o que chamou de “eclipse radical da natureza” (isto é, o longo e brutal processo de devastação de recursos ambientais perpetrado pelo capitalismo), Jameson chega a um dos aspectos que, segundo ele, caracterizam a pós-modernidade como “algo novo e historicamente original”: “a penetração e colonização do inconsciente e da natureza, ou seja, a destruição da agricultura pré-capitalista do Terceiro Mundo pela revolução verde e a ascensão das mídias e da indústria da propaganda” (Jameson, 1997, p. 61). Ainda que possamos manter distância das noções de “terceiro mundo” e “agricultura pré-capitalista”, não podemos negar que Jameson

aponta para uma questão importante: a conexão dialética entre indústria cultural e revolução verde.

Mesmo que a intuição crítica sugira-nos entendê-las como elementos constitutivos de uma mesma totalidade histórica, a divisão acadêmica dos saberes coloca indústria cultural e revolução verde como assuntos de disciplinas diferentes, quando não contrastantes. Contudo, em tempos de crescimento exponencial do agronegócio e sucesso mercadológico de fenômenos como o “sertanejo universitário”, obviamente de mãos dadas em propagandas e mesmo nos modismos de vestuário, a tarefa de aprofundar a intuição original de Jameson se faz ainda mais urgente. Para tanto, é preciso vencer as barreiras disciplinares que nos impedem de perceber criticamente indústria cultural e exploração da terra como processos correlatos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Não por acaso a explosão da revolução verde no Brasil coincidiu com a nova fase da indústria cultural, estabelecida com a ascensão do aparato televisivo monopolizado. Por sua vez, ambas são correlatas históricas do processo político caracterizado por uma crise de hegemonia que redundou no golpe de 1964 e no estado de exceção (a ditadura civil-empresarial-militar) que o sucedeu. Reconhecer essas formações históricas como processos correlatos significa dizer que funcionavam de maneira combinada, ainda que inicialmente a indústria cultural não fosse imediatamente uma ferramenta para a expansão do uso de maquinário e outros insumos na agricultura. As imbricações entre revolução verde e a monopolização da indústria cultural não foram, em princípio, tão imediatas, mesmo que ambas fossem respostas ao giro histórico caracterizado pela contenção política e econômica (à base da violência) das forças populares, anteriormente fortalecidas pelo desenvolvimentis-

mo e a prática da permissão, crescimento e regulação estatal das organizações de trabalhadores. Tratava-se da ampliação da crença na modernização tecnológica em suas respectivas áreas, funcionando como ferramentas da “contrarrevolução preventiva” (para falar com Florestan Fernandes) em marcha.

Em seu trabalho sobre o jornalismo no Brasil, Bernardo Kucinski (2002) apresenta um teorema que, pensado especificamente sobre a imprensa, cabe para o campo da comunicação como um todo. Segundo Kucinski, há no jornalismo uma concentração de posse como há na divisão da terra. Quer dizer, aquilo que determina o estatuto da terra baseado no latifúndio deve ser entendido como o elemento definidor da comunicação no Brasil. Sem exagerar, a regra de superconcentração econômica e de poder, que no que diz respeito à posse moderna da terra recebe o nome de latifúndio, é o motor estrutural do capitalismo no Brasil. A necessária concentração dos meios de comunicação em poucas mãos é uma de suas facetas. A participação do Estado como fiador do padrão concentracionista na comunicação – que gere tanto os pequenos jornais, incapazes de lucrar com as pequenas taxas de venda, quanto os grandes meios e sua gana insaciável por verbas publicitárias governamentais – redundava num aparato econômico e ideológico complexo e que não se modifica por mera regulação ou ajuste legal.

O raciocínio capaz de furar conceitualmente a barreira estrutural que agrega padrões hegemônicos de comunicação, concentração econômica, latifúndio e agronegócio passa necessariamente por uma crítica da economia política da comunicação, visando uma prática política decididamente radical. Neste texto, pretendemos ensaiar uma faceta possível dessa crítica da economia política da comunicação. Ao entendermos

os meios de comunicação como meios de produção¹, buscaremos observar o processo de articulação entre comunicação e questão agrária no Brasil. Focaremos no debate teórico em torno na dinâmica que leva a revolução verde a usos específicos de estratégias de comunicação, conhecidos pelo nome de “extensão rural”. Ao afirmar que a concomitância entre revolução verde e indústria cultural não redundou inicialmente em relação imediata, não podemos ignorar que o programa de mecanização da agricultura desenvolveu e aplicou projetos de propaganda. A extensão rural – também confundida com seu par antagonico: comunicação rural –, baseava-se na divulgação massiva de tecnologias e insumos para o progresso agrícola que, contudo, prescindia dos meios de comunicação de amplo alcance.

Dito isso, cabe assinalar que há uma continuidade histórica que leva do “acompanhamento técnico” a pequenos agricultores até as placas indicadoras de plantações transgênicas, resultantes do esclarecimento como mistificação das massas. Nosso interesse é mostrar teoricamente como há uma linha que liga a dinamização da indústria cultural, os projetos de extensão rural e a revolução verde. Aquele fundamento intuído por Fredric Jameson, que tem nos apontamentos de Kucinski outra formalização, deve ainda ser especificado com uma cuidadosa análise histórica, apontando os agentes e processos, organizando uma periodização, enfim, compreendendo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos o funcionamento da correlação entre indústria cultural e

¹ O principal marco teórico para essa compreensão está no ensaio de Raymond Williams (2011) sobre o assunto. O interesse em articular bases produtivas de uma época e a participação dos meios de comunicação nessa estrutura fundamenta-se nesse ensaio de Williams.

agronegócio. Aqui, nosso interesse está em apresentar alguns marcos iniciais, especificamente no que tange ao debate sobre a comunicação rural, interessado em reconhecer o fundamento comum.

Para isso, faremos um histórico geral dos principais aspectos fundantes (e conflitantes) da área de estudos da comunicação rural, tomada como sismógrafo do debate sobre o uso da comunicação na discussão sobre a questão agrária. Em seguida, trataremos da situação do debate sobre comunicação rural no contexto neoliberal. Por fim, apresentaremos algumas hipóteses para a superação crítica da relação entre comunicação rural, agronegócio e indústria cultural, momento em que emerge a importância dos movimentos sociais.

Comunicação rural: panorama histórico da área

Podemos datar os primeiros esforços de comunicação rural no Brasil na passagem dos anos 1950 para os anos 1960. Como afirmam Geraldo Magela Braga e Geraldo Bueno de Carvalho (1999, p. 1), no Brasil a comunicação rural, voltada para a difusão agropecuária,

(...) fez parte de um pacote agrícola americano de tecnologia, exportado para o Brasil nos anos 1950/1960, conhecido como revolução verde, o qual veio carregado de ideologia e destinado à formação de hábitos de consumo no produtor rural, para aqui estabelecer um mercado de insumos agrícolas, que estavam em plena difusão nos países do primeiro mundo, sob um discurso oficial de ajuda internacional, apoio profissional e repasse de tecnologia.

O campo de estudos correspondente se desenvolveu mais ou menos de forma concomitante, a partir da década de 1960 em diante. Tratava-se, via de regra, de legitimar os procedi-

mentos extensionistas da revolução verde, por meio dos quais se formavam os “hábitos de consumo no produtor rural”. Vale lembrar que em 1966, em meio aos acordos voltados para a reforma do ensino firmados pela Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) no Brasil, firmou-se uma parceria entre a agência estadunidense, o Ministério da Agricultura do Brasil e o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso², visando o treinamento de técnicos rurais. Em 1973, surgiu a Embrapa, com um forte programa de capacitação de seu pessoal em programas de graduação e pós-graduação, no Brasil e no exterior. À medida que as Ligas Camponesas e as lutas promovidas no campo pelo PCB formavam um dos pontos centrais de ataque do golpe e consequente ditadura civil-empresarial-militar, todo o investimento maciço de recursos promovido pelo governo estadunidense, sob o pretexto de apoio técnico, deve ser entendido como fortalecimento da contrarrevolução preventiva em curso na América Latina.

Conforme Angelo Brás Fernandes Callou (2001, p. 1 e ss.), em estudo sobre a história do Grupo de Trabalho de Comunicação Rural no Intercom³, a “hegemonia da comunicação rural”, ancorada numa noção de desenvolvimento que contrapõe dicotomicamente o “moderno” (posição ocupada pelos técnicos das agências de fomento da mecanização da agricul-

² Tratava-se de um conselho subordinado à Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso e destinado a atender às demandas de recurso geradas pelos programas de assistência técnica vinculados à parceria entre o governo estadunidense e os governos latino-americanos pela Aliança, firmada a fim de apoiar materialmente a contrarrevolução preventiva na América Latina.

³ A Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação), fundada em 1977, é uma instituição voltada para a promoção da pesquisa no campo da comunicação.

tura) e o “tradicional” (posição que cabia ao rural), pautou-se pelas bases funcionalistas que determinavam a pesquisa em comunicação no Brasil à época. Como se sabe, para uma concepção funcionalista o processo social não é determinado por um antagonismo de classe. Segundo o funcionalismo, esse antagonismo é, na verdade, uma disfunção na dinâmica social, que precisa ser observada, analisada e corrigida. Assim, a comunicação rural deve ser entendida segundo as funções desempenhadas por cada agente, que é avaliado segundo o cumprimento adequado de seu papel.

Callou reforça seu argumento crítico à “hegemonia funcionalista da comunicação rural” ao perceber que o trabalho clássico de Paulo Freire – *Extensão ou Comunicação?* –, publicado já em 1969, só muito lentamente foi incorporado ao aparato bibliográfico da pesquisa em Comunicação Rural. Se em 1972, Luis Ramiro Beltrán defendeu sua tese de doutorado com grande influência da obra de Paulo Freire, seguido pelos trabalhos de Bordenave (1983) e de João Costa Pinto (1980), a crítica do caráter difusionista da comunicação rural no âmbito da Intercom só se fez mais forte em 1987, com a organização do I Seminário Brasileiro de Comunicação Rural, no âmbito do X Congresso da Sociedade.

A partir de então, o campo de estudos da comunicação rural alcançou uma maior complexidade. Para além dos marcos difusionistas, interessados no projeto extensionista verticalizante de sobreposição ideológica e de poder tecnológico ao ambiente rural “tradicional”, as ideias de Paulo Freire, reconhecendo a *horizontalidade* e *participação* do processo comunicativo, modificaram completamente a compreensão do campo. Sem necessariamente uma ênfase na mídia (enfim, nos *meios* de comunicação), o novo foco passa a observar a

complexidade da comunicação rural como interação social⁴, em que sujeitos interagem conteúdos por meio de processos comunicacionais.

Na prática, as experiências de comunicação rural ou bem desenvolviam o paradigma difusionista em acordo com os ditames da revolução verde (em conformidade com o trabalho de empresas estatais como Embrapa e Emater, que deram continuidade aos trabalhos iniciados no âmbito dos projetos desenvolvidos segundo os ditames da Aliança para o Progresso) ou se pautavam pelos aportes de Paulo Freire sobre a horizontalidade da comunicação. De um lado, a assistência técnica era difundida por meio de projetos de comunicação de larga escala, verticalizada na relação de poder entre o extensionista que detém o conhecimento e o produtor rural que é agente passivo, tendo em vista o aparelhamento ideológico do padrão agrícola de intensificação da mecanização e de insumos. Do outro, a comunicação rural pressupunha a participação da comunidade envolvida no processo, a partir da ideia da comunicação como processo de interação, determinada pelo paradigma freireano de educação popular, pelo qual a construção do conhecimento se dá mediante a participação dos sujeitos e seu meio.

A produção científica sobre a comunicação rural manteve essas posições conflitantes ao longo da década de 1980 e depois. É fato que no início da década de 1990 o aporte conceitual

⁴ Utilizamos aqui a noção de “interação social”, conforme a definição de José Luiz Braga (2011) para o objeto de estudos da comunicação. Ela é especialmente relevante para a observação do deslizamento conceitual operado por Paulo Freire, para quem a comunicação deveria ser entendida como a prática que superaria o trabalho unilateral dos projetos extensionistas de difusão da ideologia perpetuada pela revolução verde, sob o eufemismo de “assistência técnica”.

da horizontalidade estava consolidado como o paradigma preferencial, mas a própria área de comunicação rural era pouco valorizada na disciplina de Comunicação, em que pese a importância superlativa da produção rural na economia nacional (ver a discussão no livro organizado por Maria Kunsch e Geraldo Braga em 1993, entre outros). Ao longo da década de 1990, a área foi acumulando mais conhecimento em torno dos trabalhos de Beltrán, Bordenave e Pinto sem, contudo, maiores avanços conceituais, mas apenas estudos de caso relacionados à comunicação participativa, o incremento técnico da divulgação científica e assessoria de imprensa da Embrapa, ou ainda o rural como assunto, tema de produtos midiáticos (ver Callou, 2001).

Saturação do paradigma da horizontalidade e o neoliberalismo

Com o fim da ditadura civil-militar, o programa extensionista baseado nos projetos da revolução verde foi perdendo força. Ao longo dos anos 1980, ocorreu o desmonte lento e progressivo do sistema de extensão/comunicação rural baseado no poder científico das empresas estatais e de projeção massiva, ocasionado por seu colapso político-ideológico (cf. Braga e Carvalho, 1999). Esse processo é concomitante à consolidação do paradigma da comunicação horizontal e participativa na comunicação rural. É também o período de reascenso dos movimentos sociais do campo e do debate ecológico. Por outro lado, os projetos de comunicação rural baseados na comunicação horizontal e participativa tinham um alcance quantitativo ainda tímido, além de serem envoltos numa série de dificuldades na passagem à prática – ou seja, como organizar o projeto de forma que a noção de participação se consolide

em meio a um ambiente social extremamente determinado pela exploração brutal?

A década de 1990 é marcada por uma mudança significativa na ordem política e econômica mundial. Pautada pela lógica neoliberal, a partir da qual o Estado “forte” regula, via agências, a sociedade civil em favor das dinâmicas de mercado, a década de 1990 é cenário do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), incrementando ainda mais o cientificismo de cunho mercantil. Elementos fundamentais no processo de compressão do espaço-tempo (cf. David Harvey, 1992), o incremento dos meios de comunicação pela revolução da microeletrônica alterara significativamente as dinâmicas comunicacionais.

No campo, os impactos da mundialização financeira e do neoliberalismo estão intimamente associados ao desenvolvimento do agronegócio, o que caracteriza a vitória da revolução verde em novos marcos históricos.

No século XXI, torna-se ainda mais evidente a crise ecológica. Foi também o momento de acomodação do paradigma da “comunicação horizontal e participativa” no campo da comunicação rural. Ademais, se ao longo da década 1990 os movimentos sociais do campo viveram seu apogeu, o fim da década representa o ápice e o início do século XXI foi justamente o período em que eles entraram em descenso.

Em texto de 2001, Angelo Callou apontava exatamente para a inércia que havia tomado conta da área da comunicação rural. Salvo a importante contribuição do debate ecológico, agregado às discussões do GT de Comunicação Rural na Intercom, a área manteve seus paradigmas sem desdobramentos que pudessem acompanhar as novas questões que se apresentavam. Nas palavras de Callou:

a pesquisa em comunicação rural, apesar de vir se desenvolvendo nos últimos anos para além do modelo funcionalista americano de difusão de inovações, os avanços, no plano teórico, pelo menos até 1997, foram insignificantes”.

Por outro lado, o mesmo Callou observava novos tempos para a comunicação rural. A adoção de procedimentos organizativos diferenciados no GT, principalmente no que diz respeito à escolha de temáticas que deveriam nortear a apresentação de comunicações, davam “sinais de uma renovação teórica diferenciada”, segundo o autor. Dentre as temáticas desenvolvidas, esteve aquela que diz respeito aos impactos das novas tecnologias de comunicação e informação. Braga e Bueno, em 1999, e Callou, em 2001, já reconheciam a “globalização” e seus correlatos comunicacionais como aspectos emblemáticos para a continuidade da comunicação rural enquanto área de conhecimento.

Segundo Maria Salett Tauk Santos (2010), trata-se de uma terceira fase na Comunicação Rural, voltada para a “gestão do desenvolvimento local”. Referindo-se a Gustavo Cimadevilla (2008), Angelo Callou (2002) e Miguel Angelo da Silveira e João Carlos Canuto (1988), a autora afirma que o novo paradigma busca responder ao desenvolvimento tecnológico e às mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais que modificaram o campo ao longo da década de 1990. Pode-se entender que esta terceira fase busca apresentar soluções em termos de planejamento e execução de políticas para os problemas colocados pela crítica do paradigma difusionista e desenvolvimentista feita a partir do aporte conceitual de Freire e Beltrán, entre outros. Obviamente, tais soluções respondem ao novo contexto em que a correlação e contradição entre rural e urbano deixa de ter o caráter clássico e passa a se desdobrar

em novas questões, nas quais a comunicação massiva joga papel central.

Nesse contexto neoliberal, a comunicação massiva atingiu um poder de largo alcance. A hegemonia comunicacional das grandes corporações se amplifica ao mesmo tempo em que, em meio à crise estrutural do capital, as mudanças proporcionadas pela microeletrônica (diminuição e barateamento de equipamentos, acesso de largo alcance à internet, maior capacidade de acesso e produção de conteúdos, por outro lado, amorfos, desordenados e, pior, com o monopólio dos meios de difusão e baixo conhecimento técnico) sugerem ilusoriamente uma maior liberdade comunicacional. A amplificação das contradições do pós-modernismo tal qual lógica cultural do capitalismo tardio (cf. Jameson, 1996) e a condição pós-moderna de compressão espaço-tempo (Harvey, 1992) apontam a importância do aspecto cultural nesse processo.

Um dos aspectos do desenvolvimento do capitalismo está no fato de que os padrões de consumo conspicuo, cada vez mais crescentes na zona urbana, alcançaram também a zona rural de maneira alarmante. Eles levam a uma adoção dos parâmetros do agronegócio como estilo de vida – o pequeno agricultor, que antes plantava para subsistência (própria e da comunidade), adere ao monocultivo dos produtos de exportação, mais rentáveis, e passa a fazer compras no supermercado. O próprio consumo pelo mercado como motor social passa a ser um elo de sociabilidade rural. Não espanta que o “sertanejo” seja uma temática privilegiada pela indústria cultural – músicas, novelas, grandes festas e eventos, moda e estilo. Por exemplo, a integração da modernidade, da tecnologia, do consumo e do apaziguamento integrador de estilos de vida é mote humorado

de propaganda de cartão de crédito, em que a esperteza (não se sabe ao certo se do “caipira” ou do “cidadino”) é ter acesso ao cartão para “não ser pego desprevenido”.⁵

Enfim, vivemos um período em que a compreensão do “rural” como o lugar do “tradicional” – quer seja para ser desenvolvido, quer seja para ser salvaguardado, resgatado, protegido – ganhou novos contornos. É uma época que coloca desafios enormes para a comunicação rural. Segundo Tauk Santos (2010), esses desafios dizem respeito a vários aspectos, dentre os quais

(...) o novo sentido do rural, que se amplia para além das atividades agrícolas tradicionais; a tendência a uma homogeneização nas formas das populações rurais darem sentido às suas vidas, como resultado da expansão da cultura massiva; e a necessidade de construção da sustentabilidade.

O enfrentamento teórico dessas questões continua correndo pela pista do paradigma da horizontalidade e participação, mas agora conta com soluções conceituais e práticas, como “desenvolvimento sustentável”, “*empoderamento*”, “associações comunitárias e cooperativas”. A presença dos termos desenvolvidos pela ideologia do terceiro setor é evidente, o que é um sinal dos novos termos da disputa de hegemonia.

Hipóteses para a superação crítica da relação entre comunicação rural, agronegócio e indústria cultural

Observando atentamente o panorama apresentado até aqui, é fácil reconhecer que os desdobramentos teóricos da noção de comunicação rural, a partir do aporte conceitual de Paulo Freire, corriam num vácuo de organização políti-

⁵ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=B1qD4nw6ndE>>.

ca camponesa durante o período de regime militar. É bom lembrar que *Extensão ou Comunicação?* foi escrito e publicado entre 1968 e 1969, quando Paulo Freire estava exilado no Chile, atuando no Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária – ou seja, num período anterior ao governo da Unidade Popular de Salvador Allende; porém, numa época de profundas contradições na implementação do projeto de reforma agrária dos Democratas Cristãos então no governo. O debate no Brasil, por sua vez, estava francamente minado pelo apoio estatal ao projeto de revolução verde, com ausência de organizações camponesas que pudessem fazer frente política.

Assim, a carência de base política popular na discussão sobre a assistência técnica rural termina por lhe dar o tom, mesmo e principalmente quando o intento é de fazer frente à noção extensionista e difusionista. A ausência de práticas mais efetivas, de longo alcance, em processos de comunicação rural organizados de maneira dialógica resulta em seu sequestro, de qualquer modo possibilitado já pelos seus próprios termos, por concepções e projetos ligados às práticas do assim chamado terceiro setor, a partir dos anos 1990.

Falta, enfim, uma determinação de classe do debate sobre comunicação como elemento da questão agrária. A crítica à noção extensionista e difusionista reconhece na prática de assistência técnica rural um elemento estruturante da revolução verde, almejando a superação de sua forma capitalista. Mas, pensar na comunicação como ferramenta de superação da apropriação da terra e a expropriação dos camponeses pelo capital exige mais do que concepções interessadas no diálogo. Exige fixação nos termos da luta pela terra. Exige, enfim, a superação da dicotomia clássica entre rural e urbano.

No início do século XXI, a questão da comunicação rural assenta-se no perigo das novas tecnologias de comunicação. Braga e Carvalho (1999), por exemplo, apresentam a questão da seguinte forma:

A expansão do agronegócio, decorrente da globalização dos mercados e da fusão dos países do Cone Sul da América Latina em um só mercado, gerando o Mercosul, criam uma urgente necessidade de adaptação da comunicação a um público rural diferente, exposto a canais de TV específicos, a uma enorme quantidade de recursos técnicos que o assedia diariamente, tais como fitas de vídeos com inúmeros títulos, larga oferta de programas de computadores relacionados com administração rural e a revolucionária possibilidade de consultas à internet via satélite, o que, certamente, deverá ocorrer em curto prazo, integrando até o distante ruralista à rede mundial já existente. Essa onda transformadora criará um campesinato carente de uma comunicação rural decodificadora dos novos valores, à altura dos tempos modernos, paralela à existente, inserindo-o nas metamorfoses tecnológicas do mundo atual, exigindo do comunicador do futuro o discernimento e o desafio de saber comunicar com esse público, saber o quê e com quem está falando.

O temor é compreensível na exata medida, como sugerimos acima, dos perigos da homogeneização cultural demandada pela mundialização financeira e pelo neoliberalismo, e salvaguardadas as diferenças em estilos particulares tornados atrativos como mercadoria (um sanduíche de uma rede transnacional de lanchonetes com “sabor” asiático, por exemplo). Esse é de fato uma importante questão gerada pela massificação da comunicação no campo, tendo em vista a manutenção do poder da sociedade capitalista.

Mas, posto assim, esse temor apresenta também os limites da crítica à concepção difusionista. Mantendo a dicotomia

entre rural e urbano como uma distensão entre atrasado e moderno, tal temor soluciona a questão com o preparo adequado do “comunicador do futuro”. Sem querer romantizar as novas tecnologias, nem delas fazer uma crítica condenatória, a questão está na posição que se assume diante dos imperativos de comunicação como aspectos da disputa de hegemonia. Quando o paradigma adotado não reconhece a comunicação rural como o mero acesso à informação técnica desenvolvida por agências com vistas à integração econômica subalternizada dos sujeitos do campo, ou também quando não supõe que comunicação rural diz respeito ao mero consumo dos meios de comunicação de massa no campo, mas, ao contrário, entende as implicações políticas da comunicação como “interação social”, os meios não são sobrevalorizados, mas reconhecidos em suas funções.

Uma maneira de não incorrer em erro aqui é acionar uma compreensão do processo baseada na noção de *totalidade*. Compreendida em termos de forças produtivas e relações de produção, a comunicação é um elemento da dinâmica do capitalismo. A Comunicação rural é uma particularização disso, mas não um elemento à parte. Trata-se, portanto, de reconhecer a comunicação como aspecto do processo capitalista da valorização do valor e os antagonismos sociais daí resultantes. Por isso, não basta alterar a comunicação rural rumo a uma proposição mais dialógica, se com isso não se busca alterar o campo de forças que determinam a questão agrária em termos capitalistas. A homologia histórica entre os desenvolvimentos da indústria cultural e da revolução verde nos permite reconhecer, nos debates sobre a “comunicação rural” a dificuldade em vencer os marcos que inviabilizam a solução dialógica.

Uma resposta mais consistente ao problema é aquela que vem sendo desenvolvida pela Brigada de Audiovisual da Via

Campe sina. Num texto em que a Brigada busca apresentar seu histórico, a dimensão radical dos aparatos tecnológicos de comunicação é ressaltada da seguinte maneira:

O avanço tecnológico da última década, somado às conquistas dos movimentos sociais na área de comunicação e cultura, proporcionou aos movimentos acesso aos meios de produção audiovisual. Uma vez conquistados, a busca pela apropriação da técnica é o passo seguinte. E o desafio era construir não só uma linguagem, mas uma prática audiovisual que, partindo de um ponto de vista dialético do mundo, fosse condizente com as propostas de transformação social das nossas organizações (Brigada de Audiovisual da Via Campe sina, s/d, p. 1).

Antes de tudo, perceba-se que a “prática audiovisual” se dá a partir da conquista dos meios; ou seja, já não estamos mais diante de um processo de “comunicação rural” em que o técnico urbano, agente (bem intencionado ou não) da lógica difusionista, dialoga com o pequeno agricultor. A situação de classes do ambiente agrário é questionada na prática. Assim, já não estamos mais em uma “comunicação rural”, mas, usando os termos desenvolvidos pela pedagogia sem terra, talvez seja o caso de dizer que se trata de uma comunicação do campo, que efetivamente questiona a indústria cultural enquanto sistema e os papéis ou funções atribuídos a ela.

Para os militantes da Via Campe sina, a apropriação da técnica significa reconhecer os termos problemáticos de sua representação tal qual feito comumente pelos meios de comunicação de massa e pensar numa nova forma, que passe à crítica do papel exercido pelo “rural” na lógica da comunicação. Surge daí a crítica aos “padrões hegemônicos de representação da realidade” e a necessidade de organização de outra forma de representação dos sujeitos do campo. O resultado mais interes-

sante desse processo, segundo a própria Brigada, foi a produção do filme “Lutar sempre! – 5º Congresso Nacional do MST”. Resultado de um longo e participativo processo de análise fílmica desenvolvido no âmbito de cursos de Comunicação e Cultura na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema/SP, a partir de 2006, a Brigada tinha por “[u]m dos pressupostos da realização da obra (...) a busca por uma socialização coletiva da técnica de filmagem e de edição, pois durante as gravações em Brasília contamos com 17 militantes de diversos Estados, todos com diferentes níveis de formação” (Brigada de Audiovisual da Via Campesina, s/d, p. 2). Nesse espírito de processo coletivo de socialização e produção, a Brigada já produziu outros vídeos, como, por exemplo, “Nem um minuto de silêncio – Fora Syngenta do Brasil”.

Parece certo que os movimentos sociais do campo não aderiram festivamente e sem mais aos novos paradigmas das novas tecnologias da comunicação. Ao contrário, em seus cursos formais de Educação do Campo, por exemplo, monografias de fim de curso lidam com o uso indiscriminado e acrítico do audiovisual em Escolas do Campo, ou ainda com a territorialização da indústria cultural em acampamentos e assentamentos nos tempos livres dos camponeses ali presentes. Mas, isso não significou uma mera posição reativa, acuada, dos movimentos diante dos desdobramentos dos aparatos de comunicação. Aprendendo a usar os novos meios de comunicação a seu favor, sabendo dosar suas funções e momentos adequados, os movimentos sociais do campo vêm dando interessantes respostas aos desafios do tempo presente, porque pautados por uma compreensão dos antagonismos que os determinam. Contra a colonização da natureza e do inconsciente, trata-se de lutar, sempre!

Referências bibliográficas

- BÉLTRAN, Luis Ramiro. *Communication in Latin America: persuasion for status quo or for national development?* Michigan, Tese (Doutorado em Comunicação de Massa), Michigan State University, 1972.
- BRAGA, Geraldo Magela e CARVALHO, Geraldo Bueno. O futuro da comunicação rural. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 6, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/futurocomunicacao-N2-1999.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2011.
- BRAGA, G. M.; KUNSCH, M. M. K. (org.). *Comunicação rural: discurso e prática*. Viçosa: UFV, 1993.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, São Leopoldo/RS, XXV(58), p. 62-77, jan.-abr., 2011.
- BORDENAVE, Juan Díaz. *O que é comunicação rural?* São Paulo: Brasileira, 1983.
- BRIGADA DE AUDIOVISUAL DA VIA CAMPESINA. Audiovisual e Transformação Social: A Experiência da Brigada de Audiovisual da Via Campesina. Mimeo, s/d. Disponível em: <<http://www.xa.yimg.com/kq/groups/.../Audiovisual+e+transformacao+social.doc>>. Acesso em: 18 out. 2011.
- CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. A pesquisa em Comunicação Rural na Intercom – 1991/2000. *Anais do XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação*, promovido pela Intercom. Campo Grande: 2001. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP9CALLOU.PDF>>. Acesso em: 18 out. 2011.
- _____. (org.). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2002.
- CIMADEVILLA, Gustavo. *Comunicación, tecnología e desarrollo. Trayectorias: comunicación, tecnología e desenvolvimento*. Rio Cuarto: Univ. Nacional de Rio Cuarto, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- PINTO, J. B. La comunicación participatória como pedagogía del cambio: fundamentos epistemológicos. *Cadernos de Comunicações*. João Pessoa, ano 2, n. 1, p. 7-17, 1980.

SANTOS, Maria Salete Tauk. Comunicação rural, *in: Enciclopédia Intercom de Comunicação*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

SILVEIRA, Miguel Angelo da; CANUTO, João Carlos (orgs.). *Estudos de comunicação rural*. São Paulo: Loyola, 1988.

PARTE 2

MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO
MEIOS DE LUTA: ESTUDOS DE
CASO NA HISTÓRIA RECENTE
BRASILEIRA

O PARLAMENTO E O USO POLÍTICO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÕES EM CPIS CONTRA MOVIMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS

MAYRÁ LIMA

Introdução

Muitas são as pesquisas que envolvem o discurso dos meios de comunicação de massa acerca dos movimentos sociais populares no Brasil. Sua estrutura oligopolizada em famílias que detêm a propriedade dos meios impressos, a concessão dos meios eletrônicos, ou os dois ao mesmo tempo, faz com que as pesquisas em Ciências Sociais também se voltem para os impactos sociais que o oligopólio pode tomar diante de posturas econômicas e políticas, mediante o que é publicado, ou veiculado na imprensa.

Neste artigo, o foco é a descrição do uso político desses meios de comunicação de massa diante de uma disputa política ocorrida dentro de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), instauradas no Congresso Nacional brasileiro, que investigaram a ação e atuação de movimentos de trabalhadores rurais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O período histórico recortado é de 2002 a 2010, período do governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula). As

comissões em questão foram a CPMI da Terra (2003), das ONGs (2007) e CPMI do Campo, ou do “MST”¹ (2009), nas quais tiveram destaque a questão agrária brasileira e a luta pela terra, as políticas e estratégias governamentais de financiamento de organizações da sociedade civil e as políticas de reforma agrária.

Das três CPIs, duas foram mistas (a CPMI da Terra e a CPMI “do MST”), portanto envolveu deputados federais e senadores. A CPI das ONGs aconteceu no Senado somente. Apenas a CPMI da Terra terminou com um relatório votado. As demais, ou terminaram sem nenhuma conclusão validada, ou foram encerradas com o fim dos prazos estabelecidos. No entanto, seus documentos e sessões podem ser considerados documentos históricos, nos quais se registra a conjuntura política e também o próprio jogo político e ideológico.

Durante o processo de implementação e investigação de cada CPI, os meios de comunicação de massa tiveram um papel relevante diante da disputa estabelecida. As CPIs são a arena onde a ideologia se converte em discurso e estratégia política (Hettne, 1990), de forma que a prática social frente aos movimentos sociais de luta pela terra seja ressignificada não só pelo Estado, mas também pela sociedade em geral. Os meios de comunicação de massa, por sua vez, tiveram o papel de amplificar o discurso ruralista, de forma a validá-lo no conjunto da opinião pública.

As notícias que saíram nos grandes jornais e revistas, além dos telejornais foram responsáveis pela determinação de um clima policialesco em relação às CPIs. Desta forma,

¹ Utilizarei a referência “do MST”, pois assim esta CPMI se tornou publicamente reconhecida.

os meios de comunicação de massa se configuraram como uma opção tática da chamada bancada ruralista do Congresso Nacional.

A repercussão do discurso ruralista como principal fonte dos meios de comunicação de massa ajudou para a consolidação dos núcleos discursivos trabalhados pela bancada ruralista dentro das CPIs, que se tornaram hegemônicos no conjunto das políticas públicas para a agricultura brasileira e que são reverberados pela grande mídia do país.

Para este texto, delineamos, primeiramente, a estruturação dos campos dentro das comissões estudadas e a atuação no Parlamento brasileiro. Em seguida, o papel dos meios de comunicação de massa na instalação das CPIs é descrito para a análise do uso tático, por parte da bancada ruralista, destes instrumentos que atuam na formação da opinião pública. Por fim, mas sem pretensões de encerrar as discussões acerca do tema, faço apontamentos que norteiam pesquisas em andamento sobre a relação entre a classe dominante no campo brasileiro e a grande mídia.

A estruturação dos campos dentro das CPIs

As investigações se configuraram em espaços de tensões e conflitos entre grupos sociais antagônicos, que estão em situações desiguais de poder em processos de disputa de hegemonia. Dentro de campos de poder, os grupos sociais refletem as disputas que acontecem na sociedade civil e executam estratégias baseadas em suas ideologias que se convertem em ações.

No caso de CPIs, disputam discursivamente conceitos e significações que se convertem em verdades oficiais para o Estado e para a sociedade em geral. Neste contexto, a reforma agrária se torna pauta importante e polêmica, sendo a distri-

buição de terras e a desconcentração fundiária elementos de disputa política.

A vitória de Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), à Presidência da República do Brasil, em 2002, configurou-se em ameaça à hegemonia do setor patronal rural diante da identificação que o PT tem com o conjunto dos movimentos sociais. Diante da nova conjuntura, a elite agrária brasileira orientou o foco da disputa política para o Parlamento, lugar de maior representatividade deste setor dentro do Estado. Daí a “descoberta” do valor político e fiscalizador que uma CPI pode oferecer para quem têm maioria de votos e força representativa dentro do Estado, caso do patronato rural, diluído em diversos partidos políticos.

O Parlamento é o lugar onde há a maior representatividade do setor patronal rural. Organizados através da bancada ruralista, esses parlamentares atuam de acordo com as proposições e defesa do setor patronal rural. Não obstante, o setor de trabalhadores rurais mantém uma pequena representação dentro do Parlamento, cuja atuação organizada pode ser verificada após a promulgação da Constituição de 1988. As históricas estruturas sociais, frente a uma realidade de extrema concentração fundiária (menos de 1% do total dos estabelecimentos rurais ocupam quase 45% do total das áreas agricultáveis do Brasil, IBGE, 2006) e a negação das questões sociais pelo Estado brasileiro privilegiam representações desiguais, sendo expressiva a de um grupo patronal e de grandes proprietários de terra.

O despontar de um grupo parlamentar apoiador da elite rural é vista, ainda nos anos 1980, como reflexo dos grandes proprietários de terra. A organização parlamentar partiu da necessidade de representação da grande propriedade, iden-

tificada pelas organizações do patronato rural que atuaram de forma a instituir representações mais aguerridas, menos medrosas, mais militantes (Bruno, 1997, p. 85) em prol da defesa da propriedade da terra e contra a regulação dos artigos constitucionais que tratavam da reforma agrária durante a Constituinte de 1988.

Em um primeiro momento, a União Democrática Ruralista (UDR) era a maior referência, mas, com a instituição do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento hegemônico, outras organizações, tais como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) deslocaram a discussão para questões mais ligadas à competitividade, associando o interesse ruralista à concentração de terra pelos detentores do capital voltado ao mercado.

Os estudos acerca do que fundamenta a identidade ruralista – ou seja, identidade que vai além de uma bancada parlamentar – mostram dois traços que se expressam com maior visibilidade quando o setor patronal rural se sente ameaçado em seus privilégios como proprietários de terra, como é o caso da eleição de Lula à Presidência do Brasil: a concepção da propriedade como direito absoluto e a defesa da violência como prática de classe (Bruno, 2009, p. 218). A organização do setor patronal dentro do Parlamento faz parte do conjunto de estratégias do setor que consegue a) manter velhas práticas e objetivos de classe, com o uso de novas tecnologias e abordagens para a agricultura; b) manter presente o discurso da competência frente à sociedade e ao Estado; c) manter o *ethos* da propriedade fundiária, cuja definição é relacionada ao que confere valor social, cultural e prestígio de classe, o que lhes concede identidade social;

d) manter diversas frentes de representação através da capacidade de inserção nas cadeias produtivas e no sistema de acumulação capitalista de forma a ganhar capital político suficiente para se fazer presente dentro do Estado, sendo seu poder sempre renovado (Bruno, 1997).

Já para os movimentos de trabalhadores rurais, o Parlamento não é um espaço em que se investiu grandes mobilizações, ainda que haja representantes ligados a suas pautas no âmbito da defesa de direitos, da reivindicação da reforma agrária e da busca de um desenvolvimento diferenciado para o meio rural. Verifica-se que a defesa da reforma agrária dentro do Congresso Nacional foi realizada através de partidos que se identificavam com a esquerda e cujo histórico mantinha alguma ligação com os movimentos de luta pela terra. Isso fez com que parlamentares, embora sem origem no meio rural, passassem a defender a reforma agrária e a luta pela terra.

A atuação do PT, enquanto partido, merece destaque. Com o fortalecimento da bancada ruralista, o Núcleo Agrário do PT se configurou como a principal referência no Congresso Nacional de apoio aos movimentos sociais e à reforma agrária. A formalização deste núcleo dentro da bancada do PT se deu em 1990, com a eleição de deputados camponeses, oriundos de assentamentos de reforma agrária, ou agricultores familiares.

É preciso destacar a CPMI da Terra como a ação de sucesso da bancada ruralista, que referenciou as duas outras investigações, a CPI das ONGs e a CPMI “do MST”. Há a disputa da questão agrária no Brasil e seus atores políticos refletidos no Parlamento, mas diante de um fórum desigual e impróprio, pois o julgamento é inevitável diante da opinião pública.

A análise da atuação dos ruralistas no Parlamento e nas CPIs mostra que o trabalho da bancada é o de mudar as concepções acerca da luta pela terra, das políticas de reforma agrária e das ações dos movimentos sociais, como forma institucional de garantir a hegemonia de sua classe e de sua visão de modelo de sociedade dentro do Estado. A atuação ruralista na CPMI da Terra não foi centrada na apuração e na investigação em si, mas no uso político das informações arrecadadas, de forma a disputar a opinião pública sobre o uso de dinheiro público para a finalidade da reforma agrária e, assim, consolidar, através de documento do Parlamento, as concepções sobre desenvolvimento rural e movimentos sociais, principalmente o MST e entidades a ele ligadas. Nas demais Comissões (ONGs e “do MST”), a atuação ruralista seguiu os mesmos moldes.

Já o trabalho parlamentar de quem tem sua referência construída na luta dos movimentos sociais foi dividido em duas ações concomitantes: a) trazer o debate sobre função social da propriedade rural e denúncias acerca de seu descumprimento; b) questionar os fatores que levam à disputa pela posse da terra, trazendo o debate sobre a grilagem de terras e a violência no campo, com a formação de estruturas paramilitares ilegais, decorrente da disputa pela posse da terra.

Estes parlamentares deram publicidade a casos de alta concentração fundiária e violência contra trabalhadores rurais. Defenderam a legitimidade dos movimentos sociais e organizações sindicais de trabalhadores. Justificaram as ocupações e mobilizações como formas de pressão ao poder público para a realização da reforma agrária e denunciaram o uso de milícias armadas por parte do latifúndio. Nas demais CPIs estudadas,

a atuação deste grupo parlamentar utilizou a mesma estratégia usada na CPMI da Terra.

O uso dos meios de comunicação de massa para a disputa através de CPIs

Desde o princípio do processo de investigação do Parlamento, com a CPMI da Terra, os meios de comunicação se configuraram como intermediários da disputa política que estava por vir. Segundo Sauer, Souza e Tubino, as diversas manifestações de apoio à instalação das CPIs mostraram que o objetivo foi

criar um espaço de oposição às políticas sociais em geral e agrárias em particular do governo Lula, investigar e incriminar os movimentos sociais agrários, além de deslegitimar qualquer política de reforma agrária no Brasil” (Sauer; Souza; Tubino, 2006, p. 42).

As declarações pré-investigação demonstram a afirmação dos autores: “o MST tem que ser colocado como uma força que se coloca à margem da lei” (deputado federal Artur Virgílio, líder do PSDB no jornal *Folha de S.Paulo* de 4 de julho de 2003); “lamentavelmente, persiste a desordem no campo com invasões de terra, violência e desrespeito às ordens judiciais de desocupação”, senador Álvaro Dias (PSDB/PR), no jornal *O Estado de S.Paulo* de 5 de março de 2004.

O governo Lula é responsável pela formulação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). O Plano, em sua primeira versão, previu o assentamento de um milhão de famílias em quatro anos, apossando-se de toda terra grilada e mudando os critérios pelos quais um latifúndio é considerado improdutivo (Branford, 2010). No entanto, ao fim de 2003, o governo Lula anunciou uma versão mais diluída do II PNRA, onde reduziu a previsão de famílias assentadas para 400 mil

até o fim de 2006, adotando o método de destinação de latifúndios improdutivos para a reforma agrária. O governo também trabalhou com a regularização de títulos e facilitação da compra da terra e pretendeu totalizar um milhão de famílias beneficiadas até o fim do primeiro mandato. A meta não chegou a ser cumprida e o primeiro governo Lula findou com 381 mil famílias assentadas (Branford, 2010).

Mesmo que os resultados concretos do II PNRA tenham se revelado bem aquém do projeto inicial, a postura do então presidente Lula era um diferencial. O registro das suas posições como o uso público de símbolos do MST, passíveis de repercussão na imprensa, possibilitavam uma incidência da ação política e de protesto do MST. Conforme o relato de Branford,

Lula usou o boné vermelho do MST em várias ocasiões, em conversa com os ativistas e os incentivou a dar prosseguimento à mobilização. Em certa ocasião, ao falar para trabalhadores rurais, afirmou: 'Eu quero dizer aos camaradas trabalhadores que estão aqui que vocês não devem ter medo de fazer exigências. Vocês não devem se intimidar. Vocês devem continuar exigindo o que acham ser importante exigir' (*Folha de S.Paulo* b, 2004). Nunca um presidente havia falado dessa forma com camponeses pobres. Isso foi música para os ouvidos deles (Branford, 2010, p. 427-428).

A CPMI da Terra, depois da Constituinte de 1988, configurou-se como o espaço mais rico de debate e onde a pesquisa pode centrar mais foco, devido ao grau de disputas ocorridas dentro dela. É particular o fato motivador desta comissão: o uso de um boné do MST pelo presidente Lula, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, foi o estopim para que a oposição e a bancada ruralista mobilizassem a CPMI da Terra. Foi a aproximação pública do presidente Lula com o

MST, enquanto movimento camponês, que indignou a maioria dos parlamentares, a ponto de ameaçar a derrubada de seu governo. “Sua excelência [Lula] jamais poderia ter colocado na cabeça o símbolo da desordem. Pode um presidente da República aceitar e demonstrar intimidade a ponto de colocar um biscoito na boca de um líder do MST?” (deputado federal José Carlos Aleluia, líder do PFL, durante discurso na Câmara dos Deputados, em 2 de julho de 2003). A CPMI da Terra findou com a aprovação de um relatório produzido pelo deputado federal Abelardo Lupion (PFL-PR²), derrotando o relator oficial, o então deputado federal João Alfredo (PT-CE)³.

No caso da CPI das ONGs, em 2007, a motivação da investigação estava relacionada ao levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre irregularidades no repasse de recursos públicos a entidades da sociedade civil, com base em uma amostragem de 28 organizações entre os anos de 1999 e 2005. Foram três anos de trabalho, sendo seu funcionamento baseado por denúncias apresentadas pelos meios de comunicação. Essas denúncias justificaram a quebra de sigilo de entidades populares. Esta Comissão quebrou o sigilo bancário e telefônico da Concrab, Anca, Itac e Cepatec⁴, todas elas entidades que mantinham alguma relação com o MST, sem que as mesmas tivessem sido convocadas à CPI das ONGs. Esta CPI também teve acesso ao acervo da CPMI da Terra

² Atualmente, o deputado Abelardo Lupion faz parte do partido Democratas (DEM).

³ O político, hoje filiado ao Partido Socialismo e Liberdade, fazia parte dos quadros do PT.

⁴ Concrab: Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; Anca: Associação Nacional de Cooperação Agrícola; Itac: Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo; Cepatec: Centro de Formação e Pesquisa Contestado.

de forma franqueada a partir da aprovação do requerimento 196 de 2008, de autoria do então senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), mas terminou sem que nenhum relatório final fosse aprovado.

Já a CPMI do MST é o caso mais explícito do uso político dos meios de comunicação para a instalação de mais uma investigação. A edição n. 2128, do dia 2 de setembro de 2009, da revista *Veja*, de circulação nacional no Brasil, trouxe em sua capa a matéria intitulada “Abrimos os cofres do MST”. O texto denunciava desvios de R\$ 60 milhões de recursos públicos destinados a entidades ligadas ao MST para a realização de serviços de georreferenciamento e outros pareceres técnicos, principalmente no Estado de São Paulo. Essa matéria foi utilizada pela senadora e presidente da CNA, Kátia Abreu (DEM-TO⁵), para a mobilização de mais uma CPMI no Congresso Nacional.

No entanto, a instalação da CPMI “do MST” não foi tão simples: em um primeiro momento, após um trabalho da própria base do governo dentro do Congresso Nacional, somado à manifestação de intelectuais e personalidades públicas que reuniu quatro mil assinaturas⁶ contra a instalação da Comissão, a CPI foi inviabilizada.

Em outra reportagem⁷ do *Jornal Nacional*, da rede Globo de Televisão, transmitida no dia 5 de outubro de 2009, manifestantes do MST apareceram derrubando laranjais, após uma

⁵ Atualmente, a senadora Kátia Abreu faz parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mas adotaremos DEM por esta parlamentar ainda pertencer ao partido durante a CPMI “do MST”.

⁶ Ver em: <<http://www.mst.org.br/node/8178>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

⁷ O título da matéria de televisão foi “MST destrói milhares de pés de laranja em SP” (*Jornal Nacional*, 5 out. 2009).

ocupação da Fazenda Santo Henrique, da empresa Cutrale, em São Paulo. Ainda que Incra e MST tenham declarado que a área era grilada e pertencia à União, as imagens foram suficientes para que, desta vez, o clima na opinião pública fosse em favor da criação de mais uma CPMI.

As oitivas com as entidades investigadas pela CPMI do “MST” não tiveram a ampla presença da bancada ruralista e nem a imprensa deu importância aos depoimentos. Embora a relatoria tivesse apresentado o seu relato em leitura oficial dentro do primeiro prazo determinado, no dia 14 de julho de 2010, dia da votação final do relatório, a sessão não teve quórum. A bancada ruralista conseguiu assinaturas suficientes para prorrogar a CPMI até o dia 31 de janeiro de 2011. Durante este período, nenhuma reunião foi convocada e a CPMI findou sem nenhum apelo midiático e sem relatório oficial.

O uso tático meios de comunicação pela bancada ruralista

Os meios de comunicação de massa têm o grande poder de subsidiar uma investigação parlamentar através de CPI. Muitas destas investigações são provocadas, inclusive, por matérias de jornal que ganham algum apelo popular, sejam elas de caráter investigativo e denunciante (trazendo informações que o Parlamento usa como dados) ou mesmo de caráter factual (um episódio em específico, coberto pelos meios de comunicação). Durante as CPIS investigadas, foi possível verificar o uso político das matérias jornalísticas publicadas, principalmente em favor da bancada ruralista.

As matérias jornalísticas e artigos de opinião publicados nos grandes meios também subsidiaram a criação de requerimentos de investigação, justificaram processos judiciais de

quebra de sigilo bancário e foram referências para a defesa de pontos de vista de parlamentares durante o processo de investigação, conforme exemplo abaixo:

(...) a senhora sabe, pela imprensa, das ameaças que o MST e os seus líderes fazem à sociedade brasileira como um todo? Por exemplo: o Stedile, no Rio Grande do Sul, dizia: ‘luta camponesa conta com um exército de 23 milhões’. O próprio Dom Tomás Balduino, líder religioso, também ligado a esses movimentos sociais, falava que o agronegócio é um câncer para a sociedade. Falou algo nesse sentido e o confirmou, segundo a imprensa. Há alguns dias – queríamos que as lideranças confirmassem esse fato –, quando estivemos em Presidente Prudente, falava-se num tal de ‘março quente’, de ‘abril vermelho’, já renunciando essas invasões. Até o José Rainha desconvorsou: ‘Não, o ‘março quente’ é porque março teve alguns dias mais quentes do ano’. Mas, efetivamente, estão anunciando essas invasões que hoje estão ocorrendo no país. Portanto, trata-se de um movimento que não é pacato e pacífico (deputado Luis Carlos Heinze PP/RS, 29ª sessão da CPMI da Terra, em 7 de abril de 2005).

Como observam alguns autores que analisam a mídia e autores que relacionam mídia e política, a produção de informação pela primeira, enquanto instituições, organizações e negócios que transmitem informações para a sociedade, tem ampla repercussão e seus impactos sociais interferem na noção de esfera pública e na produção e reprodução da cultura de um povo, através de um sistema de significações que pode ser comunicado, reproduzido, vivenciado e estudado (Thompson, 1995; Williams, 1992).

É pela comunicação que ideologias são transformadas, agindo de forma política na história. É através da mídia que as subjetividades coletivas são construídas, porque implica o diálo-

go, a linguagem e a mediação através dela (Coutinho, 2008). A política não está somente nos espaços tradicionais, mas também ganha os meios de comunicação. Segundo Coutinho, a mídia é

seguramente, a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas. (...) É ela que garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à dominação do capital (Coutinho, 2008, p. 47).

Para a análise do papel que a mídia desempenhou durante as CPIs, estabeleço como grandes meios de comunicação aqueles que possuem uma grande audiência, seja em tiragem de jornal, público radiofônico ou ainda visualizações em internet. Esses meios, no Brasil, são historicamente monopolizados por poucas famílias que não operam somente no campo da informação. São sistemas que articulam o político, o econômico, o cultural e o social. É o caso dos Marinho (Organizações Globo – TV Globo, site G1, jornal *O Globo*, rádio Globo etc.); os Civita (grupo Abril, o que inclui a revista *Veja*); Abravanel (SBT); os Frias (grupo Folha, com o jornal *Folha de S.Paulo*, o instituto de pesquisa Datafolha, Folha Gráfica, PubliFolha, entre outros); os Mesquita (Grupo Oesp, com o jornal *O Estado de S.Paulo*, jornal *A Tarde*, rádios como a ESPN, Eldorado etc.) e, há ainda, a Rede Record, controlada por Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus.

No total, são dez famílias que detém o monopólio dos meios de comunicação de massa no Brasil, além de algumas que operam em nível estadual ou municipal como redes afiliadas às emissoras nacionais, ou jornais impressos locais, geralmente ligados a algum poder político local. Neste contexto, as informações são veiculadas na sociedade de acordo com a linha editorial de cada empresa, cuja influência política

e escolhas ideológicas das famílias detentoras dos jornais, ou das concessões de rádio e TV é fator relevante. Vale, ainda, destacar que as Organizações Globo são filiadas à Associação Brasileira de Agronegócio, ou seja, uma empresa de comunicação de forte influência no Brasil que se coloca, formalmente, dentro de uma associação rural classista.

O uso dos meios de comunicação na CPMI da Terra possibilitou a construção de um consenso que justificou a ação coercitiva e investigativa do Parlamento contra as entidades em questão. As quebras de sigilo bancário de entidades, seja de trabalhadores, seja patronal, no caso da CPMI da Terra, foi o filão investigatório que produziu mais apelo midiático:

(...) com relação às entidades privadas, a CNA e a Contag também estão pedindo a OCB. Todas as privadas do Brasil vivem dos recursos dos seus associados, e não de recursos de Ministérios. Se forem de Ministérios, é obrigação nossa fiscalizar, assim como denunciou a revista *Veja*, que nos alertou para essa questão. Então, são dois assuntos diferentes (deputada federal Kátia Abreu PFL-TO, 16ª sessão da CPMI da Terra, em 15 de junho de 2004).

Foi uma matéria jornalística que fundamentou o requerimento de quebra de sigilo bancário de duas entidades (Anca e Concrab), posteriormente negado pelo Ministro Nelson Jobim (então presidente do Supremo Tribunal Federal) que afirmou, no jornal *Folha de S. Paulo*, de 9 de julho de 2004⁸, que é “vedada a quebra de sigilos fiscal de bancário com base em matéria jornalística”.

(...) eu gostaria apenas de destacar a importância deste instrumento, que é a CPI, quando tem a prerrogativa de determinar a quebra dos sigilos bancário e fiscal de pessoas

⁸ Título da matéria: “STF suspende a quebra de sigilos do MST”.

físicas e jurídicas. Ao quebrar os sigilos bancário e fiscal, a CPI tem a oportunidade de conferir um atestado de boa conduta a quem boa conduta apresenta e de esclarecer eventuais dúvidas em relação ao mau comportamento, à malversação do dinheiro público. Por essa razão é que queremos insistir junto ao Supremo Tribunal Federal que nos permita realizar a investigação que esta CPI requereu por unanimidade, que nos levaria a concluir pela lisura dos procedimentos dessas cooperativas, exatamente a Concrab e a Anca, referidas pela revista *Vêja*. Sobretudo agora, com o suporte das denúncias que se tornaram ainda mais públicas, porque publicadas de forma transparente, creio que temos o dever de oferecer à opinião pública um cabal esclarecimento sobre esses fatos (senador Álvaro Dias PSDB/PR, 2ª sessão da CPMI da Terra, em 4 de março de 2004).

O uso político dos grandes meios de comunicação nas CPIs pesquisadas caracterizou-se, principalmente, através do vazamento de informações sigilosas à imprensa, modificando o jogo político, geralmente, em favor das estratégias da bancada ruralista. Mesmo sem o mérito das quebras de sigilo ter sido decidido pelo STF, informações acerca da contabilidade de entidades ligadas à reforma agrária foram divulgadas pela imprensa.

(...) Tomamos conhecimento – V. Ex^a nos encaminhou – de um relatório parcial em que foram transcritos dados sigilosos, que violaram o art. 144 do Regimento Interno do Senado, que proíbe a transcrição desses dados. (...) Além disso, uma cópia do relatório chegou à imprensa antes de os membros da CPMI dele tomarem conhecimento. A *Folha de S. Paulo* informou-nos que recebeu as informações na quinta-feira; os Parlamentares, na sexta-feira. Sr. Presidente, estamos diante de uma situação grave. Esses dados da Concrab não poderiam ter sido noticiados (deputado federal Jamil Murad, PC do B/SP, 17ª sessão da CPMI da Terra, em 25 de novembro de 2004).

O papel concedido aos meios de comunicação, revestido de um poder de estabelecimento do que seja verdade, organiza a opinião pública e estabelece uma correlação de forças que foi desfavorável aos movimentos de luta pela terra e organizações de esquerda diante do entrelaçamento entre esses meios e a elite política mais conservadora no Brasil. Segundo Gramsci (2007, p. 265), “o que se chama de opinião pública está estreitamente ligado à hegemonia política”. A opinião pública dá legitimidade a determinado discurso e à construção da hegemonia: existe a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento – de modo que uma só força modele a opinião, e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (Gramsci, 2007, p. 265).

Coutinho (2008, p. 50) complementa ao dizer que a opinião pública “envolve a mobilização e a indução de correntes de opinião por meio de instrumentos de informação, propaganda e entretenimento”.

A mídia reproduziu o argumento ruralista de que os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, desviaram dinheiro público, através de entidades não governamentais, para realizar protestos que são uma afronta ao direito de propriedade. Para esta bancada ruralista, o governo do PT, por sua vez, se utilizou de corrupção para garantir os protestos destes movimentos, devido seu alinhamento ideológico.

O papel dos meios de comunicação é observado também na CPI das ONGs e na CPMI “do MST”. No caso das CPI das ONGs foi ainda mais visível a estratégia de uso da mídia. Nesta CPI, ao tomar as notas taquigráficas por referência, verifica-se que o roteiro de investigações não seguiu um ritmo próprio, mas sim o dos escândalos mostrados na imprensa

que envolveu organizações não governamentais em convênios com o Governo Federal. A partir daí, as investigações que se estenderiam a todas ONGs com convênios com o Estado de 1999 a 2006 foram reduzidas aos casos mostrados pela imprensa. Nesse sentido, as informações bancárias de entidades ligadas à reforma agrária Anca, Concrab, Cepatec e Itac foram incluídas nas investigações por parlamentares através de requerimentos, mas as mesmas não foram ouvidas nem pelos parlamentares, nem pela imprensa. A CPI das ONGs (2007) arrecadou informações de sigilo bancário de diversas entidades, inclusive as da CPMI da Terra, mas não inquiriu a maioria delas, somente as que estavam sob o visto midiático.

Ao fim da CPI das ONGs, as entidades investigadas tiveram suas contas auditadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). As especulações sobre desvios foram divulgadas, mas o resultado final, que isentava a maioria delas, não foi alvo de matéria jornalística nos grandes meios de comunicação. Para a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais,

tratou-se de mais uma investida contra organizações que batem de frente com os interesses políticos e econômicos de alguns grupos. O desinteresse da imprensa comercial pelos resultados da CPI é mais uma evidência de que a instalação desta comissão teve como objetivo principal a perseguição política (Abong, 2010)⁹.

Já na CPMI “do MST”, a cobertura dos grandes meios de comunicação limitou-se ao processo de instalação da comissão e à fundamentação de requerimentos através de informações que esses meios divulgavam. Novamente, o sigilo bancário

⁹ Disponível em: <<http://www.abong.org.br/noticias.php?id=2576>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

de entidades de apoio à reforma agrária, tais como a Anca, a Concrab, o Cepatec e o Itac, foi publicado na imprensa, sem resposta das mesmas. No entanto, o processo investigatório que incluiu as explicações das entidades sobre as denúncias não teve repercussão. A pesquisa “Vozes Silenciadas”¹⁰, concluiu que o MST, durante o ano da CPMI “do MST”, foi retratado como violento e a imprensa deu pouco destaque às bandeiras de protesto. Sobre a CPMI, somente houve oito matérias (ou 2,6% do total). Nas demais, as eleições de 2010 constituíram o tema em que o MST foi mais citado (97 inserções), com uma grande diferença em relação ao segundo lugar, o Abril Vermelho¹¹ (42 inserções). O MST apareceu em segundo lugar no *ranking* de fontes ouvidas (em primeiro estão matérias que não ouvem nenhuma fonte). Porém, essa colocação representa apenas 57 ocorrências dentro do universo das matérias (Intervozes, 2010)¹².

Conclusão

A intolerância ao MST manifestada pelas CPIs é além do protesto. Negou-se a desigualdade social imposta pela concentração fundiária do território brasileiro e a existência de trabalhadores sem terra organizados. O tensionamento das relações entre sociedade política e sociedade civil, de forma a reorientar o entendimento sobre os movimentos sociais, prin-

¹⁰ Pesquisa produzida pelo Coletivo Intervozes, que analisou cerca de 300 matérias sobre o MST em TV, jornal impresso e revistas durante a CPMI do Campo (Intervozes, 2010).

¹¹ Jornada nacional de lutas por reforma agrária promovida pelo MST, geralmente em abril, que lembra os mortos do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Fonte: MST.

¹² Pesquisa disponível em: <http://www.intervozes.org.br/publicacoes/livros/copy_of_vozes-silenciadas/>. Acesso em: 16 jan. 2012.

principalmente os que enfrentam o direito absoluto de propriedade da terra, foi objetivo ruralista, cuja disputa tenta configurar movimento social não como atores sociais e políticos, mas como bandidos.

Desta forma, os meios de comunicação de massa ganham um importante destaque. As notícias são utilizadas de forma tática pelo grupo que é hegemônico dentro de arenas políticas, legitimando assim investigações, subsidiando discursos e influenciando a opinião pública acerca da luta pela terra, podendo conduzir a confirmações de opiniões políticas de um lado privilegiado, que mantém aliança com a grande mídia, ou é proprietária da mesma, ou seja, manipulação ideológica dos fatos. Ou, como já disse Herbert Marcuse,

(...) o pensamento unidimensional é sistematicamente promovido pelos elaboradores da política e seus provisionadores de informação em massa. O universo da palavra, destes e daqueles, é povoado de hipóteses autovalidadoras que, incessantemente e monopolisticamente repetidas, se tornam definições ou prescrições hipnóticas (Marcuse, 1982, p. 34).

Faz-se fundamental compartilhar alguns apontamentos em termos de discursos sociais. Das CPIs, foram identificados três princípios que se revelam em discursos, estratégias e ações para a manutenção da hegemonia da classe dominante rural. O *primeiro princípio discursivo* consiste na importância dos movimentos sociais enquanto atores políticos legítimos em uma sociedade democrática. A formalidade ou informalidade de um movimento social não define o seu conceito, mas sim, a sua articulação em coletivo em torno de uma, ou várias, demandas diante dos conflitos sociais (Scherer-Warren, 1996; Gohn, 2010; Tapia, 2010). Durante as CPIs, os ruralistas acompanharam a tendência de que a sociedade civil se articula

através de uma estrutura jurídica determinada pelo Estado. Para eles, a importância da representação jurídica e financeira é fundamental para a responsabilização direta do indivíduo se houver o perigo da mudança de hegemonia.

O *segundo princípio discursivo* está no estabelecimento da competência de quem é protagonista do desenvolvimento rural. Ser proprietário, para o setor patronal rural, por si só, é ser competente diante do talento e superioridade individuais. A atuação da bancada ruralista blindou as entidades ligadas ao setor patronal rural com a justificativa de que as mesmas têm representação jurídica e, por si só, isenta. O gasto realizado na organização dos assentamentos foi visto como desperdício e como ameaça.

(...) o Incra tem repassado verbas para a Concrab formar líderes de acampamentos. Do mesmo modo, verbas têm sido repassadas por vários Ministérios para formar líderes de pré-assentamentos. O que é um pré-assentamento senão uma invasão? (deputado federal Onyx Lorenzoni PFL/RS, 28ª sessão da CPMI da Terra, em 6 de abril de 2005).

O *terceiro princípio discursivo* está no questionamento da legalidade e da legitimidade dos movimentos sociais de luta pela terra. No voto em separado do deputado federal Abelardo Lupion (PFL-PR), vencedor na CPMI da Terra, chama a atenção o Projeto de Lei que configura como “ato terrorista” as formas de protesto que incluam a ocupação, saques, depredações “com o fim de manifestar inconformismo político ou de pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa” (Lupion, 2005). Propõe que a punição seja feita sob a Lei de Segurança Nacional (Lei n. 7.170, de 1983). Para os ruralistas, se o MST não é um movimento legal, por não ter inscrição jurídica, a sua legitimidade não pode ser considera-

da pelo Estado para fins políticos. Ao lançar dúvidas sobre a forma e transparência de gestão de recursos por trabalhadores rurais, impede que entidades ligadas à reforma agrária tenham acesso ao recurso público, dificultando a realização de projetos de trabalhadores rurais executados para setores de mesma identidade social.

Esses apontamentos são importantes diante da característica que a imprensa tem de legitimar e transportar para toda a sociedade as preocupações da classe dominante. Diante das condições modernas de produção, que levam a uma produção da notícia de caráter mercadológico, a imprensa se constitui em um meio de reprodução ideológica de classe. Assim, esses núcleos discursivos são norteadores para pesquisas que se aprofundem nas coberturas jornalísticas e editoriais no que envolve a ação política de movimentos sociais que lutam pela terra.

Referências bibliográficas

- BRASIL, República Federativa. *Constituição Federal de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula, in: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: Unesp, 2010.
- BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.
- _____. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: Edur, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, v. 2*. Porto Alegre: L&PM. Fontes do pensamento político, 1981.
- _____. (org.). *O leitor de Gramsci. Escritos Escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, v. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marcos Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HETTNE, Bjorn. *Development theory and the three worlds. Towards an international political economy of development*. Harlow: Longman Scientific and Technical, 1990.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade indústria – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- SAUER, Sérgio. *Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério; TUBINO, Nilton Luiz Godoy. O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 33, n. 2, ago/dez, 2006, p. 41-66.
- TAPIA, Luis. Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política. *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano*, n. 17, ano 2, 3 de março de 2009, p. 1-4. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2009/03/03/luis.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- THOMPSON, J. B. *The Media and modernity*. Stanford: Stanford Univ. Press, 1995.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Documentos do Congresso Brasileiro
- ARRUDA, Inácio. *Relatório final da “CPI das ONGs”*. Senado Federal, 2010.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Notas taquigráficas* de 2 de julho de 2003.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Regimento Interno*. 6ª Edição. Brasília: 2003.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Decreto Legislativo 2227 de 2009*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=461197>>. Acesso em: 4 mai. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Decreto Legislativo 44 de 2007*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352032>>. Acesso em: 4 mai. 2012.

CPMI DA TERRA. *Notas taquigráficas*. Senado Federal, 2005.

CPI DAS ONGs. *Notas taquigráficas*. Senado Federal, 2007.

CPMI DO CAMPO. *Notas taquigráficas*. Senado Federal, 2010.

LUPION, Abelardo. *Relatório dos trabalhos da "CPMI da Terra"*, 2005.

Voto em Separado.

TATTO, Jilmar. *Relatório final da "CPMI do MST"*, 2010.

Matérias de jornais, revistas e páginas de internet

Folha de S.Paulo. *A oposição conseguiu criar uma CPI no Senado para investigar "ações ilícitas" do MST*. Em: 4 jul. 2003.

_____. *STF suspende a quebra de sigilos do MST*. Em: 9 abr. 2004.

_____. *Edição completa*. Em: 3 jul. 2003.

JORNAL NACIONAL. *MST destrói milhares de pés de laranja em SP. Rede Globo de Televisão*. Em: 5 out. 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Sem força, CPI da Terra faz primeira reunião*. Em: 5 mar. 2004.

REVISTA VEJA. *Por dentro do cofre do MST*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/020909/por-dentro-cofre-mst-p-64.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

MADRAÇAIS DA *VEJA*: A IMPORTAÇÃO DA DOCTRINA ANTITERROR PELO JORNALISMO BRASILEIRO

MARIA MELLO
RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS

A disseminação do discurso do medo e o acirramento da intolerância via adesão incondicional e periférica ao “ato patriótico” dos EUA desde o episódio do 11 de setembro de 2001 – recordado à exaustão pela imprensa mundial neste último setembro, quando foram completos dez anos da tragédia – constituem-se em elementos relevantes para a análise da abordagem estigmatizada da mídia brasileira sobre ações organizadas da classe trabalhadora, e em especial sobre os avanços dos movimentos sociais do campo e do movimento negro no âmbito da educação.

Uma das primeiras tentativas de importação do ideário antiterrorista ianque pós 11 de setembro foi o malogrado projeto de lei que propunha a associação, tão esdrúxula quanto original, entre terrorismo e inclusionismo socioeconômico, para com isso perseguir o MST e movimentos congêneres.

As reportagens da revista *Veja*, “Madráçal no Planalto” e “Madráçais do MST”, publicadas em distintos períodos da última década, revelam os mecanismos de importação da

retórica do terrorismo e justificam a necessidade de análise permanente da atuação do citado veículo de comunicação como sismógrafo da movimentação das elites brasileiras para deslegitimar sistematicamente os movimentos sociais organizados, além de revelar as conexões relativas ao modo de produção ao qual esse tipo de associação se dispõe.

Poder-se-ia questionar a pertinência do trabalho de análise de reportagens da revista *Veja* sob a alegação da obviedade do caráter panfletário, à direita, da revista. Contudo, apesar de decrescente, o número de assinantes do semanário ainda é o maior do Brasil. A eficácia da panaceia ideológica de *Veja* ainda é filtro de interpretação da realidade para muitos brasileiros que acreditam que a “informação” é um bem de primeira necessidade e que é imparcial. Desmontar o discurso de jornalismo objetivo da revista é, portanto, procedimento que pode gerar distanciamento do leitor para com a notícia consumida. Além disso, como não há nenhuma regulamentação social à mídia no Brasil, num contexto de modernização conservadora, partem dos meios de comunicação hegemônicos os principais ataques aos movimentos sociais brasileiros e a suas bandeiras. É a ponta de lança de uma estrutura hegemônica, e pelo risco que oferece de abrir a brecha para o fortalecimento de medidas reacionárias, deve ser estudada e combatida sistematicamente.

Ocupação de terra como ação terrorista: manifestação da pretensão cosmopolita da bancada ruralista na CPMI da Terra

A retórica usada pelo império norte-americano para justificar a invasão e o massacre do Afeganistão e do Iraque foi a luta contra o terrorismo, embalado com termos como “ocupação” e “guerra preventiva”.

No Brasil, a ocupação de terras¹, e mais recentemente de terrenos e construções abandonadas em áreas urbanas, é uma tática de sobrevivência respaldada pelos direitos constitucionais, de que a massa espoliada da população tem feito uso para garantir seu direito à existência. Essas táticas contestam frontalmente os princípios de acumulação de capital e o direito à propriedade como algo maior do que o direito à vida.

Como a elite brasileira depende da vigência desses princípios ideológicos e, principalmente, precisa fazer com que sejam aceitos por todos para garantir seu poder enquanto classe dominante – mesmo os que não têm propriedade e não podem acumular capital –, ela tem de sofisticar suas técnicas de manipulação e coerção para lidar com as confrontações de classes populares que possam abalar seu estatuto de universalidade.

Se o discurso dos meios de comunicação de massa e o poder coercitivo do aparato policial já não são suficientes, resta o apelo à mudança das leis. Foi isso que sugeriu, por exemplo, o projeto de lei do PL 7485/06, encaminhado pelo deputado federal da bancada ruralista Abelardo Lupion, do DEM do Paraná, para votação no Congresso.

O relatório do deputado – aprovado pela maioria dos parlamentares integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, do Congresso Nacional, em setembro de 2006 –, encaminhou para votação dois projetos

¹ Os meios de comunicação da grande imprensa têm como regra absoluta sempre substituir o termo “ocupação” por “invasão”, para transmitir a ideia de que se trata de uma ação de bandidos, que pode se estender para todo o país, para as propriedades da cidade, para as propriedades produtivas etc. O objetivo é gerar cumplicidade com o ponto de vista conservador pelo apelo ao pânico generalizado. Cabe ressaltar que as ilegítimas invasões dos EUA em diversos países pobres do mundo, em geral acompanhadas de brutais massacres, são chamadas pelos mesmos meios de “ocupação”.

de lei sugerindo que a ação de ocupação de terras como forma de pressionar o Estado a realizar a reforma agrária, como tática de combate ao latifúndio, à grilagem de terras e ao uso irregular de terras brasileiras por empresas multinacionais, fosse considerada crime hediondo e ação terrorista.

Nesse estudo, abordaremos a interpretação do significado do PL n. 7485/06² por entendermos que esse projeto é o primeiro a associar o conflito agrário brasileiro ao tema do terrorismo – que passou a ter forte apelo midiático depois do atentado em Nova York em setembro de 2001. A título de análise, transcrevemos abaixo a íntegra da justificativa desse projeto de lei:

O terrorismo é um dos crimes mais multifacetados da história contemporânea. Se apresenta na forma de fundamentalismo religioso no Oriente Médio, sob a forma de insurrecionismo étnico nos Bálcãs, sob a forma de independentismo nacional na Espanha etc. O terrorismo, que é, eminentemente, um movimento político, se adapta à realidade social, econômica e cultural do local onde se exterioriza. No Brasil, tem se manifestado na forma de inclusionismo socioeconômico, por meio do qual, associações de trabalhadores rurais sem-terra, por exemplo, reclamam a falta de participação social e econômica em razão de uma suposta negação estatal de direitos garantidos constitucionalmente, e, por meio da violência, buscam pressionar o governo a transformar tais direitos abstratos em realidade concreta.

As ações perpetradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) são inaceitáveis perante o nosso ordenamento constitucional. Aterrorizam por meio de invasões a

² PL 7485/06: Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei n. 7.170, de 14 de dezembro de 1983, para prever o ato terrorista de quem invade propriedade alheia com o fim de pressionar o governo.

propriedades legalmente adquiridas por cidadãos brasileiros, muitas vezes até mesmo produtivas – em afronta aos princípios da propriedade privada e da função social da propriedade, anunciados no art. 170 da Constituição Federal –, e, assim fazendo, põem risco a economia brasileira e à regularidade dos contratos. Por meio do terror, que, em 2002, afetou, inclusive, o então Presidente da República, pressionam o governo a materializar direitos ou a apressar políticas anunciadas.

Esse tipo de terrorismo, próprio da realidade brasileira, não deve ser aceito e deve ser punido com o mesmo rigor que as mesmas formas de atos terroristas previstas em nossa Lei de Segurança Nacional (Lei n. 7.170, de 1983), pois, de forma equivalente, afeta a ordem constitucional estabelecida, a integridade territorial, o regime representativo e democrático e o Estado de Direito (art. 1º, I e II, da Lei de Segurança Nacional). Enfim, tais ações fragilizam o Estado.

Com este projeto tornado lei, buscamos dar resposta eficaz ao estágio que chegou esse tipo de terrorismo, que impõe inaceitável desrespeito à liberdade social e à autoridade do Estado e fragilização do processo jurídico-democrático, o qual, há 20 anos, vem se consolidando em nosso país.

Essa foi a primeira manifestação, no parlamento brasileiro, de adoção da retórica da vez do império norte-americano – para justificar arbitrariamente a expansão de seu domínio militar, econômico e político para o Afeganistão e o Iraque – com o objetivo de intervir juridicamente na questão agrária nacional.

A adoção do termo “terrorista” pela bancada ruralista para designar as ações do MST e demais movimentos sociais de massa do campo brasileiro, que usam a mesma tática de ocupação, lança luz sobre a estratégia arcaica dessa fração da elite brasileira para perpetuar a concentração de terra, e conseqüentemente o poder econômico e político em mãos de poucas

famílias e grupos econômicos. Essa classificação inclui os sem terra no rol dos sujeitos potencialmente desestabilizadores do sistema, do *status quo*. De vítimas da concentração de riqueza, os sem terra passam à condição de algozes. A análise da justificativa do PL n. 7485/06 pode auxiliar o entendimento sobre a forma como as relações de poder entre classe dominante e trabalhadores está historicamente assentada no Brasil.

A descrição do terrorismo como um crime multifacetado que “se adapta” às realidades locais em que se exterioriza sugere a imagem do terrorismo como um vírus, como dinâmica desprovida de causalidade, que é externa à realidade do contexto em que surge, por isso se adapta em cada local, como se os conflitos no Oriente Médio, nos Bálcãs e na Espanha não tivessem motivações internas que explicassem o surgimento destes movimentos “eminenteemente políticos”, como diz o texto.

A adaptação brasileira do terrorismo seria o “inclusionismo socioeconômico”: a organização de trabalhadores para reivindicar direitos constitucionalmente garantidos é encarada como ato violento pela classe dominante brasileira. As palavras e expressões: “suposta” antes de “negação estatal”, “por meio da violência” e “direitos abstratos em realidade concreta” indicam o ponto de vista de classe do grupo que formulou tal projeto: a ação de auto-organização popular para conquistar os direitos garantidos legalmente é desqualificada pela classe detentora dos meios de produção, pois a iniciativa ameaça explicitar a lógica de violência e acumulação de capital que garante o monopólio do poder e dos direitos para o grupo minoritário da elite nacional, ou seja, no limite, essa ação ataca a hegemonia da voz do poder soberano, expondo como a promessa de universalidade da lei é uma medida retórica para garantir a concentração de poder.

Quando os alijados das garantias legais se organizam, a elite não tarda em duvidar da lei para todos – “direitos abstratos em realidade concreta”. Não é natural que os condenados à exploração de sua força de trabalho, ou à marginalização social, se organizem para cobrar a efetivação de direitos garantidos constitucionalmente. Diante disso, é preciso garantir juridicamente o respaldo para o uso da força. O poder soberano requer para si o direito de manipular arbitrariamente a lei em seu benefício próprio.

A ação de movimentos sociais de pressionar o governo “a materializar direitos ou a apressar políticas anunciadas”, algo que deveria ser considerado como legítimo em um Estado democrático de direito, merece, segundo o projeto de lei, a punição sob os critérios da Lei de Segurança Nacional, evocada com frequência para justificar a arbitrariedade da violência do último ciclo do regime militar no Brasil.

Verificar os possíveis mecanismos de transposição do projeto criminalizador e do conteúdo ideológico nele contido às páginas da revista mais lida pela classe média do país também será procedimento deste trabalho.

Matéria “Madrachais do MST”

A tentativa de a elite brasileira tirar proveito do clima de terror e pânico disseminado pelos EUA depois do atentado de 11 de setembro teve início com reportagens da grande imprensa, como a intitulada “Madrachais do MST”, publicada por *Veja* em setembro de 2004. Nela, o modelo pedagógico desenvolvido pelo MST também é associado ao arquétipo muçulmano por meio de formações discursivas que constroem a imagem da atuação supostamente persecutória e intolerante por parte do referido movimento social.

Da mesma forma que os internos dos madraçais, as crianças do MST são treinadas para aprender aquilo que os adultos que as cercam praticam: a intolerância.

O problema é fazer isso dentro do sistema de ensino público e com dinheiro do contribuinte. A legislação brasileira preserva a autonomia das escolas, desde que cumpram o currículo exigido pelos Estados e estejam em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que prega o “pluralismo de ideias” e o “apreço à tolerância” – elementos básicos para que as crianças desenvolvam o raciocínio e o espírito crítico. Não são os critérios adotados no território dos sem terra. “Essas escolas estão aprisionando as crianças num modelo único de pensamento”, observa a pedagoga Sílvia Gasparian Colello, da Universidade de São Paulo.

O ataque respaldado pelo argumento da incapacidade técnica dos professores complementa o quadro discursivo de oposição deslegitimadora:

Nos assentamentos, pelo menos a metade do corpo docente vem do MST. Já nos acampamentos, todos os professores pertencem ao movimento. Muitos não têm o curso de magistério completo – pré-requisito básico para a contratação na rede pública –, e alguns não chegaram sequer a terminar o ensino fundamental.

O secretário estadual de Educação do Rio Grande do Sul, José Fortunati, reconhece: “A realidade é que há pessoas atuando como profissionais da educação nessas escolas sem o mínimo de preparo para exercer a função”.

Por ser um texto de característica panfletária – adjetivado e empobrecido do ponto de vista jornalístico – há o predomínio do caráter opinativo sobre o caráter informativo. Decorre daí o paradoxo entre texto e imagens (de crianças felizes estudando e brincando no pátio, sem nenhum indício de aprendizado do

ódio), e o que seria o problema abordado – a demanda não suprida de escolarização nas áreas de reforma agrária e as providências que foram tomadas para saná-la – e o enviesamento do tema conferido pela equipe da revista: a associação com grupos muçulmanos terroristas.

O conjunto de paradoxos da reportagem, que elucidam o caráter rasteiro da manipulação dos dados, explicita também o ponto de vista de que esse grupo editorial compartilha: uma escola que ensine crianças a se indignar contra as diversas formas de injustiça, que assuma uma perspectiva engajada no enfrentamento das mazelas nacionais, e que proponha um modelo de organização social e produção agrária compatível com a vida delas, como é o caso da agricultura camponesa, é uma ameaça para o padrão hegemônico de representação da realidade de que a revista é cúmplice e mantenedora. Logo, esse modelo não pode ser tolerado, pois ameaça em última instância as relações estruturais de poder, em sua vigência contemporânea.

Das quatro fontes ouvidas, três expõem enunciados em sentidos convergentes – contrários à atuação das escolas do movimento social. Enquanto o professor do MST “justifica” (em quatro palavras) o motivo pelo qual o MST questiona a efetiva independência do Brasil, a pedagoga da USP “observa” brilhantemente: “Essas escolas estão aprisionando as crianças num modelo único de pensamento”.

Matéria “Mdraçal no Planalto”

Publicada em julho de 2011 pelo semanário *Veja*, a matéria trata de suposta guinada “doutrinária” e “esquerdista” que a Universidade de Brasília (UnB) teria tomado a partir do início da gestão do reitor José Geraldo, professor de

Direito e militante do Partido dos Trabalhadores (PT) no Distrito Federal.

Em toda sua extensão, a reportagem busca evidenciar a pretensa rotina de intolerância e perseguições a docentes e alunos que não comungam com a política de cotas para negros e/ou questionam a legitimidade do reitor. Vejamos a seguir algumas marcas ou expressões em sequência do texto que integram formações discursivas constituidoras de sentidos:

Professores, estudantes e funcionários da Universidade de Brasília têm sido alvo de perseguição da diretoria e de agressões pelo único crime de não pensarem de acordo com a ideologia dominante. A liberdade de expressão sempre foi um valor sagrado nas universidades, mas na UnB ela foi revogada para que em seu lugar se instalasse a atitude mais incompatível que existe com o mundo acadêmico: a intolerância. *Veja* foi ao *campus* da UnB apurar as denúncias de que um símbolo da luta democrática no Brasil está se transformando em um madraçal esquerdistas em que a doutrinação substituiu as atividades acadêmicas essenciais. Os depoimentos colhidos pela reportagem da revista deixam pouca dúvida de que essa tragédia está em pleno curso.

‘A UnB se tornou palco das piores cenas de intolerância. Não há espaço para o diálogo. Ou você compartilha do pensamento dominante ou será perseguido e humilhado, diz a procuradora’.

Dois adversários de José Geraldo na eleição para reitor, os professores Márcio Pimentel e Inês Pires de Almeida, foram alvo de retaliação por parte da nova administração, que teria começado logo depois da posse. O crime deles? Terem ousado concorrer ao cargo hoje ocupado pelo militante de mar e guerra, reitor da UnB.

Márcio Pimentel e a esposa, a também professora Concepta McManus, desconfiaram que o trabalho de pesquisa de ambos começou a sofrer boicotes – mas tudo de uma maneira sempre muito sutil, indireta.

O jurista Ibsen Noronha, ex-professor voluntário do departamento de direito e um dos maiores especialistas em história do direito brasileiro, deixou a UnB no fim do ano passado. Motivo: sua disciplina desapareceu do currículo. Para ele, no entanto, foi retaliação diante de sua posição extremamente crítica em relação ao polêmico regime de cotas, uma das bandeiras que tem na atual gestão da UnB seus maiores defensores.

Como na matéria anteriormente analisada, destaca-se também a construção semântica de sentidos relacionados a ações persecutórias e intolerância. A paridade do peso dos votos dos alunos, professores e funcionários, considerada medida democratizante à luz de qualquer teoria republicana, é outro argumento ideologicamente construído pela revista para desqualificar a eleição do reitor. “Nenhuma universidade de ponta tem esse tipo de sistema eleitoral. Uma instituição controlada por alunos gravita em torno dos pontos mais mesquinhos da pequena política”, diz o historiador Marco Antonio Villa.

Na citação seguinte, a conexão com a permissividade em relação a drogas atribuída preconceituosamente ao PT e às esquerdas se opõe à austeridade e autoridade de uma docente que teve seu trabalho chancelado por um país da América Latina subordinado ideológica e politicamente aos EUA:

A professora Tânia Montoro, da Faculdade de Comunicação, conta que foi punida por ter criticado as extravagantes concessões que a atual reitoria faz aos alunos, como a permissão de festas nos prédios onde as aulas são ministradas – que transformaram as salas em território livre para consumo de drogas. No ano passado, a professora e duas de suas alunas foram escolhidas como palestrantes em um seminário realizado em Bogotá.

O intento de opor os conceitos de “técnica” e “política”, rebaixando assim o entendimento da política como prática

apartada das relações humanas e intelectuais, também é uma marca presente no texto, conforme demonstra o trecho a seguir:

Mesmo em cursos considerados técnicos, como o de arquitetura, a política tem predominado. O urbanista Frederico Flósculo, há 19 anos professor da UnB, acusa a atual direção de persegui-lo e agir para que seus projetos de pesquisa sejam sistematicamente rejeitados.

O sentido mais significativo constituído pela reportagem, porém – e que alinhava todos os retalhos de preconceitos e bravatas panfletárias da matéria, expondo seu objetivo central – é o produzido pelo uso da palavra “madrçal” (nome utilizado para designar as escolas muçulmanas), que na matéria tem seu significado ocultado.

Em síntese, a imagem induzida ao longo do texto arbitrário e parcial propõe que, a exemplo das escolas supostamente doutrinárias dos terroristas árabes, a presença de petistas e militantes do movimento negro na UnB representa uma ameaça à sociedade e à democracia.

O recurso da manipulação de imagens também é usado para sustentar a tese defendida pela revista. A principal fotografia da reportagem refere-se a um protesto promovido por alunos para exigir o afastamento do reitor anterior, Timothy Muholland – mas a legenda propõe que se trata de uma manifestação realizada por docentes contra a atual gestão.

Na perspectiva da análise do discurso, é possível identificar, ainda, a falta de polifonia – ou a diversidade de enunciados produzidos pelas fontes ouvidas no texto analisado. O simples mapeamento de locutores e enunciados explicita que estes filiam-se aos mesmos interesses de enunciação. Das 11 fontes utilizadas, dez são convergentes, enquanto apenas uma (a do próprio reitor

José Geraldo) apresenta alteridade opinativa – em apenas uma frase e construída de maneira propositalmente jocosa:

O reitor da UnB nada vê de extraordinário. ‘Ninguém tem espaço sem esforço. É preciso analisar se não são os professores que, por falta de competência, perderam visibilidade. A Universidade de Brasília nunca foi tão aberta’, afirma José Geraldo.

Cabe destacar que nenhum aluno (notadamente o principal beneficiário da Universidade e de suas políticas) é entrevistado, nem é feita nenhuma referência à condução das aulas na UnB – anulando por completo qualquer possibilidade de reconhecimento do texto como peça jornalística.

Conclusão

Um modelo, crescente-se, falido do ponto de vista histórico e equivocado do ponto de vista filosófico. Está-se falando, evidentemente, do marxismo. Falido porque levou à instauração de regimes totalitários que implodiram social, política e economicamente. Equivocado porque, embora se apresente como ciência e ponto final da filosofia, nada mais é do que messianismo. De fato, o marxismo não passa de uma religião que, como todas as outras, manipula os dados da realidade a partir de pressupostos não verificáveis empiricamente. E, assim também como as religiões, rejeita violentamente a diferença

Weinberg, 2004, p. 49

Com níveis diversos de gradação adjetiva, os meios de comunicação da grande imprensa televisiva, radiofônica e escrita há tempos associam os trabalhadores dos movimentos sociais à condição de baderneiros, vagabundos etc. Dada a rapidez com que a grande imprensa local teceu as arbitrarias

associações entre ação do MST e terrorismo internacional, não seria, portanto, infundada a hipótese de que a imprensa tenha pautado o tema no parlamento em 2004 – inclusive porque, no Brasil, parte da elite está calcada na estrutura de poder que articula concentração da terra, monopólio dos meios de comunicação de massa, poder político nas diversas instâncias do parlamento brasileiro e capital transnacional.

Não seria, portanto, infundada também a hipótese de que a retroalimentação política e ideológica da referida estrutura de poder gera novas e difusas investidas contrárias aos avanços das lutas populares na esfera da educação, além das já existentes, como a contestação judicial contra a política de ação afirmativa de cotas para negros e afrodescendentes nas universidades públicas brasileiras, protagonizada pelo então senador Demóstenes Torres, do ex-PFL, atual Partido Democratas.

Outra percepção proporcionada pela análise é a de que a mudança de foco da abordagem da revista, do MST para a UnB, mantendo o mesmo parâmetro de comparação, indica também uma provável opção tática pela invisibilização dos movimentos sociais do campo. De inimigos número 1, passaram a ser ignorados sistematicamente, ao mesmo tempo que a democratização das estruturas engessadas das universidades públicas passou a ser vista, pela direita brasileira, como ameaça à medida que não apenas os quadros da elite serão por elas formados, conforme a política de direito como privilégio de classe até então vigente.

É possível, finalmente, a partir da constatação de Costa, relacionar a derrota do projeto estadunidense com a degradação do jornalismo conservador brasileiro, que assumiu práticas golpistas – a exemplo do recente episódio envolvendo o político Zé Dirceu.

Às vésperas do décimo aniversário dos atentados de 11 de setembro de 2001, a cotação média das ações nas bolsas dos Estados Unidos, segundo o índice S&P500, é 39% inferior à do seu pico em 2000, descontada a inflação. A taxa de desemprego aumentou de 3,9% para 9,1%, enquanto o preço do barril do petróleo triplicou. No mesmo período, a participação da economia estadunidense no produto mundial caiu de 30,8% para perto de 23,5%, seu endividamento bruto cresceu de 57,6% para 96,8% e o líquido de 34,7% para 69%.

Pela primeira vez, os títulos de dívida de Tio Sam perderam sua classificação AAA. A Nasa, que por 50 anos foi vitrine da liderança tecnológica dos EUA, encerrou seu programa de voos tripulados e passou a depender da agência russa para enviar astronautas ao espaço. O serviço estadunidense de correios, outro tradicional símbolo de excelência, está a ponto de falir (Costa, 2011, p. 36).

É procedimento corrente da classe que detém o poder hegemônico lançar uso da força, ou de meios não democráticos, quando a disputa de ideias, o domínio pelo consentimento, já não empilha sucessivas vitórias e começa a lograr derrotas emblemáticas. Papel semelhante cumpriu a imprensa brasileira no desfecho do golpe militar-empresarial de 1964: colaborou para a instauração e difusão da opinião de que regia no país uma situação de desgoverno e instabilidade caótica, para depois, em nome da democracia, dar respaldo para a ação armada ditatorial de duas décadas, com a qual se beneficiou e se fortaleceu a tal ponto que ainda hoje consegue resistir à instauração de conselhos sociais da mídia, como existem na maioria dos países democráticos desenvolvidos.

Zizek (2011) aponta para a semelhança de linguagem entre os discursos do ex- presidente Bush para o povo estadunidense

no pós-11 de setembro e os posteriores ao colapso financeiro – evocando a ameaça ao “*american way of life*”:

Doze anos antes do 11 de Setembro, em 9 de novembro de 1989, o Muro de Berlim caiu. Esse evento parecia anunciar o início dos ‘felizes anos 90’, a utopia do ‘fim da história’ de Fukuyama, a crença de que a democracia liberal estava logo ali na esquina e os obstáculos a esse final feliz hollywoodiano eram apenas empíricos e contingentes (bolsões localizados de resistência cujos líderes ainda não haviam entendido que seu tempo acabara). Por sua vez, o 11 de Setembro simbolizou o fim do período clintonista e anunciou uma época em que vimos novos muros surgir por toda parte: entre Israel e Jordânia, em torno da União Europeia, na fronteira entre os Estados Unidos e México e até no interior de Estados-nações.

No Brasil, conforme apontamos, diante da falência da missão civilizatória do capital, cabe ao poder hegemônico atacar os flancos que ameaçam democratizar radicalmente a estrutura de poder do país. Por isso, qualquer medida com respaldo do Estado que ameace reparar o trauma da escravidão para a população negra, que reconheça o papel do Estado como protagonista da segregação racial pode impactar diretamente a vida de metade da população brasileira (negra e ou afro-descendente), o que por óbvio teria ressonância sobre a outra metade. Daí parte da animosidade do ataque contra a UnB, que se soma também ao caráter progressista não apenas de seu reitor atual – chamado desrespeitosamente de “Zé do MST” em assembleias dos professores por um docente de ultradireita, com anuência de parte dos presentes – mas de muitos departamentos, faculdades e institutos, como a Geografia, a Faculdade de Educação, a Antropologia, o curso de Serviço Social, a Faculdade de Saúde, a Faculdade UnB Planaltina,

que desenvolvem projetos de pesquisa, programas de extensão, ou cursos permanentes voltados para questões de interesse das populações do campo, quilombolas, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, e para diversas etnias da população indígena. Em síntese, na manobra arbitrária da revista *Veja*, o preconceito contra os mulçumanos e suas escolas se reverte contra os excluídos de sempre da democracia e do progresso brasileiro.

Referências bibliográficas:

- COSTA, Antonio Luiz M. C. O erro do milênio. *Revista Carta Capital*, ano XVII, n. 663, 14 set. 2011.
- MELLO, Maria. *O discurso que Vale: a cobertura hegemônica do jornal O Globo das ações do MST na Companhia Vale*. Monografia de conclusão de curso de Jornalismo defendida no Centro Universitário de Brasília, junho de 2009.
- RIBEIRO, Gustavo. Madraçal no Planalto, *in: Revista Veja*, 6 jul. 2011, p. 111-116.
- VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST. *Revista Nera*. Unesp, 2007.
- WEINBERG, Mônica. Madraçais do MST. *Revista Veja*, edição 1870, ano 37, n. 36, 8 set. 2004, p. 46-49.
- ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

DE *BOLETIM* A *JORNAL SEM TERRA*: COMUNICAÇÃO PARA AVANÇAR NA LUTA POR HEGEMONIA¹

JOANA TAVARES PINTO DA CUNHA

Esse movimento dos sem terra, não é só das 600 famílias que tamo acampado, é um movimento da nossa classe, dos trabalhadores. Tanto dos colonos como dos operários. Nós não vamos perder essa batalha, nem que chova canivete.

Boletim Sem Terra, agosto de 1981.

Comunicação alternativa e popular

Desde o começo do desenvolvimento da comunicação de massa no mundo, houve manifestações da imprensa sindical ou partidária. Marcondes Filho (2002) analisa que esse tipo de imprensa não acompanhava o noticiário diário e superficial da imprensa comercial, e se voltava para um tipo de veículo de “persuasão, doutrinação e confirmação de ideias”.

Esse tipo de comunicação também se desenvolveu na América Latina e no Brasil. Inúmeros jornais de categorias profissionais e grupos anarquistas circularam nas fábricas em todo o território nacional. Giannotti (2007) destaca

¹ Artigo produzido com base na dissertação de mestrado da autora, defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112014-095943/pt-br.php>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2015.

que cerca de 500 publicações operárias existiram de 1858 (ano em circula o primeiro deles, o *Jornal dos Tipógrafos*) até 1930.

Esse tipo de imprensa – identificada como operária ou sindical – remonta à ideia de Lenin de atuação para a conscientização, educação, propaganda e agitação política, com vistas a ser um organizador coletivo.

Por vezes, há uma confusão entre os termos “sindical”, “operária”, “partidária” e “alternativa”. Como os meios de comunicação produzidos por organizações ou grupos de trabalhadores fogem à lógica da imprensa hegemônica, há uma tendência em agrupar todas essas produções sob o rótulo de “alternativo”.

No entanto, esse termo tem também sua especificidade. Está ligado a um tipo de jornalismo produzido em contra-posição a contextos de censura e repressão política, como resistência a um autoritarismo de Estado. Na América Latina, está identificado com as produções de combate às ditaduras militares da segunda metade do século XX, mas também tem sua origem antes disso.

Kucinski (1991, p. 13) destaca que “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço a oposição intransigente ao regime militar”. Apesar de ter tido seu período auge durante a ditadura, o autor aponta que ela não “foi a única razão de ser da imprensa alternativa” (Kucinski, 1991, p. XXV). Esses jornais comungavam com o ideal de construção de uma “contra-hegemonia ideológica”, para além de uma resistência conjuntural. Cada um por um motivo, os jornais desse período foram fechando suas portas, pouco a pouco. Com a abertura do aparato repressivo e por fim com a redemocratização do país, um novo momento político foi

inaugurado, sinalizando o fim das “grandes manifestações de utopia”, como classifica o autor.

No entanto, há um outro tipo de comunicação, produzida pelos grupos subalternos e fora dos padrões da imprensa hegemônica: a comunicação popular. Na tentativa de conceituar o termo, Peruzzo (1998, p. 125) coloca que ela “não tem um fim em si mesma, mas relaciona-se com um pleito mais amplo. É meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural de um povo”. A pesquisadora chama a atenção para o fato de que a comunicação popular não se dá de forma isolada, e deve ser estudada em sua relação com o entorno, com os meios massivos, com as contradições da sociedade em que está inserida.

Festa (1988, p. 10) coloca a comunicação popular como parte dos processos “que buscam compreender o fenômeno da comunicação no nível das bases sociais”. Já a comunicação alternativa seria aquela ligada ao “nível médio da sociedade civil”. Esse último tipo de comunicação diz respeito a publicações de caráter cultural e político, ligadas a grupos de oposição ao regime militar. Já a comunicação popular está diretamente ligada ao surgimento dos movimentos sociais, e “sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo” (Festa, 1988, p. 25).

A autora destaca que a comunicação popular emergiu durante da década de 1970 no Brasil, “decorrente de processos anteriores” (Festa, 1988, p. 18), principalmente das articulações e materiais promovidos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

É nesse contexto que surge uma publicação voltada para a realidade social dos trabalhadores rurais, o *Boletim Sem Terra*, que deu origem ao *Jornal Sem Terra*.

Luta pela terra no Brasil e imprensa camponesa

Para entender o processo em que se insere a publicação, é necessário contextualizar a questão da luta pela terra e tratar, ainda que de forma breve, dos movimentos e publicações que precederam o *Jornal Sem Terra* e o MST.

Desde o início da colonização do Brasil, a posse da terra foi fundamental para a manutenção do poder das classes dirigentes. Como explica Martins (2010), mesmo com a emergência do trabalho livre foram mantidos os elementos que garantiam a economia colonial, “para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil”. Essa manobra foi possível essencialmente através do controle contínuo da elite sobre a propriedade rural, conforme se observa na Lei de Terras de 1850, que institui o controle privado e a renda da terra, excluindo de seu acesso aqueles que não podiam pagar por ela e garantindo seu monopólio de classe.

O mesmo autor (1981) sustenta que os excluídos no campo – um campesinato que já nasceu expropriado, migrante, itinerante e insubmisso – sempre travaram lutas em defesa de seu direito à terra e à produção, ainda que essas lutas pudessem ser classificadas como “pré-políticas”, devido ao próprio caráter pré-político da estrutura social em que se inseriam.

A partir das décadas de 1940 e 1950, formas de manifestação como os movimentos messiânicos e o cangaço, com a crise do coronelismo, são substituídas por organizações como as ligas camponesas e os sindicatos. Martins aponta que entre o final dos anos 1940 e o golpe de 1964 foram várias as novas formas de organização.

Uma das estratégias dessas novas formas organizativas dos trabalhadores rurais foi a construção de ferramentas de comunicação, voltadas tanto para seu público interno, como,

fundamentalmente, para apoiadores da causa nos meios urbanos. Em que pesem suas dificuldades de impressão e circulação – certamente não atingiam o mesmo público dos grandes veículos da época – essas iniciativas sinalizam um entendimento do papel da mídia em circular ideias, e um esforço no sentido de configurar uma nova esfera pública, ou de alargar a noção do que pode ser público e publicizado. Sinalizam que entendem que para a constituição de uma fala pública mais plural e que considere seus pontos de vista, precisam também se aventurar pelo terreno da comunicação, além das mobilizações sociais.

Jornais Terra Livre e Liga

O jornal *Terra Livre*, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), circulou de 1949 a 1964, sendo fechado com o golpe militar. A redação era em São Paulo, ainda que por um período não fosse fixa, mas era feito e circulava “na mais absoluta clandestinidade” (*Terra Livre*, maio de 1963). O jornal tinha circulação mensal ainda que ocasionalmente ficasse sem rodar e tivesse espaços de tempo maiores entre uma edição e outra – e chegou a alcançar a tiragem de 15 mil exemplares. Não era vendido em bancas, mas enviado por correios aos assinantes, militantes em todos os Estados do país e apoiadores da causa.

Leonilde de Medeiros (1995), em estudo sobre o papel da imprensa partidária dos trabalhadores rurais na construção de uma identidade de classe, aponta que vários processos ocorreram para que os conflitos e aspirações dessa população pudessem ser vistos e reconhecidos na esfera pública, devido a “alternativas organizativas com alguma durabilidade e à existência de canais de comunicação entre situações distintas que pudessem promover a formulação de pontos comuns”. O

jornal *Terra Livre* foi, segundo a autora, um instrumento na constituição da linguagem de classe dos trabalhadores rurais.

Outro jornal camponês desse período é o *Liga*, das Ligas Camponesas do Nordeste que depois se expandiram para outros Estados brasileiros. Apesar de ter sido um movimento forte e com diferenças de leitura internamente, o jornal era ligado a Francisco Julião, advogado e deputado líder das Ligas do Nordeste, que o dirigiu desde a primeira edição, de outubro de 1962, até a última, de abril de 1964.

Uma análise mais detalhada do conteúdo do jornal – que não será aprofundada aqui – pode demonstrar as divergências de linha política entre o PCB e as Ligas. O movimento liderado e o jornal dirigido por Julião defendiam uma aliança “operário-camponesa” para “levar ao poder o povo” (*Liga*, out. 1962), criticando a tática do PCB, que à época defendia uma frente única com a burguesia contra o imperialismo e o feudalismo.

O jornal tinha textos e ilustrações voltados para o camponês e seu modo de vida, além de denúncias de trabalho escravo e baixos salários, notícias de greves urbanas, novidades da revolução cubana, matérias de política internacional, cultura, artigos para estudo, uma coluna sobre a imprensa popular, informações sobre o movimento estudantil e artigos políticos sobre a luta no Brasil.

Em comum, os dois jornais compartilhavam a defesa da reforma agrária e denunciavam as injustiças sociais. Também possuíam a característica de não serem produzidos diretamente pelos camponeses, mas situavam a intenção política e o esforço de pautar temas e características do modo de vida camponês que não encontravam espaço na mídia hegemônica, buscando alargar a compreensão sobre a realidade desse grupo social.

Boletim Sem Terra

Recorrendo novamente a Martins (1981), vemos que os distintos projetos para o campesinato – do PCB, da Igreja, das Ligas Camponesas e do Partido Trabalhista – foram reprimidos pelo golpe de 1964, que colocou em prática a proposta da burguesia e do imperialismo, materializada no Estatuto da Terra. Com ele, havia a proposta de transformar os minifúndios e latifúndios em empresas rurais, restando aos camponeses pobres a colonização de novas áreas. Mas nem isso ocorreu e o que se processou no país foi o aumento da concentração da terra e a ampliação da atuação das empresas capitalistas no campo.

Mas a população rural continuou se organizando, apesar da proibição do regime. A partir do final da década de 1970 começa a ocorrer ocupações de terra como forma de pressionar o assentamento de famílias sem-terra, “na encruzilhada entre o êxodo para as cidades e a tentativa de permanência no campo” (Stedile, 1997).

Em 1980, centenas de famílias ocupam uma fazenda no Rio Grande do Sul e permanecem acampadas por três anos. Houve tentativas de deslocá-las para projetos de colonização no norte, mas a maioria manteve sua intenção de ser assentada no local e a desapropriação foi, enfim, feita. Foi lá que começou a circular o *Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra*, que depois seria transformado no *Jornal Sem Terra*.

A primeira edição do informativo circulou em maio de 1981, mais de três anos antes da fundação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para organizar a história da publicação, dividimos o período de construção – que vai até março de 1985, quando a publicação já se chama *Jornal Sem Terra*, possui amplitude nacional e redação em

São Paulo (e não mais em Porto Alegre) – em quatro fases, apresentadas a seguir.

Boletim mimeografado

De maio de 1981 a abril de 1982, o boletim informativo era mimeografado, não tinha periodicidade nem número de páginas fixo e tratava centralmente da luta das famílias acampadas na Encruzilhada Natalino. Quem assina a publicação é o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul e, a partir do número 5, também entra a Pastoral Universitária.

Os textos, salvo raras exceções, não são assinados. A linguagem é sóbria e direta, no discurso jornalístico. Quando são apresentadas cartas ou outras manifestações dos colonos, há sempre assinatura. Nesses casos, a linguagem é informal e não segue as normas da língua escrita. As reproduções de cartas dos colonos demonstram que os responsáveis pela redação do boletim não editavam esses textos – ou ao menos mantinham alguns de seus traços peculiares de expressão – o que diferencia a linguagem do restante do informativo.

Podemos observar que a publicação de cartas dos colonos cumpre um papel de uma assessoria de imprensa dos acampados. Da forma como o próprio jornal se apresenta, o público-alvo é a população externa ao acampamento, os apoiadores e formadores de opinião.

O jornal não é ainda organizado por editoriais, mas algumas seções se repetem com certa frequência e pode-se concluir que cumpriam esse papel. São elas: “História de um povo oprimido”, “Campanha de Solidariedade”, “As terras no Estado” e “A luta pela terra no país”.

Apesar de esses temas reforçarem o caráter externo da publicação, há indicativos de que ela também cumpria um papel internamente, como demonstra um texto assinado pela irmã Maria Izabel, uma das duas freiras da Congregação Jesus Crucificado que estavam morando no acampamento. Ela relata:

À tardinha, todos se reúnem diante da cruz para reza do terço, também o violeiro e o gaiteiro lá estão para animar o canto. Depois da reza do terço a Comissão faz as comunicações das cartas que chegaram, das notícias que saíram no jornal, se tem algo a resolver, todos são chamados a dar sua opinião (*Boletim Sem Terra*, n. 4, p. 3).

Maria Salete Campigotto, uma das acampadas na época, lembra, em entrevista à autora, que se fazia a leitura do jornal em grupos “pro pessoal estar informado”. Ela também cita as reuniões perto da cruz, e identifica esses encontros como uma forma potente de comunicação, “quase uma rádio”:

(...) porque outro espaço de comunicação que nós tínhamos era interno no acampamento também, né? Tinha umas caixinhas de som, uma corneta. Todos os finais de tarde, era um espaço muito usado a oração. Não sei se éramos tão cristãos assim, ou se também esse espaço a gente aproveitou pra politizar, né? Mas todos os finais de tarde a gente se reunia, fazia a leitura da Bíblia e ao mesmo tempo todas as cartas que vinham de apoio, alguma notícia importante do jornal, o incentivo a ler o jornal, ali outras notícias, era feito nesse momento. As pessoas que vinham dar apoio tinham a palavra nesse momento, no som, pra todo mundo escutar. Era quase uma rádio, né? Mas nós não chamávamos de rádio (Campigotto, entrevista à autora, 2012).

Outra característica importante dessa fase do boletim é a importância da comunicação entre os agricultores. São publicadas cartas de lavradores do Norte, relatando suas dificul-

dades e desencorajando os colonos dos Sul a irem pra lá. Esse tipo de comunicação contribuía para reforçar a reivindicação central do movimento nesse período: a necessidade de assentar as famílias no próprio Rio Grande do Sul, e não em projetos de colonização em outros estados.

O trecho abaixo, de carta dos acampados, demonstra o entendimento e a importância desse diálogo:

Depois ofereceram pra nós terras na Bahia. Num tal projeto de Serra do Ramalho e no Lago do Sobradinho. O Inkra disse que lá tinha de tudo. Parecia o paraíso. Mas depois que inventaram o correio e as comunicações não dá mais pra sê enrolado, assim no mais. Pois nós fomo tirar explicação dos sindicatos de lá. Eles nos mandaram uma carta, que é uma tristeza. Disseram que tem vaga naqueles projetos porque nem os baianos aguentaram. Que lá não tem assistência nenhuma, que as terras são fraca, e que recentemente só numa agrovila, parece que a 13, morreu mais de 40 crianças. Mas o Inkra pensa que nós somo colono burro, fácil de enganar... (*Boletim Sem Terra*, agosto de 1982, p. 9).

Por este exemplo, podemos concluir que o boletim cumpria também o papel de fazer a ponte entre agricultores em diferentes pontos do país.

Boletim em offset: editorias e ampliação das pautas

A segunda fase do boletim, que vai de abril de 1982 a fevereiro de 1983, compreende as edições 20 a 28, pois nessas oito edições, o boletim muda seu formato e passa a ser datilografado, rodado em *offset*, com matérias diagramadas, textos organizados e com identidade visual. Todas as edições têm quatro páginas em tamanho ofício. Começam também a ser publicadas fotografias com mais frequência. Algumas seções

se tornam fixas – como “Nova Ronda Alta” e “Solidariedade” – e possuem inclusive um selo de identificação.

Esta fase, apesar de curta, é importante, pois é quando o boletim se consolida como publicação, com formato mais jornalístico, editoriais fixas e conteúdo mais amplo que a luta de Encruzilhada Natalino. A primeira edição já se dá no novo local para onde foram transferidas as famílias – batizado de Nova Ronda Alta, nome de uma das seções fixas – com notícias da organização local.

Já no fim dessa fase, aparece pela primeira vez um editorial, com o título: “*Boletim Sem Terra* será regional”. O texto explica que o boletim foi indicado pelos colonos presentes em encontro da regional sul como o

órgão de divulgação de suas lutas em cinco Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esta decisão revela a importância do boletim e aumenta a responsabilidade de seus responsáveis na contribuição às lutas populares no meio rural (*Boletim Sem Terra*, n. 25, p. 1).

Sem Terra: transição do local para o regional

Essa fase compreende sete números – do 29 ao 35 – e vai de fevereiro de 1983 até abril de 1984, quando a publicação se assume como órgão de divulgação da luta dos sem terra dos cinco Estados da regional sul – RS, SC, PR, SP e MS.

É a fase em que se articulam os encontros regionais e nacionais de sem terra, e o jornal passa a noticiar seguidamente essa nova construção. Temas de interesse mais geral, nacionais, também começam a ser pautados, como o exemplo da campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional. Outra editoria que passa a aparecer mensalmente é o “Calendário”, com as datas das principais mobilizações previstas.

Vladimir Araújo, o jornalista que editou o jornal em todo esse período, considera que nesse momento a publicação cumpria um papel maior internamente, pois era enviada para os acampamentos:

Esse jornal tinha dois aspectos: de mobilização, de reflexão, pedagógico, voltado para os próprios acampados e trabalhadores do movimento; e outro de divulgação, que seria o porta-voz do movimento. Então todo mundo sabia pelo jornal como estava a luta dos sem terra, o que eles estavam reivindicando naquele momento. Era um jornal porta-voz deles. Tudo que eles pensavam, reivindicavam, conseguiram, estava retratado ali (Araújo, entrevista à autora, 2012).

Na edição 35, de abril de 1984, o anúncio: “Vem aí o *Jornal Sem Terra*”. O texto informa que a decisão foi tomada no Encontro Nacional em Cascavel, no início daquele ano, e que a primeira edição do jornal estava prevista para junho, em formato tabloide, 12 páginas, tiragem inicial de 10 mil exemplares e com circulação na “Regional Sul e outros Estados do país”.

Jornal Sem Terra: do Sul para o Brasil

Consideramos que a edição 36, de julho de 1984, é a primeira da quarta fase, pois é quando a publicação passa a se chamar *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, com identidade visual no título e capa colorida. É este jornal que dá notícia da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa fase vai até o número 43, pois é o primeiro número do jornal já sediado em São Paulo, onde está até hoje. A maioria das edições tem 16 páginas.

No expediente da edição 36, o jornal é identificado como uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul (RS, SC, PR, SP e MS). Um texto, publi-

cado na página 2, “Depois de três anos, um novo desafio”, contextualiza a decisão de se criar o jornal. Parte das decisões do encontro de Curitiba, a leitura foi de que o movimento “era reconhecido como organização autônoma e necessitava de um órgão de divulgação forte, amplo, que atingisse todo o país”. Ainda segundo o texto, a partir de setembro de 1983, o boletim passa a refletir discussões internas, e desde a edição 33 – que comemora a vitória de Ronda Alta – demonstra o “amadurecimento político dos lavradores”:

Eles já não estavam apenas preocupados em conseguir um pedaço de terra, mas já falavam em reforma agrária e entendiam que a política agrária do país servia apenas aos interesses dos grandes latifundiários e das multinacionais (*JST*, n. 36, p. 2).

Apesar de ficar claro que o jornal será escrito por uma equipe de jornalistas – dez pessoas, contando os colaboradores – destaca que “o êxito do jornal depende fundamentalmente dos próprios lavradores sem terra. Eles é que deverão sugerir matérias, discutir com seus companheiros, sugerir assuntos e avaliar seu conteúdo” (*JST*, n. 36, p. 2). Na edição 42, de fevereiro de 1985, pela primeira vez, o jornal deixa de ser da Regional Sul e é identificado como uma publicação mensal do MST. As entrevistas apontam que houve uma transição, processual, para um caráter mais interno do *JST*, com tratamento diferenciado das pautas e temas, cumprindo mais um papel aglutinador do que de difusor para a sociedade.

No entanto, não é essa a característica central do período analisado. Percebemos, pelo conteúdo e linguagem, assim como pelas entrevistas, que a publicação, nesses quatro anos analisados, funcionava tanto como uma ferramenta de divul-

gação para os apoiadores – prestação de contas da campanha de solidariedade, por exemplo – como para articulação com outras regiões em luta pela reforma agrária. Seu papel também interno, como se pode observar pelas entrevistas, não era o objetivo central.

Jornalismo como ferramenta para a contra-hegemonia

Podemos concluir que a forma de fazer do jornal – desde seu início, como boletim – foi amparada no jornalismo como ferramenta, considerando a preocupação com a linguagem informativa, com a organização das ideias e fontes. Mesmo que não houvesse assinatura dos textos e indicação de jornalista responsável nos primeiros anos, é possível constatar que a publicação refletia um cuidado com a forma de passar a mensagem, com uma voz de fora, deixando claro quando os colonos, os sem terra ou a direção se pronunciava.

Essa voz externa, narrada em terceira pessoa, contribui para o caráter de órgão de divulgação das lutas, principalmente no trabalho de diálogo com a imprensa e apoiadores, típico da primeira fase. Corresponde também ao caráter referencial da comunicação jornalística: “É verdade, como diz Nilson Lage, que a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si” (Genro Filho, 1987, p. 135).

É importante retomar aqui a discussão proposta por Genro Filho (1987). Apesar de o *JST* não corresponder ao tipo ideal focado pelo autor – a imprensa diária, massiva – ele pode se incluir na perspectiva que enxerga o jornalismo como uma forma de apropriação da realidade, que pode ter um caráter desalienador.

Não partimos das premissas da “ideologia da objetividade e imparcialidade do jornalismo”, como explica Genro Filho ao apresentar a crítica de Nilson Lage (1979) para concluir que o jornalismo é uma ferramenta utilizada pelo *JST*. Ao contrário, concordamos com a posição dos autores que essas duas características são construções ideológicas, com objetivos subjacentes de reprodução da ordem social.

No entanto, o *JST* expressa a potencialidade, citada por Genro Filho, da forma técnica em consonância com necessidade de informação, ao cumprir um papel reflexivo a partir da singularidade dos fatos. O autor defende a tese de que o singular leva à expressão das contradições fundamentais da sociedade, e está aí seu potencial revolucionário.

Nesse sentido, a particularidade do fato – embora subordinada formalmente ao singular, pois é ele que dá vida à notícia – estará relativamente explicitada. No entanto, a universalidade desse fato político, em que pese não seja explicitada, estará necessariamente presente enquanto conteúdo, ou seja, como pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno, e como significado mais geral da notícia, teremos uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história (Genro Filho, 1987, p. 163):

Podemos observar como o jornal faz isso ao, por exemplo, apresentar dados como ‘As terras no estado’, partindo de uma singularidade e incluindo-a no contexto de disputa pela terra e do discurso. Como o governo usa o argumento de que não há terras para as famílias na região, o jornal busca tratar a notícia com eventos singulares que podem representar o todo em que se insere. Esse mecanismo também é observado quando há cobertura dos projetos de colonização no Norte e Centro-Oeste do país, que parte de casos singulares para expressar a contradição (no caso, da proposta de solução governamental, desmascarando a propaganda oficial).

Além de não corresponder ao tipo ideal pesquisado por Genro Filho – nem o boletim, nem o jornal tiveram características comerciais da imprensa de massa – o *JST* apresenta outras peculiaridades que o aproximam mais do campo da comunicação popular. Na medida em que ele se insere em um contexto mais amplo, de disputa política de um setor da classe trabalhadora em luta, podemos também dizer que ele se insere no campo da comunicação contra-hegemônica.

A partir do entendimento de que o MST participa ativamente de um processo de luta de classes, que pressupõe a disputa – obviamente desigual, entre dominantes e dominados, detentores e expropriados (como no caso da terra) – pelas condições materiais de reprodução da vida social (meios de produção, terra etc.) e pelo poder, consideramos que ele, como ator político social, passou do momento “econômico-corporativo” da classe, conforme explicado por José Paulo Netto (2008) – a “classe em si” de Marx –, para uma constituição de uma “unidade intelectual e moral” – a “classe para si”.

Essa percepção de seu papel de classe, de seu lugar como classe trabalhadora em luta, é perceptível no período analisado de sua publicação oficial, o que coloca o jornal como instrumento de construção de uma nova direção moral e intelectual da classe, ou seja, como ferramenta de construção de outra hegemonia, amparada nos ideais e valores da classe trabalhadora.

Apesar de, no período estudado, não haver referências diretas a categorias marxistas – como classe social – percebe-se essa intencionalidade no discurso desde a primeira fase, como nesta reprodução de carta dos acampados em Ronda Alta, de agosto de 1981:

Esse movimento dos sem terra, não é só das 600 famílias que tamo acampado, é um movimento da nossa classe, dos trabalhadores. Tanto dos colonos como dos operários. Nós

não vamos perder essa batalha, nem que chova canivete
(*Boletim Sem Terra*, agosto de 1981).

Já na edição 34, de fevereiro de 1984, aparecem os objetivos do recém-fundado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entre eles, “uma sociedade justa e fraterna”, o que demonstra a inserção mais ampla da pauta da reforma agrária em um novo modelo de organização social.

Dessa forma, conclui-se que o boletim e o jornal atuaram nesse período histórico como um intelectual orgânico, na concepção de Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo da produção econômica, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político... (Gramsci, 1968, p. 3).

Gramsci fez uma diferenciação entre os intelectuais tradicionais – “que pertencem a classes e estruturas que são como que resíduos de uma prévia formação social” (Hall *et al.*, 1983, p. 67) – e os grupos pensantes formados por todas as classes, os intelectuais orgânicos, “que têm funções firmemente baseadas nos interesses de uma classe fundamental”² (1983, p. 67).

² Gramsci considera que os camponeses não podem produzir e formar seus próprios intelectuais orgânicos: “A massa dos camponeses, embora desempenhe uma função essencial no mundo da produção, não elabora intelectuais ‘orgânicos’ próprios e não ‘assimila’ nenhuma classe de intelectuais ‘tradicionais’, embora da massa dos camponeses outros grupos sociais tirem muito dos seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais sejam de origem camponesa.” (Gramsci *apud* Baratta, 2010, p. 157). Não vamos entrar aqui nessa polêmica, mas apenas frisar a diferença histórica da formação do movimento social MST.

Para o autor italiano, os intelectuais “desempenham um papel de liderança na batalha para ganhar apoio espontâneo para uma das classes fundamentais” (Hall *et al.*, 1983, p. 67). Esse papel é desempenhado em órgãos da sociedade civil como a Igreja, a imprensa e os partidos políticos, e também, no caso do bloco dominante, do Estado. Apesar de o Estado ser a “trincheira avançada” da classe dominante, que continua como detentor da força (polícia e exército), é a sociedade civil que proporciona a garantia “a longo prazo, de estabilidade para o bloco dominante” (Hall *et al.*, 1983).

Fazemos aqui uma extensão do conceito para um periódico forjado por uma organização de uma parte da classe de trabalhadores rurais, por considerar que sua consecução dependia estreitamente da visão dos intelectuais forjados para ela, ou em apoio a essa fração de classe.

Gramsci destaca que cabe ao partido político fazer a luta pela hegemonia (ou contra-hegemonia, segundo alguns de seus estudiosos) a partir do pensamento popular, expressando as contradições do senso comum, permitindo o apelo à espontaneidade e atitudes emocionais, pois, para ele, essa espontaneidade, “quando educada e expurgada de contradições que lhe são estranhas” (Gramsci *apud* Hall *et al.*, p. 69), é o motor da revolução.

Entendemos que o comitê responsável pela elaboração do *JST* – que, em dado momento assumiu a secretaria do próprio movimento – cumpre esse papel de intelectual orgânico, na medida em que se ampara no entendimento popular, na religiosidade que lhe sustenta o direito à terra, na solidariedade de classe, para defender um projeto de reforma agrária e de mudanças estruturais.

Considerações finais

Este trabalho apresenta duas questões que estão na ordem do dia – a crítica aos meios de comunicação hegemônicos e a iniciativa de construir outros instrumentos –, e que também fundamentam a história do Boletim e do *Jornal Sem Terra*. Uma das conclusões a que chegamos é que a publicação, em seus quatro anos iniciais – de 1981 a 1985 – cumpriu efetivamente um papel de divulgar a visão de mundo da organização, que estava então se construindo, principalmente para seus apoiadores. A Campanha de Solidariedade gerada a partir do acampamento da Encruzilhada Natalino não teria sido a mesma sem a edição do Boletim. Ele reforçou os laços entre os parceiros, prestou conta dos apoios recebidos, incentivou a continuidade da ajuda durante todo o período de necessidade das famílias.

Esse já seria um papel de muita relevância para um órgão informativo. Mas não foi o único. Depois de praticamente um ano de pejeja na beira da estrada, as famílias da Encruzilhada foram transferidas para um terreno comprado pela Igreja, onde ficaram por mais dois até terem finalmente seu assentamento conquistado em terras no próprio Rio Grande do Sul, como exigiam desde o início.

Mas o Boletim não parou de rodar depois disso. Ao contrário, desde a transferência das famílias da Encruzilhada para Nova Ronda Alta, a publicação mudou seu formato e incluiu nas pautas a cobertura de outras regiões. Virou órgão de divulgação da Regional Sul, que incluía cinco Estados. Por fim, transformou-se no jornal de divulgação do recém-fundado MST, de abrangência nacional. Esse foi outro papel do Boletim: ao divulgar as lutas, atuou também como um articulador, como um portador do exemplo de que era possível a organização.

Trazemos aqui o depoimento de Nério Gomes, hoje um assentado na região de Cáceres (MT), que fez trabalho de base na região usando o jornal:

quando o Movimento chegou, o Movimento já tinha chegado muito antes. O jornal já tinha chegado, né? É por isso que nós fala, o Movimento não teve dificuldade de fazer a primeira ocupação porque era tudo gente que já tinha conhecimento, ligado a esse movimento (Gomes, entrevista a Bernardo Vaz, 2013).

É evidente que o trabalho de base e a ocupação que se seguiu a ele só foram possíveis pela realidade concreta da questão agrária no Mato Grosso e não apenas pela força do exemplo que o jornal levava, do Rio Grande do Sul. Mas na interação entre a realidade concreta e imediata e o potencial reflexivo que leva à ação a partir dela, o jornal cumpriu e cumpre uma função essencial. Ele atuou nesse sentido como um intelectual orgânico, segundo a conceituação gramsciana, ou mesmo como um partido político, na concepção ampliada do termo. Organizou ideias e uma visão de mundo, forneceu saídas para situações comuns, apresentou dados que amparavam a defesa do direito à terra.

O jornal, como ferramenta de construção coletiva – elaborado em conjunto por dirigentes políticos e jornalistas, divulgado por agentes de pastoral, lido por lideranças locais para os companheiros analfabetos – atuou ainda para forjar uma identidade comum para essa ampla e diferenciada base de agricultores pobres do país. Se no começo ele se referenciava mais na ideia de “colonos sem terra”, em terminologia específica da realidade sulina, conseguiu ampliar não só sua cobertura factual, mas sua dimensão simbólica, ao se tornar porta-voz de uma categoria então em construção: os sem terra.

Desde a formação do MST, em janeiro de 1984, um dos desafios era a “integração da categoria de sem terra (trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários)” (*Boletim Sem Terra*, p. 35), e o jornal foi uma das iniciativas que garantiram essa integração, essa construção de uma identidade comum na luta pela terra, apesar das diferenças regionais. Para além do nome criado, fez isso ao pautar a realidade de diversos Estados, ao analisar a estrutura fundiária do país e ao propor formas concretas de mudanças, depois reunidas em um projeto de reforma agrária.

O *Jornal Sem Terra* se insere, assim, no conjunto de ferramentas forjadas pelo MST para fazer a disputa de hegemonia e forjar uma nova ordem social.

Referências Bibliográficas

- BARATTA, Giorgio. *Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa, *in: Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
- FILHO, Adelmo Genro. *O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê! Editor, 1987.
- GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HALL, Stuart *et al.* Política e Ideologia: Gramsci, *in: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES – Birmingham University (org). Da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker editores, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

- _____. José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MEDEIROS, Leonildo Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- NETTO, José Paulo. Universidade, caldo de cultura pós-moderno e a categoria de hegemonia, in: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- PERUZZO, Cecília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

Periódicos consultados:

- JORNAL SEM TERRA. São Paulo. 1981-1985.
- LIGA. Rio de Janeiro. 1962-1964.
- TERRA LIVRE. São Paulo. 1949-1964.

CONTRADIÇÕES INCONCILIÁVEIS: FORMA ESTÉTICA E CONTEÚDO SOCIAL EM “BRAVA GENTE” (2004)

MIGUEL ENRIQUE STEDILE

A proposta deste artigo é demonstrar como o documentário “Brava Gente” (2004), produzido pela VBC produtora, por encomenda do governo do Paraná, ao tentar organizar o conteúdo social “luta pela terra e pela reforma agrária” utilizando das técnicas da publicidade, precisa, para dar-lhe coesão, igualar a reforma agrária à mercadoria. O resultado não é a afirmação de uma outra possibilidade social, como os protagonistas do documentário sugerem mas, ao contrário, a reafirmação dos chamados *padrões hegemônicos de representação da realidade*, que pressupõem a manutenção do *status quo*.

A crítica à obra de arte pressupõe a análise da articulação dialética entre *forma* e *conteúdo* que a compõem. Em sua construção, os elementos da vida social são processados para transformarem-se em objetos estéticos. Pode-se dizer, de maneira simplista e pretensiosamente didática, que a *forma* é a operação pela qual o artista, utilizando as técnicas e recursos, organiza articuladamente este conteúdo (a realidade) como uma obra de arte. Ou seja, a forma é conteúdo social sedimentado.

Sendo a forma, “uma tentativa de ajustar partes desconexas, de captar a totalidade social” e o trabalho do artista, “produzir a forma”, a escolha da organização estética e da técnica (narrativa, fotografia, sonoplastia etc.) envolve uma série de aspectos nos quais as relações sociais se manifestam. Ao dar forma, o poeta tenta “solucionar” as contradições presentes nas relações sociais (Bastos, 2001, p. 35).

Ainda, segundo Iná Camargo Costa (2006a),

A qualidade de uma obra de arte é definida ‘essencialmente pelo fato de esta se expor ou se esquivar ao inconciliável’. São profundas as obras que não mascaram as divergências ou as contradições. Ao obrigá-las a aparecer, as obras admitem a possibilidade de uma conciliação, mas dar forma aos antagonismos não os suprime nem os reconcilia: a época atual recusa de modo radical qualquer possibilidade de reconciliação.

Tal é o entrelaçamento entre a forma estética e seu conteúdo, que não é possível tomá-los em separado. Ao contrário, esta relação é dialética. A forma deve ser concebida tanto contra o conteúdo como através dele (Camargo, 2006a). Por isso, é ingênuo supor que o conteúdo possa ser “transformador” se aprisionado, por exemplo, a uma forma “conservadora”. Neste caso, e também no inverso, a obra perderia sua coerência e sentido, pois forma e conteúdo estão “fora de sincronia”. Ou a forma conservadora submete o conteúdo e o domestica ou o conteúdo apoia-se em um material social tão profundo que a forma de configuração deste se torna inadequada, falha.

A vida social também é o objeto da indústria cultural e da mídia, que procuram representá-la através de valores comuns e constantes: *padrões hegemônicos*. Segundo Costa (2006), os va-

lores básicos que permeiam estas representações hegemônicas são a livre iniciativa (a que chamam liberdade), concorrência (de todos contra todos), e ação individual (cada um por si) na busca desenfreada de sucesso e celebridade. Nisso, o sucesso se traduz na capacidade de consumo, igualmente desenfreado e se confirma pela ostentação dos bens consumidos. Porém, segundo Costa, a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho alheio nunca aparecem como o fundamento do espetáculo. Na falta desta informação básica, as grandes massas dos consumidores da informação produzida pela indústria cultural compram a ideia de que bastam a autoconfiança, o esforço individual e os próprios méritos para se qualificar à corrida pelo sucesso.

Para isso, o conteúdo da produção cultural, mesmo quando apresenta aspectos particulares da organização social, torna impossível, nos seus próprios termos, qualquer hipótese de argumentação crítica ao capitalismo enquanto formação social.

Além destes valores, a forma de organização da realidade, sua configuração, pressupõe a supressão das contradições, ou seja, esconder ou suavizar os conflitos e as origens da luta de classes. Outro padrão vigente é a leitura da realidade a partir da individualização do foco de interpretação, deixando de lado uma abordagem complexa de problemas de ordem coletiva.

Na imprensa, estes padrões de dominação se manifestam de várias formas. Uma delas é omitir as relações causais. Por exemplo, as mobilizações sociais sempre são retratadas “por atrapalharem o trânsito”, “causarem transtorno”, ocultando as razões para a mobilização. No caso de uma ocupação de terras, o enfoque das reportagens concentra-se na iminência de um conflito ou no “desrespeito à propriedade”, mas suprime-se a causa de toda ocupação de terra: a existência do latifúndio e

sua consequência, os trabalhadores rurais sem terra. Assim, as ações de ocupações de terra aparentam ser sem motivo algum, como se os sem terras viessem de “de lugar nenhum”, sempre vagando, nos acampamentos ou nas estradas. Como se a origem dos sem terra não fosse a existência do latifúndio.

Analisando o documentário: “Brava gente”, torna-se evidente como a forma – e a organização do conteúdo social pela linguagem da mercadoria – terminam por reproduzir estes padrões hegemônicos.

Desmontando cena a cena¹

A omissão da existência do latifúndio – e, por conseguinte, da concentração de terras – não apenas é um procedimento comum na imprensa como é também em todo o documentário “Brava Gente”. Da mesma forma, os acampamentos – principal mecanismo de pressão dos movimentos sociais – aparecem apenas nos primeiros 15 segundos do vídeo, representados nas fotos de Sebastião Salgado e com uma música que sugere piedade. A omissão do latifúndio e o desprezo pelos acampamentos aparecem na voz do narrador quando apresenta a filha de assentados, Josiane, oriunda de “uma luta que não parecia ter fim, *nem ter sentido*”.

Os acampamentos só voltam a ser abordados no vídeo mais adiante, quando a mãe de Josiane fala sobre o período em que estiveram acampadas. O testemunho fala apenas de sofrimento, dos temporais enfrentados, da fome... E na voz do narrador, novamente, ouvimos que o período no acampamento foi de “tanto *tempo perdido*, luta que sobrevive na memória”.

¹ A numeração de minutos utilizou a versão original em VHS, podendo haver alteração da minutagem em DVD.

A ideia central sobre os acampamentos e a luta pela terra retorna no final do vídeo (22 minutos), quando o narrador mais uma vez fala sobre os acampamentos: “Viviam sem endereço, sem saber nem mesmo quem eram”. Como veremos adiante, para o vídeo, a ausência de propriedade significa ausência de individualidade. Mas o importante é que, para “Brava Gente”, *lutar pela terra é assim, algo sem sentido e um tempo perdido, feito por gente que nem sequer sabe quem é*. Desta forma, a narrativa de “Brava Gente” repete e iguala-se a dos telejornais ao representar os acampamentos como algo sem sentido.

Como o latifúndio é omitido da narrativa, simplesmente não existe naquela realidade, o vídeo possui uma lacuna: aos 13 minutos e 14 segundos, o vídeo aborda o assassinato de um dos irmãos da família Anghinoni. Confundido com seu irmão Celso, líder do Movimento Sem Terra no Paraná, Eduardo Anghinoni foi assassinado por pistoleiros a serviço da União Democrática Ruralista (UDR), entidade de representação dos latifundiários. Estas informações não são expostas em “Brava gente”, pois colocá-las implicaria em explicitar o sujeito do homicídio: o latifúndio e seus métodos. Como não interessa expor o latifúndio sem colocar em xeque a narrativa escolhida, o documentário não consegue explicar ao espectador quem cometeu o crime e qual seu motivo.

Esse é um exemplo de um padrão de representação que ignora as relações de causalidade dos fatos mostrados, ou seja, que deixa de lado as relações de causa e consequência, porque não informa e não mostra ao telespectador as informações necessárias para que esse raciocínio seja completado.

Ainda, enquanto narrativa, o filme é contado de duas formas. Pela família de assentados, que são representados como personagens, e pelo narrador.

Começemos pelos assentados. Uma forma de representação deles está nos créditos, nos letreiros que identificam cada pessoa: somente um dos trabalhadores é apresentado como assentado. Os demais são apresentados como “mãe de Josiane”, “pai de Josiane”, “estudante”. A definição da ação que faz o personagem define o próprio. Então, seu Agostinho não é trabalhador ou assentado, é só “pai de Josiane”. Identificado como trabalhador ou agricultor, este procedimento poderia gerar identidade entre o personagem e o espectador.

A cena central na representação da família é a que narra a aquisição de dois carros num mesmo dia pelos irmãos. Nesta cena (6'41”), o carro aparece em primeiro plano, à frente, como se fosse mais importante (ou maior) que a família, exatamente como nos comerciais de veículos. Outros clichês publicitários aparecem aqui: o carro mostrado em diagonal, com o motorista à frente; depois, em movimento na estrada em meio à produção, com toda a família dentro etc. O automóvel aqui, como nos comerciais, representa a ascensão, a satisfação dos desejos, o mais alto bem de consumo que se pode almejar.

Ainda nesta cena (7’), Seu Agostinho conta o preconceito que sofreu quando comprou o carro, porque estava com o boné do MST, pois os vendedores imaginaram que a concessionária seria ocupada. Aqui se harmoniza o conflito, da supressão de uma contradição: em vez de discutir o preconceito, este é superado pela capacidade financeira de Seu Agostinho. É a mercadoria – em sua forma dinheiro – e a capacidade de consumo que é capaz de igualar a todos, e não a luta social.

Mais adiante, sabemos pelo narrador que “Seu Agostinho é um *vitioso*, com o direito conseguido na roça construiu uma casa boa”. Novamente, estamos diante da manifestação de um padrão hegemônico de representação da realidade: o

foco na ação individual, em detrimento da ação coletiva. Nesta cena especificamente, está representada a individualização da ascensão social; de forma contraditória com o momento anterior em que o próprio narrador havia informado que os meios de produção foram comprados coletivamente. Assim, o sucesso dos assentados é explicado pela capacidade individual e não coletiva.

O narrador não é apenas uma voz qualquer. Ele representa a opinião de quem produziu o vídeo, qual seu ponto de vista sobre o tema, como vê a realidade. E o papel do narrador em “Brava gente” é evidente. Por exemplo, no tom e na intencionalidade da voz quanto se refere aos acampamentos (“Tanto trabalho perdido”) e quando se refere ao assentado como “um vitorioso”.

Em outro momento (11’35”), o narrador explicará que o problema de desenvolvimento dos assentamentos é a falta de informação, pois “na cooperativa, são apenas três agrônomos” e, segundo o narrador, entre os assentados, “a maioria deles mal sabe ler” (16’15”). Tutelados por outras pessoas (os agrônomos) que possuem *informação* (e estudo), junto com a iniciativa pessoal, aí, sim, o assentado poderá ser bem-sucedido. Ainda que na realidade falte também crédito, melhores preços no comércio agrícola, acesso a agroindústrias etc.

Aliás, o outro ente ausente no vídeo é o Estado – que seria responsável inclusive por fornecer mais agrônomos, através da assistência técnica. Mas em nenhum momento, as contradições são remetidas ao Estado. Nenhuma surpresa, afinal o governo do Estado é o patrocinador do vídeo.

Por fim, o que o narrador expressa é que qualidade de vida corresponde a consumir. No minuto 16’44” o narrador fala dos assentados de sucesso como aqueles que “conquistaram muitos

bens”. Para o vídeo, o respeito ao indivíduo é proporcional a seu poder aquisitivo e a mensuração do sucesso é dada por sua capacidade de consumo. Exatamente como nos comerciais.

No final do vídeo, o narrador nos revela o segredo do sucesso dos assentamentos: “a força desta gente em lidar com a terra vem de outros continentes, de diferentes países. Imigrantes sem terras de outros tempos”. É uma referência óbvia à imigração europeia ao sul do país. Os sem terras só podem atingir o sucesso porque são brancos e descendentes de europeus. Fossem índios ou negros, estariam destinados ao fracasso. Além do deslize preconceituoso e de reafirmar o falso mito de associar agricultura exclusivamente aos imigrantes europeus, desconsiderando 450 anos de práticas agrícolas anteriores à chegada destes, ainda ignora a composição étnica e social dos integrantes do Movimento Sem Terra. Sim, composto por descendentes dos imigrantes europeus, sem terras de outros continentes, mas também por negros e índios.

Conclusão

À primeira vista, “Brava Gente” impressiona. Imagens bonitas, com boa qualidade de resolução. Lá estão os assentamentos e a produção agroecológica, normalmente omitidos pela mídia. A linguagem é familiar: são as formas estéticas semelhantes à publicidade. Por exemplo, na trilha sonora ou na naturalização da câmera como se ela não estivesse lá.

Ora, a estética publicitária existe para um fim bem claro e definido: vender mercadorias. Esta é a natureza da publicidade e não há segredo algum nisso. Mas adotar esta estética para tratar de uma questão social ou de movimento social, significa rebaixá-lo à categoria que a publicidade sabe tratar: mercadoria.

Como tratar a reforma agrária da mesma forma como se vende margarina? Para que isso seja possível, é preciso tirar da reforma agrária o que nela aponta para a contradição, para o conflito.

Essa interpretação só é possível na medida em que a crítica se debruça sobre o procedimento de montagem e se propõe a analisar a forma, o conteúdo, as escolhas que determinam a técnica. Esse é o caminho para deixarmos o estado de torpor, de ofuscamento, e despertarmos para o aspecto político presente na forma estética, e não apenas no conteúdo. Quando só percebemos a dimensão do conteúdo não conseguimos nos desvencilhar da ideologia, pois é na dimensão dialética da relação entre forma e conteúdo, por meio da percepção da técnica, que podemos construir uma perspectiva desideologizante de análise e produção de obras.

Na aparência, “Brava Gente” poderia passar, e normalmente passa, como um filme favorável à reforma agrária. Mas assistindo quadro a quadro, o resultado da relação entre conteúdo e tema do filme com a forma como esse material foi organizado (montado e editado) é conservador sob todas as óticas. Pois ele narra o processo de luta pela terra a partir de um ponto de vista que anula os conflitos, suprime as contradições, ignora as relações de causalidade, exalta méritos individuais, faz apologia ao consumo e reafirma os mesmos preconceitos e argumentos conservadores contra o movimento social.

A narrativa constrói uma perspectiva de inclusão social, como se o esforço do MST fosse por se inserir no capitalismo. Para o público urbano, o filme transmite a ideia de que os sem terra são “gente como a gente”, pessoas que se organizam apenas circunstancialmente, para conseguir sua propriedade

e seus sonhos de consumo, portanto, eles não oferecem riscos ao sistema. Assim como as embalagens de margarina.

Referências bibliográficas

- BASTOS, Hermenegildo. A atualidade da mimese, *in*: BASTOS, Hermenegildo e ARAÚJO, Adriana (orgs.). *Teoria e prática da crítica literária*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011, p. 23-39.
- CAMARGO, Iná. Prefácio, *in*: CULTURA, Coletivo Nacional de. *Teatro e transformação social*. São Paulo: Cepatec/FNC/Minc, 2006, p. 4-7.
- _____. Estética Teatral, *in*: *Cadernos do Folias*, n. 8. São Paulo, 2006a.

AUDIOVISUAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL – A EXPERIÊNCIA DA BRIGADA DE AUDIOVISUAL DA VIA CAMPESSINA

THALLES GOMES, FELIPE CANOVA GONÇALVES,
MIGUEL ENRIQUE STEDILE E ANA MANUELA CHÃ¹

O objetivo desse texto é debater e socializar o que vem sendo construído pela brigada de audiovisual da Via Campesina na produção coletiva de vídeos – resgatando aqui a experiência do filme “Lutar sempre! – 5º Congresso Nacional do MST” – e no esforço de realizar processos formativos com a nossa militância dos movimentos sociais do campo no Brasil. Não se trata aqui de impor regras ou receitas de como fazer um vídeo militante, pois consideramos que qualquer experiência audiovisual feita pelos movimentos sociais é válida, desde que útil no contexto das nossas lutas.

Por uma opção didática, o texto está dividido em tópicos que abordam os aspectos centrais do tema.

¹ Membros da Brigada de Audiovisual da Via Campesina. A Brigada é um coletivo de produção e formação em audiovisual formado por militantes dos movimentos sociais do campo que compõem a Via Campesina Brasil. A brigada conta, entre as suas principais produções, os vídeos “Lutar sempre! – 5º Congresso Nacional do MST”, “Nem um minuto de silêncio – Fora Syngenta do Brasil”, “O preço da luz é um roubo”, “O Canto de Acauã” e “Sem Terrinha em Movimento”.

Apropriação coletiva dos meios de produção e técnicas audiovisuais

A linguagem audiovisual esteve presente desde o início da trajetória dos movimentos sociais do campo, seja nas mãos da classe burguesa, que aproveitando a persuasão e impacto desta linguagem, difunde imagens enviesadas, negativas e parciais das ações e práticas dos movimentos, seja pela produção dos parceiros dos movimentos, que buscando contrapor-se a tal enviesamento, propunham produzir a versão audiovisual dos movimentos.

O avanço tecnológico da última década, somado a conquistas dos movimentos sociais na área de comunicação e cultura, proporcionou aos movimentos acesso aos meios de produção audiovisual. Conquistando os meios de produção, a busca pela apropriação da técnica é o passo seguinte. E o desafio era construir não só uma linguagem, mas uma prática audiovisual que, partindo de um ponto de vista dialético do mundo, fosse condizente com as propostas de transformação social das nossas organizações.

Agora, como construir dentro de um material audiovisual esse ponto de vista? Por onde começar?

Dentro do Curso de Comunicação e Cultura realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes com militantes dos movimentos sociais da Via Campesina, no período de 2006 a 2009, foi elaborado um processo de análise fílmica de filmes produzidos sobre, para e com os movimentos.

Nesta análise, buscamos entender o papel da forma na expressão do conteúdo audiovisual. E descobrindo não ser possível expressar um conteúdo transformador a partir daquelas já existentes, construir uma forma, uma linguagem, condizente com nossa prática militante. Era o início de um debate que não teve fim até hoje.

A única conclusão a que chegamos foi sobre o que não queríamos. Não queríamos usar os recursos dramáticos e melodramáticos que imperam na produção audiovisual atual e que não são condizentes com a perspectiva transformadora dos movimentos sociais, já que reduzem ao plano do indivíduo a solução de todos os problemas. Não queríamos reproduzir a divisão do trabalho nas nossas produções audiovisuais. Queríamos que os trabalhadores fossem os sujeitos protagonistas de nossos filmes e não mais espectadores objetos.

Ao mesmo tempo em que se realizava esse processo de análise fílmica, houve a primeira experiência de produção coletiva pelos militantes que participam da brigada de audiovisual, a produção do filme “Lutar sempre! – 5º congresso nacional do MST”. Um dos pressupostos da realização da obra foi a busca por uma socialização coletiva da técnica de filmagem e de edição, pois durante as filmagens em Brasília contamos com 17 militantes de diversos Estados, todos com diferentes níveis de formação. Na edição, realizada no Ponto de Cultura da Escola Nacional Florestan Fernandes, contamos diretamente com oito militantes, além das opiniões frequentes de dezenas de militantes que estudavam na escola naquele momento.

A intenção desse processo coletivo de socialização, que foi a base inicial da nossa apropriação da técnica de filmagem e edição, foi descentralizar e horizontalizar a produção dentro da Brigada, tema este que retomaremos adiante, possibilitando uma compreensão da totalidade do processo de produção audiovisual.

Representação audiovisual adequada à nossa realidade

Em nossos estudos dos vídeos construídos *para* e com os movimentos sociais, encontramos dois tipos de representação

recorrentes: registro de nossas atividades, em narrativa linear e presa ao contexto filmado, e filmes onde predominam a fala das lideranças e dos especialistas, nos quais o resto da militância se faz presente como espectador ou objeto.

Ao analisarmos os vídeos de registro, surgiu uma questão central: qual a relevância, enquanto relação entre forma e conteúdo, de um filme cuja intenção era o mero registro de uma luta? Em outras palavras, essa pergunta traz a necessidade de nos questionarmos em relação à intenção subjacente à narrativa. Uma narrativa que não problematize o tempo histórico se resigna ao atual estado de coisas e contradiz qualquer prática transformadora. Como um vídeo de um congresso do MST, por exemplo, pode se tornar datado se o congresso traz o acúmulo de seus anos anteriores de construção, de lutas, de teoria e práxis, de conquistas das nossas organizações? Ficar datado somente se não expressar uma leitura dialética de seu tempo histórico, permanecendo limitado na ideia de registro.

Por outro lado, se existe uma necessidade de levantar elementos de análise que possibilitem construir uma narrativa crítica em um documentário, podemos recorrer às falas de especialistas ou de lideranças. Entretanto, não existe justificativa para subestimar a leitura da nossa militância, dos trabalhadores e trabalhadores da base sobre os temas a serem aprofundados.

Retomando o exemplo do filme “Lutar sempre! – 5º congresso nacional do MST”, em vez de estarmos presos à lógica do mero registro de evento e do filme de especialistas, tentamos criar uma produção audiovisual que colocasse ao espectador um estranhamento diante do fato em si. Em sua montagem, utilizamos, sem qualquer preconceito estético ou hierarquização, distintos materiais imagéticos e sonoros,

combinando-os de diversas formas. Optamos por um roteiro não linear, pautado por temas condizentes com a nossa análise da conjuntura atual da luta de classes a partir da perspectiva do campo.

É evidente que as dificuldades foram inúmeras nesse processo, principalmente por conta do nosso pouco preparo em relação à filmagem. A ausência de um pré-roteiro e de um planejamento de filmagem construídos coletivamente levou a equipe a captar imagens em excesso e de forma aleatória, com padrões e intencionalidades distintos. Além disso, não houve análise do material filmado durante os dias de atividade do congresso. Estes fatores acarretaram uma demanda de edição e de montagem muito maior que a prevista inicialmente.

Na edição, utilizamos falas de lideranças, de especialistas e de militantes de base com a mesma intencionalidade: construir a narrativa de cada tema e sua interligação com as ideias subsequentes. Um exemplo que vale ser citado é a análise da conjuntura do agronegócio sendo feita por militantes de vários Estados, culminando com uma síntese feita por um militante no ato de cortar batatas para o almoço. Há nessa simples imagem uma superação, pelo menos na forma audiovisual, da divisão e hierarquização do trabalho em intelectual e manual.

Acreditamos que um aspecto qualitativo nessa relação é o de que a entrevista e a edição do depoimento do militante da nossa base receberam a mesma atenção e cuidado em sua produção que a do especialista ou da liderança, pois todos podem trazer o elemento necessário para a construção da narrativa, sem hierarquias ou expectativas maiores para uns ou outros.

Em resumo, reconhecemos e trabalhamos para ir além dos limites apontados nas lógicas do registro e da supervalorização do discurso especializado, pois ambos dificultam que a obra

se torne um instrumento de formação e politização da luta da classe trabalhadora. Assim, é importante que a produção audiovisual dos movimentos sociais busque esse avanço, pois entendemos que para construir esse instrumento formativo, é necessária uma produção audiovisual que aprofunde e problematize a realidade sem desvincular-se dela; que supere a simples constatação em imagens e sons da pobreza, miséria e violência – sem oferecer qualquer possibilidade de modificá-las. Ao contrário, explicita uma imagem da realidade passível de transformação, que vá além do cotidiano visível e possa provocar uma tomada de consciência no espectador.

Construção de sujeitos coletivos

Dentro da produção de documentários hoje no Brasil existe uma constante busca pelo indivíduo, pelo personagem e o que esse personagem ou grupo de personagens pode trazer de peculiar e interessante a uma narrativa. A construção narrativa se resume ao indivíduo, ao particular, sem uma preocupação em igual escala na construção de um ponto de vista de totalidade sobre o tema. Os documentaristas ficam satisfeitos com o recorte construído pelo personagem de um determinado tema e não na possibilidade de aprofundar e problematizar este tema enquanto análise crítica e menos ainda enquanto possibilidade transformadora.

Como justificativa dos documentaristas adeptos a esse tipo de prática, está a crença de que buscar uma problematização da realidade que transcenda o particular e a subjetividade do personagem, é papel de um ofício menor, de cunho não artístico, o do jornalismo investigativo. O documentário dentro do cinema pertence a outra linhagem, com outras preocupações “artísticas”.

Podemos pensar nas implicações de uma representação audiovisual dos movimentos sociais através de personagens individuais, que estejam, na narrativa, desconectados do todo a que pertencem. Essa forma de representação reafirma valores opostos aos que defendemos, valores estes hegemônicos dentro da sociedade capitalista, de ênfase na ação individual e descrença na construção de alternativas coletivas às questões sociais.

Essa busca desesperada pela identificação entre espectador-personagem e a supremacia da subjetividade do indivíduo precisavam ser problematizadas nas nossas produções audiovisuais. Ao invés da identificação cega, um distanciamento e estranhamento necessários à compreensão e reflexão, contra a supremacia do indivíduo, a construção de um sujeito coletivo como protagonista.

Na experiência de montagem do “Lutar sempre! – 5º congresso nacional do MST” houve um esforço concreto em apresentar como protagonistas os 17.500 trabalhadores e trabalhadoras que estiveram presentes e construíram o congresso. Esse esforço se materializou no uso da Carta do 5º congresso – documento final debatido e aprovado por todos os participantes – como fio condutor do roteiro do filme. Desde o primeiro letrado, que cita trecho da carta, está apresentado o protagonista coletivo: “Nós, 17.500 trabalhadores e trabalhadoras de vários Estados do Brasil...”.

A perspectiva do protagonismo coletivo é reforçada pela narração em coro da Carta. Todo o prólogo, que retrata a chegada das delegações, preparação dos materiais e montagem da infraestrutura é construído com planos gerais, para evitar a ideia de individualização. Essas imagens são entrecortadas por material de arquivo de marchas, ocupações e congressos anteriores, ressaltando dessa forma que o 5º congresso não é

um fato isolado, pois é fruto da luta e das conquistas de todos os trabalhadores e trabalhadoras que compõem o Movimento.

Essa opção é devida à nossa convicção de que os trabalhadores organizados na luta são os únicos que têm o direito de contar sua própria experiência, não por um jogo de espelhos no qual se contempla a própria imagem conhecida, mas sim problematizando e questionando a realidade que os cerca, para conhecê-la e – principalmente – transformá-la.

Discurso fílmico

Como movimentos que lutam pela transformação da sociedade não nos contentamos com a crítica da realidade que se esgota em si mesma. De nada adianta constatar, apenas, a perversidade das relações socioeconômicas no sistema capitalista. Isso é nosso pressuposto, nosso ponto de partida.

Por isso, buscamos na nossa produção aprofundar a potencialidade do audiovisual em ir mais além do cotidiano visível. Utilizando-o como ferramenta, não de “duplicação da realidade”, mas, sim, para revelar camadas mais profundas desta. Expor o que está por trás do aparente, da superfície, questionando o estado de coisas e não apenas reproduzindo-o. Pois, condizente com nossos objetivos políticos, buscamos construir uma imagem da realidade que fortaleça o processo de tomada de consciência na classe trabalhadora.

“Lutar sempre! – 5º congresso nacional do MST” busca representar os camponeses e sua cultura para além dos estereótipos e reducionismos que identificavam o campo como o espaço do atraso e da ignorância, um passado arcaico que precisava ser superado pela urbanização industrializante. O camponês, nestas condições, nunca chega a ser sujeito de sua história, apenas objeto, estudo de caso. Sua voz não é ouvida, mas sim repre-

sentada. “A possibilidade de o outro de classe expressar-se está em relação direta com a propriedade dos meios de produção” afirma Jean-Claude Bernardet, para concluir que:

Falou-se sempre em colocar o povo na tela, mas não se tratava tanto de questionar a dominação dos meios de produção pelos cineastas. Estes preferiram resolver a questão imaginando-se os porta-vozes ou os representantes do povo ou até mesmo a expressão da ‘consciência nacional’ (1985, p. 189).

Essa posição de *porta-voz* do cineasta perante o outro de classe – neste caso, o camponês –, além de negar-lhe a palavra, tem outra consequência nefasta. Na tentativa de representar a cultura diversa, de explicar o conjunto do universo popular e camponês, os cineastas brasileiros parecem muitas vezes optar por encaixar a realidade num modelo previamente estabelecido – o que Bernardet identificou como “modelo sociológico” (1985). E esse encaixe só é possível através de uma simplificação da realidade. Sob a justificativa do *didatismo*, opera-se então uma síntese estereotipada² dos elementos que compõem o universo camponês. Essa simplificação gera, muitas vezes, falsas generalizações, personagens esquemáticos, explicações redutoras da causalidade histórica e visões maniqueístas dos problemas sociais. Em vez de buscar representar a *voz do outro*, o cineasta se transforma, assim, na *voz do saber*, ou seja, em

um saber generalizante que não encontra sua origem na experiência, mas no estudo de tipo sociológico; ele dissolve o indivíduo na estatística, e diz dos entrevistados coisas que eles não sabem a seu respeito (1985, p. 13).

² Em seu livro *Esteriotipos y prejuicios*, Bruno Mazzara define estereótipo como “un conjunto coherente y bastante rígido de creencias negativas que un certo grupo comparte respecto a otro grupo o categoria social” (1999, p. 16).

É neste sentido que, analisando a representação do negro no cinema brasileiro, João Carlos Rodrigues afirma:

Um dos mais frequentes questionamentos feitos ao cinema brasileiro por intelectuais e artistas negros é o de que nossos filmes não apresentam personagens reais individualizados, mas apenas arquétipos e/ou caricaturas ('o escravo', 'o sambista', 'a mulata boa'). A acusação é pertinente, embora o cinema brasileiro moderno em geral prefira personagens esquemáticos arquétipos, negros ou não (1988, p. 15).

Caberá a esses personagens arquétipos a missão de representar toda uma classe, etnia ou nação. Os seus traços físicos, psicológicos e morais específicos serão generalizados e tomados como pertencentes a todos os de sua classe (Xavier, 2005). Mais que isso, ocorrerá a identificação completa entre personagem e classe. A representação de um camponês, seus trejeitos, defeitos e qualidades tornam-se, por meio dessa generalização, a representação 'do camponês', de todo o campesinato. As interpretações dadas ao personagem Manoel de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, identificando sua trajetória pessoal com a "trajetória da desalienação" do campesinato brasileiro é o melhor exemplo dessa identificação generalizadora (Alvarez *et al.*, 2010, p. 72).

Entretanto, ressaltar essa representação distorcida não pode levar de maneira alguma à crença de que exista uma identidade pura, estática e intocável do "outro camponês" e que o papel do verdadeiro cineasta é o de representá-la e expressá-la da maneira mais fidedigna possível. "A realidade humana está constantemente sendo feita e desfeita, e qualquer coisa semelhante a uma essência estável está constantemente sob ameaça", lembra Edward Said, para concluir que "a identidade humana não é natural e estável, mas construída e de vez em quando inteiramente inventada" (2007, p. 443).

Se a identidade cultural é uma construção, um processo, uma aliança que se estabelece entre “diversas, fragmentadas, situacionais e imaginárias identidades narrativizadas” (Vila, 2012, p. 262), as imagens cinematográficas desta cultura não são mais que... *imagens*. Invenção audiovisual de uma cultura, de um povo. E por serem imagens construídas de uma realidade em constante processo de mutação, não se pode julgá-las como boas ou más, certas ou erradas. Existem apenas maneiras específicas de se criar uma imagem sobre o outro. *A voz do outro* não existe em estado puro; é também uma construção, uma criação. Não é o grau de fidelidade realista que diferencia o *Jeca* de Mazaropi e o *Fabiano* de Nelson Pereira dos Santos, mas sim que tipo de representação eles construíram sobre o camponês. Cada conjuntura histórica, social e estética criará novas e distintas imagens e vozes, mas nenhuma delas será *a* imagem ou voz camponesa em sua essência.

No caso do “Lutar sempre! – 5º congresso nacional do MST”, foi preciso negar a busca por uma pretensa imparcialidade – este dogma sagrado que habita a mente de boa parte dos cineastas e documentaristas. Não somos, não podemos e não queremos ser imparciais. Afinal, como militantes de movimentos sociais, nossa produção audiovisual é orientada em função do que for útil aos trabalhadores e trabalhadoras no seu processo de lutas.

É por isso que, em vez de um roteiro pautado por um simplório registro cronológico dos acontecimentos, optamos por uma construção narrativa capaz de articular um discurso fílmico coerente e direto, sistematizando e, mais importante, aprofundando as reflexões e propostas surgidas durante o congresso. Fala-se em discurso fílmico porque o documentário, assim como nós militantes, toma partido, ao apresentar e defender

seus argumentos políticos. Nele, a realidade não se capta em imagens, mas sim se constrói.

Expor as contradições

Essa tomada de posição não significa negar ou ocultar as contradições. O método dialético nos mostra que a realidade em si é feita de dicotomias e antagonismos, ressaltados em nosso tempo pela luta de classes que caracteriza a sociedade capitalista. E a trajetória desta luta é feita de avanços e recuos. Compreender e analisar esses percalços nos deixam mais preparados para agir e transformar o mundo que nos cerca.

Nesse sentido, nossa produção audiovisual procura não cair na errônea concepção, muito em voga na produção audiovisual sobre e para os movimentos, de ocultar nossas próprias fragilidades, ao mesmo tempo em que se menospreza a força dos inimigos, criando uma ilusão cor-de-rosa de otimismo e vitória iminente. Incontáveis são os *fnais felizes* dos tais vídeos, quase sempre com uma paisagem iluminada pelo pôr do sol que se dissolve num longo *fade-out* até a tela preta com os créditos finais. Seria belo se não fosse equivocado.

Nenhuma produção audiovisual que saia do bojo dos movimentos sociais pode negar ou suprimir o fato de que a conjuntura atual da luta de classes não é de iminente vitória para os trabalhadores. É por isso que o processo de construção de nossos vídeos deve ser antecedido por um momento de debate e destrinchamento político do tema a ser desenvolvido a partir da análise de conjuntura do período feita sempre que possível por um coletivo bem mais amplo do que o responsável pela tarefa audiovisual. É desse debate e dessa análise que se constrói o roteiro.

Na edição do “Lutar sempre! – 5º congresso nacional do MST” buscamos um encadeamento de temas que ressaltasse

o conflito permanente entre nosso projeto de sociedade e o modelo atual imposto pelo capitalismo. Se em algum momento nossa propaganda das conquistas da reforma agrária dava a entender uma vitória frente ao latifúndio, o bloco seguinte nos lembrava que o inimigo agora não é mais o fazendeiro “bota suja”, mas o agronegócio aliado às empresas transnacionais. E frente a esse inimigo, é preciso criar novas formas de combate. Do contrário, padeceremos. Não há aí nenhum final feliz. Há apenas o desafio e convocação a “jamais esmorecer e lutar sempre!”.

Se nossa opção é por não ocultar as contradições, mas ao contrário, em expô-las e utilizá-las como geradoras do movimento interno do vídeo, estamos assim reproduzindo o próprio movimento dialético. Cada bloco, internamente, possuía sua própria cadeia de contradições e poderia resultar, se quiséssemos, em blocos autônomos e independentes. Mas, ao mesmo tempo, colocados em sequência – não de forma linear mas, repetimos, de forma dialética – eles formam um novo conjunto de significações.

Trabalho coletivo e participativo

Uma característica da produção cultural em caráter mercadológico é a divisão do trabalho. Como toda produção de mercadoria, o cinema passou a ser produzido por etapas e por trabalhadores alienados da totalidade do produto final. As funções foram se dividindo dentro da produção do cinema a tal ponto que não será mais o autor ou um coletivo de autores que dominará o projeto e, sim, uma empresa que distribuirá funções às equipes. E não se trata de trabalho coletivo, pois uma equipe não interfere e nem fica sabendo do andamento do trabalho da outra equipe.

Olhando para a nossa participação nos filmes produzidos externamente, muitas vezes acontece – em filmes feitos sobre e para os movimentos sociais – de os militantes contribuírem, por exemplo, captando imagens. Porém, quase sempre, eles são privados de participarem da montagem do filme, que é a parte em que se pensa a “linha política” da história. O resultado dessa divisão do trabalho, entre filmagem e edição, é que tanto a qualidade técnica quanto a política do filme não ficam satisfatórias. Por não saberem do roteiro e nem o que vai ser feito na edição, os militantes captam imagens aleatórias, sem preocupação com o ângulo, o tempo ou a luz propícia para aquele tipo de roteiro e montagem. Por outro lado, se na edição a participação dos movimentos sociais não é majoritária, a mensagem passada no filme pode ser prejudicial aos princípios do próprio movimento social em questão.

Na ideia de não reproduzirmos a divisão social do trabalho capitalista, própria de um cinema nos moldes industriais que afirma valores hegemônicos, precisamos criar uma organização da equipe de produção que também traga os acúmulos organizativos já construídos pelos próprios movimentos. É central que todos os participantes tenham noção e participação no todo do processo, muito embora por vezes não estejam diretamente envolvidos em uma ou outra atividade. A divisão de tarefas para dar conta das atividades será necessariamente coletiva e a avaliação de seu cumprimento também, bem como serão coletivas as definições de todos os aspectos centrais da estrutura do filme, como o debate político do roteiro, o planejamento das filmagens, a escolha dos entrevistados, a exibição dos primeiros cortes da edição até a edição final.

Entretanto, na compreensão desse debate, é preciso ter claro que dentro das equipes teremos diferentes aptidões e habilidades

que serão desenvolvidas e aproveitadas. O que não significa que reduziremos as possibilidades de organização a uma equipe de especialistas, que tem seu câmera, seu roteirista, seu produtor, seu técnico de som, trabalhando de forma fixa e, sim, que, dentro de um rodízio de funções que nos permita construir coletivamente uma noção de totalidade, dentro da produção, possamos também trabalhar potenciais específicos dos participantes.

Nossos filmes são gatilhos

Não são poucos os que equivocadamente colocam a produção audiovisual num patamar quase que sagrado, identificando nela o antídoto perfeito e suficiente para todos os males que atingem a sociedade. Acreditam que o simples ato de produzir um filme sobre, por exemplo, a exploração dos trabalhadores na fábrica ou dos cortadores de cana nos canaviais seja suficiente para levar a verdade dos fatos a toda sociedade que, consciente de tamanha crueldade, se sensibilizará e acabará com tamanha injustiça. Ou, numa perspectiva ainda mais transformadora, um vídeo de agitação e propaganda que conclame toda a classe trabalhadora para organizar-se e tomar o poder será suficiente para iniciar um processo revolucionário.

Nossa produção audiovisual não sofre dessa megalomania, pois sabe ser mais uma das diversas ferramentas que os movimentos sociais possuem para difundir seus ideais e conquistar suas bandeiras de luta. Uma ferramenta que possui potenciais peculiares pela facilidade de síntese, compreensão e difusão, mas que só atinge tais potenciais se inserida dentro da atuação política das nossas organizações.

Por isso, nossos vídeos não são encarados como um produto final. Finalizado o trabalho de edição, principiam sua tarefa primordial de tornar-se gatilho inicial de ações e debates

políticos dentro dos espaços formativos e jornadas de luta dos movimentos sociais.

A Brigada de Audiovisual da Via Campesina, junto com os trabalhadores e trabalhadoras rurais que compõem os movimentos sociais do campo brasileiro, assume o desafio de construir de forma autônoma, soberana e plural nossa própria identidade audiovisual. Ainda há muito que acumular e construir, nós sabemos. Mas temos as ferramentas e, mais importante, temos a necessidade. Chegou a hora de assumirmos o comando.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Silvia *et al.* Deus e o Diabo e os limites do audiovisual como ferramenta de transformação social, *in: Outras terras à vista: cinema e educação do campo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MAZZARA, Bruno M. *Esteriotipos y prejuicios*. Madri: Acento Editorial, 1999.
- RODRIGUES, João Carlos. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- SAID, Eduardo W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Orientalismo: O oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- VILA, Pablo. Práticas musicais e identificações sociais, *in: Significação*, ano 39, n. 38, 2012.
- XAVIER, Ismail. A alegoria histórica, *in: RAMOS, Fernão (org.). Teoria contemporânea do cinema: pós-estruturalismo e filosofia analítica*, v. I. São Paulo: Senac, 2005, p. 339-379.
- _____. (org.). *A experiência do cinema*. São Paulo, Graal, 2003.

SOBRE OS AUTORES

GRUPO DE PESQUISA MODOS DE PRODUÇÃO E ANTAGONISMOS SOCIAIS

Criado em 2011 e sediado na Faculdade UnB Planaltina (FUP), reúne pesquisadores de diversas áreas de formação com o intuito de fortalecer o vínculo orgânico entre teoria e prática, conhecimento acumulado e demandas objetivas da vida social, universidade e movimentos sociais. Seu objetivo é analisar, pela perspectiva marxista, em chave de totalidade, as múltiplas determinações que configuram a concretude da experiência histórica em andamento.

ANA MANUELA CHÃ

Ana Manuela Chã: Mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Militante do Coletivo de Cultura e da Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho do MST. Pesquisadora do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

FELIPE CANOVA GONÇALVES

Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. Integrou a Brigada de Audiovisual da Via Campesina e hoje atua na Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho do MST. Pesquisador do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

JOANA TAVARES

Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), editora do *Brasil de Fato* em Minas Gerais e colaboradora do setor de comunicação do MST.

LUÍSA GUIMARÃES LIMA

Professora de Jornalismo, mestre em Comunicação e doutoranda em Políticas de Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB).

MANOEL DOURADO BASTOS

Professor adjunto de Comunicação Popular e Cultura na Universidade Estadual de Londrina. Militante do Coletivo de Cultura do MST. Pesquisador do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

MARIA MELLO

Jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

MAYRÁ LIMA

Mayrá Lima é jornalista, mestra em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Integrante do setor de Comunicação do MST e pesquisadora do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

MIGUEL STEDILE

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Instituto de Educação Josué de Castro (RS). Pesquisador do grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

RAFAEL LITVIN VILLAS BÔAS

Professor adjunto da Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Literaturas da Universidade de Brasília. Professor colaborador do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, da Unesp. Pesquisador do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

THALLES GOMES

Advogado e mestrando em Meios e Processos Audiovisuais pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Integrou a Brigada de Audiovisual da Via Campesina. Pesquisador do Grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais.

Exatamente porque afirmamos que os meios e modos de comunicação são parte do processo de produção e reprodução das estruturas de desigualdade e dominação, afirmamos também que eles são meio de luta. Para isso, tanto vale entendê-los enquanto ferramentas de manutenção das práticas de dominação quanto elementos de organização contra o capitalismo. Com isso, resulta da crítica (teórica e prática) aos meios de comunicação algumas *experiências* que, entendendo-os como meios de produção, apontam para outros modos e formas. Com isso, mais do que analisar e “ocupar” os espaços comunicativos hegemônicos, trata-se de, ao lutar e produzir um outro mundo possível, engendrar novos meios, modos e formas de comunicação.

A partir dessas colocações, o desafio assumido pelo coletivo de autores que produziram este livro é tanto armar conceitos e categorias para a crítica dos meios de comunicação quanto apresentar reflexões sobre experiências que visam novos modos.